

Documentos para Disseminação

Memória Institucional

20

PNAD



**Um Registro Histórico da
Pesquisa Nacional por Amostra
de Domicílios
1967-2015**



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
Claudia Rodrigues do Prado

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Documentos para Disseminação

Memória Institucional 20

PNAD

**Um Registro Histórico da
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

1967-2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro – 200021-120 – Rio de Janeiro - Brasil

ISSN 0103-6335 **Documentos para disseminação**

ISSN 0103-6459 **Memória institucional**

Divulga textos sobre aspectos históricos do IBGE e/ou de seus estudos e pesquisas bem como sobre personalidades que contribuíram para a história do Instituto.

ISBN 978-85-240-4364-2 -(meio impresso)

© IBGE. 2015

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Esse volume foi organizado por Leandro Malavota, Luigi Bonafé e Vera Abrantes, servidores do IBGE lotados na Equipe de Memória Institucional da Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI.

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore

Ilustração

Aldo Victorio Filho

Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

PNAD : um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios : 1967-2015 / IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015.
202p. : il., retrs. - (Documentos para disseminação. Memória institucional, ISSN 0103-6459 ; 20)

Acompanha um CD-ROM, em bolso.

Inclui bibliografia.

Conteúdo parcial: PNAD: uma janela para a história do IBGE / Leandro Malavota e Luigi Bonafé.

ISBN 978-85-240-4364-2

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - História. 2. Pesquisa histórica - Brasil. 3. IBGE - História. I. Malavota, Leandro Miranda, 1976-. II. Bonafé, Luigi. III. IBGE. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. IV. PNAD: uma janela para a história do IBGE. V. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2015-23

CDU314,6(093)
IBGE

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

PNAD: uma janela para a história do IBGE

Leandro Malavota e Luigi Bonafé

Textos históricos (edição fac-similar)

Para compreender a PNAD: um texto simplificado (1991)

Programa de pesquisas domiciliares no Brasil (1971)

Carlos Marcos Barbosa e Merton Vincent Lindquist

A evolução do sistema de pesquisas domiciliares
por amostragem no Brasil (2001)

Vandeli dos Santos Guerra

Memória visual da PNAD

2001-2011

Memória on-line da PNAD

Entrevista

Vandeli dos Santos Guerra (2015)

Evolução histórica da pesquisa

Referências

Anexo

Painéis: Exposição PNAD 2015

A

Apresentação

Em meados dos anos 1960, ainda nos tempos da antiga autarquia IBGE, foram tomadas as primeiras providências para a realização de pesquisas por amostragem de domicílios no Brasil. Em 1965, em evento promovido pelo Inter American Statistical Institute - IASI, técnicos do United States Census Bureau apresentaram um modelo de pesquisa que, segundo uma estratégia de cooperação internacional, poderia ser utilizado pelos países latino-americanos como ferramenta para o levantamento de informações estatísticas econômica e socialmente relevantes, com periodicidade reduzida. Essa proposta inicial seria posteriormente sistematizada e aprimorada, dando origem ao Projeto Atlântida, material que serviria como base para a capacitação e o treinamento de técnicos de diversos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil.

Particularmente, no caso do IBGE, um grupo de trabalho foi montado no Instituto em 1966, com a missão de estudar e planejar a implementação de um programa nacional de pesquisas domiciliares por amostragem em bases contínuas. Ainda no final daquele mesmo ano, um inquérito experimental foi desenvolvido nos Municípios de Nova Iguaçu e Rio Bonito, ambos no Estado do Rio de Janeiro. Estava aberto o caminho para a realização, em 1967, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, consolidada ao longo do tempo como uma das principais pesquisas estruturais do IBGE, fonte de informações em escala nacional sobre diversos aspectos socioeconômicos que compõem a realidade brasileira. Os temas por ela abrangidos buscaram atender às principais demandas e preocupações de analistas sociais e formuladores de políticas públicas, em diferentes momentos históricos. A pesquisa se consolidou e, ao longo do tempo, aumentou expressivamente a quantidade de usuários.

Em razão da construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD e da consolidação, em 2015, da PNAD Contínua, um de seus subsistemas, estima-se que, em breve, a PNAD deixará de ser realizada. Justamente por esse motivo, o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI pretende estimular a reflexão e o debate sobre o papel desempenhado pelo IBGE e pela PNAD ao longo dos 48 anos de existência da pesquisa. O presente volume da Série Memória Institucional, portanto, tem como objetivo resgatar um pouco dessa história, reunindo documentos, textos e imagens que, de alguma forma, reflitam o contexto em que a pesquisa foi criada, o instrumental teórico-metodológico que a fundamenta, sua evolução ao longo do tempo e, principalmente, a natureza dos dados por ela oferecidos.

Deve-se ressaltar, por último, que esta obra também foi concebida como uma homenagem aos inúmeros ibgeanos que participam ou que em algum momento participaram dos trabalhos da PNAD, valorizando-se os serviços por eles prestados, essenciais para o cumprimento da missão do IBGE: *Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.*

David Wu Tai

Coordenador-Geral do
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

P_{NAD}: uma janela para a história do IBGE

Leandro Malavota e Luigi Bonafé*

* Historiadores na Equipe de Memória Institucional do IBGE e doutores em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

Censos ocorrem, quase sempre, de 10 em 10 anos. A demanda por informações estatísticas, contudo, não é interrompida nos intervalos entre um Censo e outro. Para atender à necessidade de dados nos períodos intercensitários é que nasceu a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, executada pelo IBGE a partir de 1967. A PNAD já foi comparada a uma espécie de Censo brasileiro para anos não terminados em zero¹. Trata-se de uma analogia pouco rigorosa, mas que é útil para desnudar a motivação originária que levou à criação da pesquisa e para dar conta da dimensão e da relevância dessa operação estatística levada a cabo pelo IBGE.

Quando surgiu, na década de 1960, a PNAD foi pioneira, ambiciosa e inovadora. Ao longo de quase meio século de existência, ela resultou da estruturação de um programa de pesquisas domiciliares por amostragem. Vandeli dos Santos Guerra chega mesmo a afirmar que trata-se de um Sistema PNAD². Nesse sentido, pode-se dizer que, atualmente, a Pesquisa Básica do Sistema PNAD é um levantamento por amostra probabilística de domicílios com abrangência nacional e que investiga, em caráter permanente e com periodicidade anual (exceto em anos de Censo Demográfico), temas como habitação e trabalho, associados a dados sobre aspectos demográficos, educacionais e de rendimento da população brasileira.

A própria evolução histórica dessa e de outras pesquisas domiciliares por amostragem resultou na criação de subsistemas independentes do Sistema PNAD, desafiando a sua concepção original. Tais pesquisas, mesmo quando mantinham alguma identidade básica com a PNAD, atendiam a demandas que a Pesquisa Básica não cobria e que as Pesquisas Suplementares não poderiam suprir com a periodicidade necessária. O caso mais emblemático desse fenômeno foi a criação da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, que já nasceu “fora” do Sistema PNAD.

Nesse sentido, o processo relativamente recente de concepção de um Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD evidencia não apenas o sucesso da PNAD e as demandas crescentes por dados nos períodos intercensitários, mas também revela certa continuidade em relação à proposta original do Sistema PNAD, principalmente no que se refere aos princípios e diretrizes que estiveram na base de ambos os Sistemas. Além disso, o primeiro subsistema integrado ao SIPD que tornou-se realidade foi o da PNAD Contínua, que deve substituir tanto a PME quanto a PNAD. Em outras palavras: ressalvadas as diferenças de abrangência geográfica e temática, de metodologia e, claro, guardadas as devidas proporções, é lícito supor que em certo sentido o SIPD vai efetivar alguns dos princípios que nortearam a criação do Sistema PNAD quase 50 anos atrás.

Há, portanto, dois bons motivos para registrar em livro, neste ano de 2015, alguns aspectos relevantes da história da PNAD. Em primeiro lugar, a expectativa de que a pesquisa deixe de ser realizada num futuro breve. Em segundo lugar, a possibilidade de, ao analisar em perspectiva histórica as mudanças por que passou o Sistema PNAD desde 1967, ter acesso a uma “janela” privilegiada por onde se podem vislumbrar alguns dos valores mais característicos do IBGE, inscritos no “DNA”

¹ Para informações complementares, consultar: DAMICO, A.; PESSOA, D. *Analyze the pesquisa nacional por amostra de domicílios (pnad) with R*. In: ANALYZE survey data for free. [Postagem em 2015]. Disponível em: <<http://www.asdfree.com/search/label/pesquisa%20nacional%20por%20amostra%20de%20domicilios%20%28pnad%29>>. Acesso em: set. 2015. No original em Inglês, os autores descrevem a PNAD da seguinte maneira: “pense na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD como o Censo brasileiro para os anos intercensitários – aqueles que não terminam em zero. Principal pesquisa domiciliar para a nação brasileira, a PNAD mensura características gerais de educação, trabalho, rendimento e habitação da população” (tradução nossa).

² Além da Pesquisa Básica, o Sistema PNAD inclui Pesquisas Suplementares (para aprofundar as investigações sobre os temas da Pesquisa Básica ou para investigar assuntos associáveis aos temas básicos) e Pesquisas Especiais. Já ocorreu de a Pesquisa Básica ser interrompida por conta dos recursos e esforços necessários para a realização de uma Pesquisa Especial de vulto, por exemplo nos anos de 1974 e 1975, durante a coleta de dados para o Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF. Para mais detalhes sobre a concepção original do Sistema PNAD, consultar, em especial, o texto de Vandeli dos Santos Guerra, *A evolução do sistema de pesquisas domiciliares por amostragem no Brasil*, reproduzido neste volume. A consulta à transcrição do depoimento oral concedido pela autora à Equipe de Memória Institucional do IBGE, em 2015, também contribui para esclarecer esse ponto.

de diversas gerações de ibgeanos. A história da PNAD é também a história dos servidores de um órgão público de estatísticas oficiais que não admite negociar sua autonomia técnica. É a história do corpo técnico de uma instituição que produz pesquisas sempre alinhadas com as metodologias de produção de estatísticas mais modernas em cada época, apropriando-se em vez de meramente mimetizá-las. É a história de um órgão de Estado que respeita padrões técnicos internacionais, imprescindíveis para garantir a comparabilidade dos dados que produz. É, sobretudo, a história de uma instituição pública atenta às demandas crescentes da sociedade e de governos por informações socioeconômicas e demográficas de qualidade, que produz dados com excelência reconhecida internacionalmente, sem fugir ao desafio de divulgá-los com agilidade cada vez maior. Nada mais emblemático dessa característica do “DNA” do IBGE do que a listagem de temas investigados em Pesquisas Suplementares e Pesquisas Especiais do Sistema PNAD, reproduzida ao final desse texto. Dito de outro modo, isso significa que o estudo da história da PNAD entre 1967 e 2015 fornece muitos instrumentos de análise da história do próprio órgão nos seus últimos 50 anos. Nesse sentido, a PNAD é “boa” para pensar o IBGE³.

A maneira como esse volume da série Memória Institucional foi organizado procura evidenciar esse ponto.

* * *

Esta publicação nasceu a partir do trabalho coletivo dos servidores e estagiários da Equipe de Memória Institucional, subordinada à Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais - GEBIS do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI do IBGE. Para evitar nomes tão compridos e burocráticos, adotou-se o costume de fazer referência à equipe simplesmente pelo epíteto de Memória IBGE.

O conteúdo do livro está organizado em torno de três tipos (intercambiáveis) de informações: as de caráter sintético, que explicam as características centrais da PNAD e/ou contribuem para entender a história da pesquisa; as de caráter histórico, ou seja, aquelas que são reproduções de textos sobre a PNAD publicados em outros tempos, que reúnem reflexões relevantes sobre o assunto e estavam dispersos e/ou cujo acesso era limitado; e as que constituem instrumentos de pesquisa, cujo objetivo precípuo é estimular novas análises sobre a história da PNAD por parte de especialistas, estudantes e curiosos de um modo geral.

Na primeira seção do livro, este texto introdutório vem acompanhado por conteúdos de caráter sintético – uma linha do tempo com alguns dos principais marcos cronológicos da história da PNAD, entre 1965 e 2015, e uma lista dos temas investigados em Pesquisas Suplementares e Pesquisas Especiais do Sistema PNAD até hoje – e por reproduções de três importantes textos, escolhidos com base em critérios de relevância histórica. O folheto *Para compreender a PNAD* foi produzido pelo IBGE e divulgado em 1991, na tentativa de disseminar, em um texto simplificado, as principais características da pesquisa à época. O artigo *Programa de pesquisas domiciliares no Brasil* foi publicado na *Revista Brasileira de Estatística* em 1971⁴: seu valor histórico é por demais óbvio, assumindo caráter quase de testemunho, uma vez que foi redigido por técnicos envolvidos diretamente no período inicial do processo de implantação da PNAD no Brasil (Carlos Marcos Barbosa, Diretor do Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares - GEPD, do IBGE, e Merton Vincent Lindquist, Assessor da United States Agency for International Development - USAID para projetos estatísticos). Trata-se, portanto, de um tipo de História escrita “no calor da hora”. Por fim, encerrando essa primeira seção da publicação, o trabalho *A evolução do sistema de pesquisas domiciliares por amostragem no Brasil*, apresentado por Vandeli dos Santos Guerra no Seminário Internacional

³ Os autores estão deliberadamente parafrazeando Angela de Castro Gomes, que foi muito feliz ao sintetizar: “o Estado Novo é bom para pensar o Brasil” (GOMES, 1996, p. 207).

⁴ Os autores devem a Vera Abrantes, supervisora do Memória IBGE, a preciosa indicação desse texto, fruto de um refinado trabalho de pesquisa bibliográfica no acervo de numerosos artigos publicados ao longo de quase cinco décadas de existência da Revista.

sobre Metodologias para Pesquisas Domiciliares por Amostragem, realizado no Rio de Janeiro, em 2001, traça um painel histórico eivado de rigor conceitual, extremamente útil para entender aspectos não apenas da história da PNAD como também do próprio sistema de pesquisas domiciliares por amostragem do IBGE, de modo mais geral. O texto hoje tem relevância histórica ressaltada pelo fato de ter sido concluído e tornado público às vésperas do início do processo de reformulação das pesquisas domiciliares amostrais do IBGE – de que resultariam, por exemplo, o SIPD e a PNAD Contínua, que foi concebida para integrar PNAD e PME, constituindo o núcleo temático do Sistema.

A seção seguinte reúne reproduções de alguns dos documentos iconográficos (*banners* e cartazes) que foram produzidos e utilizados, entre 2001 e 2011, para disseminar publicações com resultados de pesquisas do Sistema PNAD e/ou para anunciar a realização de uma dessas operações estatísticas. Seria difícil imaginar uma pesquisa domiciliar sem um bom trabalho de propaganda que “abrisse as portas” das casas para o IBGE. Trata-se de uma amostra do que restou preservado em termos daquilo que, na falta de expressão mais precisa e adequada, se optou por denominar Memória Visual da propaganda da PNAD. Os arquivos digitais de cada uma das imagens reproduzidas estão disponíveis no CD-ROM que acompanha esta publicação.

A terceira seção do livro é fruto de incursões, ainda embrionárias, do Memória IBGE no campo de estudos que tem sido denominado História Digital. Nesse caso em particular, o objetivo foi restrito e modesto: reunir alguns dos registros *on-line* da PNAD, reproduzidos de forma a retratar o estado da arte do Portal do IBGE na Internet em relação a uma de suas principais operações estatísticas. Foram selecionadas algumas das páginas integrantes do Portal que, em setembro de 2015, apresentavam dados da PNAD e/ou sobre a pesquisa. Desse modo, foi possível reunir, nesta seção, alguns dos conteúdos disponíveis *on-line* nos espaços reservados à PNAD em canais do Portal, como o Banco de Metadados do IBGE, o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, o Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, o Séries Estatísticas & Séries Históricas, e na página Resultados de Pesquisas⁵. Na versão impressa da publicação estão reproduzidos parcialmente os recortes de tela capturados *on-line* a partir de cada canal ou página do Portal. Esse material é complementado, ainda, por arquivos digitais, disponíveis no CD-ROM que acompanha a publicação; aí foram reunidas reproduções mais completas de conteúdos de cada uma das fontes *on-line* consultadas.

Na seção seguinte, foi reproduzida, na íntegra, a transcrição da entrevista de História Oral concedida por Vandeli dos Santos Guerra a servidores do Memória IBGE em julho de 2015. Trata-se de valiosa fonte de consulta para pesquisadores motivados a enveredar pelos caminhos interessantes e complexos do estudo da história da PNAD. A leitura da transcrição da entrevista evidencia não apenas a dificuldade de tal empreitada como também a necessidade (e as vantagens) de refletir sobre o tema com rigor conceitual. O depoimento oral de Vandeli pode poupar ao pesquisador especializado um grande volume de tempo e esforços, além de prevenir erros de interpretação que até hoje acometem vários dos analistas e estudiosos da PNAD – e que também já foram cometidos pelos autores destas linhas, obviamente. A consulta à transcrição da entrevista é, além disso, um testemunho do quanto os organizadores desse livro aprenderam com a depoente.

Cumprido esclarecer, a propósito, que o Acervo do Projeto História Oral do IBGE conta com diversas outras entrevistas de servidores e ex-servidores que abordaram o tema da PNAD em seus depoimentos⁶. Todos esses depoimentos foram valiosos

⁵ Aos pesquisadores especialistas, interessados em acervos de microdados e dados da PNAD, recomenda-se também a consulta ao *blog* Analyze Survey Data for Free, que anuncia a possibilidade de análise de dados estatísticos da pesquisa com R, de forma gratuita, no endereço: <<http://www.asdfree.com/search/label/pesquisa%20nacional%20por%20amostra%20de%20domicilios%20%28pnad%29>>.

⁶ É forçoso informar aos possíveis interessados nesse tipo de pesquisa que alguns dos outros depoentes que trataram de forma específica do tema PNAD incluem: Achilles Nasser Fraxe; Antônio Ribeiro Neto; Cimar Azeredo Pereira; Domingos Elias Schanoski (São Paulo); Francisco Elano Cirino Bessa; Francisco Otávio Cunha Pires; Francisco Sales de Carvalho; José de Azevedo Lozana; Maria Martha Malard Mayer; Milton José Fonseca e Silva; Nelson de Castro Senra; Oscar Azevedo (Rio Grande do Norte); Ozélio Correia de Azevedo (Rio Grande do Norte); Sérgio Besserman Vianna; Tito Carlos Machado de Oliveira (Mato Grosso do Sul); Valéria da Motta Leite, entre outros.

na busca por “dar sentido” à história da PNAD, contribuindo para apontar trilhas de investigação no labirinto de informações sobre o tema. Optou-se, contudo, por transcrever textualmente apenas a entrevista de Vandeli, por dois motivos: em primeiro lugar, porque a depoente só aceitou conceder a entrevista sob a condição de que não fosse feito qualquer registro audiovisual (depoimentos do Acervo que foram registrados em vídeo têm sido gradativamente disponibilizados *on-line*, na íntegra, por meio dos canais de divulgação na Internet aos quais o Memória IBGE tem acesso, no Portal do IBGE e no Youtube); em segundo lugar, porque Vandeli cumpriu o papel de articular, de um lado, sua experiência pretérita com os erros e acertos do Sistema PNAD e, de outro, o planejamento e a execução do projeto de reformulação das pesquisas domiciliares amostrais do IBGE. Sua trajetória encarna e sintetiza, portanto, uma característica marcante do processo histórico de que resultaram o SIPD, a Amostra Mestra e a PNAD Contínua: a capacidade do corpo técnico do IBGE de mobilizar conhecimentos oriundos do passado da Instituição como instrumentos privilegiados para subsidiar a formulação de projetos futuros. Trata-se de um aspecto central do que, atualmente, se costuma chamar de Gestão do Conhecimento.

Na penúltima seção desta publicação, foi reproduzido um exemplo do tipo de informações sintéticas sobre a história da PNAD que figuram, com algumas variações ao longo do tempo, em quase todas as publicações que disseminam dados levantados pelo Sistema PNAD. O conteúdo da seção é fruto da reunião de trechos originalmente distribuídos pelos tópicos **Introdução**, **Notas técnicas** e **Apêndice** de uma das últimas publicações de resultados da PNAD editadas pelo IBGE. Apesar de mudanças nos conteúdos desses tópicos em cada publicação referente à pesquisa, a sua onipresença nos materiais editados pelo IBGE e relativos à PNAD não pode deixar de ser considerada a marca de uma época, digna de registro histórico à medida que aproxima-se o seu ocaso.

Por fim, como é de praxe nas publicações da série Memória Institucional, foram reproduzidos os painéis da exposição sobre a história da PNAD, exibida durante o evento de lançamento oficial do presente livro e no qual especialistas (produtores e usuários de informações da PNAD) debateram o passado e o futuro do Sistema PNAD, da PNAD Contínua, do SIPD e do próprio IBGE. O conteúdo iconográfico e textual desses painéis reflete o esforço de sintetizar, em linguagem clara e acessível a um público amplo, uma das formas de contar a história da PNAD. Em certo sentido, isso significa que o melhor ficou para o final: o leitor interessado em “tomar pé” dos principais aspectos dessa história antes de ler o restante do livro sentir-se-á plenamente contemplado se começar pelo fim.

O CD-ROM que acompanha esta publicação reproduz o volume impresso e disponibiliza adicionalmente: o conteúdo extra relativo à seção **Memória on-line da PNAD**; os arquivos eletrônicos das imagens reproduzidas na seção **Memória visual da PNAD**; e um vídeo montado com base em trechos de depoimentos do Acervo de História Oral do IBGE.

* * *

Uma obra como esta não seria possível sem a colaboração e o trabalho interdisciplinar de uma grande quantidade de servidores e estagiários do IBGE. Ela reflete, ainda, um esforço de mobilizar instrumentos de trabalho e metodologias que atravessam áreas como a História Oral, a História Pública e a História Digital, além de conhecimentos técnicos específicos da Biblioteconomia e da Arquivologia, bem como do tratamento técnico de imagens, da pesquisa iconográfica, da produção editorial...

Por toda essa complexidade, o Memória IBGE congratula-se de poder contar com o trabalho competente e devotado dos muitos envolvidos no processo de concepção e edição deste livro. Poucas instituições podem dispor de servidores tão leais aos valores que compartilham e que os fazem trabalhar com raro sentido de serviço público. As últimas páginas deste livro, para além da mera formalidade de preencher uma lista de nomes da Equipe técnica responsável pela publicação, cumprem também a função de manifestar o nosso muito obrigado.

Marcos cronológicos da história da PNAD entre 1965 e 2015

1965 – Em evento realizado na Cidade do México, o United States Census Bureau, com apoio do Inter American Statistical Institute - IASI, apresenta um modelo de levantamento no campo das pesquisas domiciliares por amostragem. A iniciativa resultaria, dois anos depois, no Projeto Atlântida, uma das principais bases para a capacitação dos técnicos do IBGE com vistas à realização desse tipo de inquérito estatístico.

1966 – Com suporte prestado pela United States Agency for International Development - USAID, é criado um grupo de trabalho incumbido da realização dos primeiros estudos visando à implementação de um programa nacional de pesquisas domiciliares por amostragem em bases contínuas. Como resultado de tal iniciativa, nos meses de outubro e novembro, foi realizado um teste preliminar em dois municípios do então Estado do Rio de Janeiro (Nova Iguaçu e Rio Bonito), com o intuito de avaliar as etapas do processo, bem como a adequação dos instrumentos de coleta.

1967 – Início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. A coleta de informações começa nos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, tendo sua abrangência paulatinamente expandida. Até o fim do ano seguinte, a pesquisa já abrangia todos os estados das Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, além do Distrito Federal, alcançando cerca de 92% da população brasileira.

1968 – Divulgação dos primeiros resultados da PNAD, com a publicação das estatísticas referentes ao quarto trimestre de 1967 para as regiões correspondentes aos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro (Região I), assim como São Paulo (Região II).

1970 – Em face da concentração de esforços requerida para a execução do Censo Demográfico, a coleta de informações para a PNAD é interrompida pela primeira vez. O mesmo ocorreria nos demais anos censitários (1980, 1991, 2000 e 2010). Ainda em 1970, contudo, foi efetuada uma pesquisa experimental em áreas das Regiões Norte e Centro-Oeste, tendo em vista uma futura expansão da área geográfica abrangida pela PNAD.

1971 – Primeira alteração significativa na metodologia da PNAD. A pesquisa, inicialmente planejada para ser desenvolvida trimestralmente, passa a ter periodicidade anual.

1972 – Realização de Pesquisa Especial sobre Rendimento Familiar.

1973 – Expansão da cobertura territorial da PNAD, que passa a alcançar as áreas urbanas das Regiões Norte e Centro-Oeste.

1974-1975 – Realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, pesquisa especial sobre orçamentos familiares e consumo alimentar. A pesquisa constituiria uma iniciativa pioneira no campo dos inquéritos estatísticos brasileiros, promovendo um amplo levantamento de informações sobre hábitos alimentares, saúde, higiene, renda e consumo no País. Em face da complexidade e especificidade do inquérito proposto, não foi realizada a Pesquisa Básica nesse biênio.

1976 – Realização de Pesquisa Especial sobre Mobilidade Social e Cor das Pessoas (pesquisa realizada por meio de uma subamostra).

1981 – Ampliação da abrangência territorial da PNAD, que passava a alcançar as áreas rurais da Região Centro-Oeste. Somente as áreas rurais da Região Norte permaneciam de fora da amostragem.

1986 – Realização de Pesquisa Especial sobre Anticoncepção (pesquisa realizada por meio de uma subamostra e restrita às mulheres de 15 a 54 anos de idade).

1987 – A investigação da característica cor ou raça passa a ser permanente, com a sua introdução no Questionário da Pesquisa Básica.

1992 – Nova alteração relevante na metodologia da pesquisa. Para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica até então não incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo-se trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso. Entre outras modificações, destaca-se ainda a criação de uma nova categoria específica para tipificar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado.

1994 – Em uma conjuntura marcada pela escassez de recursos, agravada pelo atraso ocorrido na apuração dos resultados da pesquisa nos dois anos anteriores, a PNAD não foi realizada.

2004 – Expansão da abrangência territorial da PNAD, que passa também a investigar as áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Enfim, a PNAD cobriria todo o Território Nacional.

2007 – Introdução do coletor eletrônico (Personal Digital Assistant - PDA) para a realização das operações de coleta, promovendo um aprimoramento do sistema operacional da pesquisa, melhorando a qualidade da informação e agilizando a apuração dos resultados.

2008 – Reponderação da série histórica da PNAD, com introdução de novos critérios e produção de novos pesos para expansão dos resultados da pesquisa no período de 2001 a 2007. Também nesse ano é realizada uma Pesquisa Especial sobre Tabagismo.

2011 – No último trimestre do ano é implantada, ainda em caráter experimental, a PNAD Contínua. O teste inicial foi feito em 20 Regiões Metropolitanas, uma Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE Grande Teresina), cinco Municípios das Capitais (Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Palmas e Campo Grande) e no Distrito Federal.

2012 – Estendida a abrangência da PNAD Contínua a todo o Território Nacional.

2015 – Com a consolidação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD e da PNAD Contínua, a previsão é de que este seja o último ano de execução da PNAD.

Pesquisas Suplementares da PNAD

- 1969 - Migração interna.
- 1970 - Migração interna.
- 1972 - Fecundidade.
- 1973 - Migração; Fecundidade; Mão de obra.
- 1976 - Migração; Fecundidade.
- 1977 - Habitação; Migração; Fecundidade.
- 1978 - Fecundidade; mortalidade.
- 1979 - Consumo de energia.
- 1981 - Saúde.
- 1982 - Educação.
- 1983 - Mão de obra e previdência.
- 1984 - Fecundidade feminina.
- 1985 - Situação do menor.
- 1986 - Acesso a serviços de saúde; Suplementação alimentar; Associativismo.
- 1988 - Participação político-social; Estoque de aparelhos utilizadores de energia.
- 1989 - Trabalho.
- 1990 - Trabalho.
- 1992- Migração; Fecundidade; Ensino supletivo; Nupcialidade; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 1993 - Migração; Fecundidade; Ensino supletivo; Nupcialidade; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 1995 - Migração; Fecundidade; Ensino supletivo; Nupcialidade; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 1996 - Migração; Fecundidade; Mobilidade social.
- 1998 - Migração; Fecundidade; Saúde; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 1999 - Migração; Fecundidade; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2001 - Migração; Fecundidade; Trabalho infantil.
- 2002 - Migração; Fecundidade; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2003 - Migração; Fecundidade; Saúde; Participação em programas voltados para educação; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2004 - Migração; Fecundidade; Aspectos complementares de educação; Acesso a transferências de renda de programas sociais; Segurança alimentar; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2005 - Migração; Fecundidade; Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2006 - Migração; Fecundidade; Aspectos complementares de educação; Acesso a transferências de renda de programas sociais; Trabalho infantil.
- 2007 - Migração; Fecundidade; Aspectos complementares da educação de jovens e adultos; Educação profissional; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2008 - Migração; Fecundidade; Saúde, Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2009 - Migração; Fecundidade; Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; Segurança alimentar; Vitimização e justiça; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2011 - Migração; Fecundidade; Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; Nupcialidade; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2012 - Migração; Fecundidade; Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; Nupcialidade; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.
- 2013 - Migração; Fecundidade; Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; Segurança alimentar; Nupcialidade; Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

Pesquisas Especiais da PNAD

- **1972** – Rendimento familiar.
- **1974-1975** – Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF (pesquisa especial sobre consumo alimentar e orçamentos familiares).
- **1976** – Mobilidade social e cor das pessoas.
- **1986** – Anticoncepção (pesquisa realizada por meio de uma subamostra e restrita às mulheres de 15 a 54 anos de idade).
- **2008** – Tabagismo (pesquisa realizada por meio de uma subamostra e restrita a um único morador de 15 anos ou mais de idade selecionado em cada unidade domiciliar dessa subamostra).

Textos históricos

(edição fac-similar)

**Para compreender a PNAD: um
texto simplificado**
(1991)



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDIMENTO

PARA COMPREENDER A
PNAD

(um texto simplificado)

**Pesquisa Nacional por Amostra
de Domicílios**

Rio de Janeiro
1991

APRESENTAÇÃO

Desde o início de sua implantação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - tem sido um poderoso instrumento para avaliar as condições de vida da população e o planejamento econômico e social do País.

Com o objetivo de proporcionar aos usuários da PNAD e ao público em geral um conhecimento inicial sobre o seu planejamento, execução e apuração, o IBGE, através do Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN -, responsável pela PNAD, lança a presente síntese explicativa, contendo, além das noções gerais, alguns aspectos técnicos e a indicação dos procedimentos para a obtenção de maiores detalhes e conhecimentos relativos a este sistema nacional de pesquisas domiciliares contínuas.

Rio de Janeiro, RJ, abril de 1991

Maria Martha Malard Mayer
Departamento de Emprego e Rendimento

SUMÁRIO

Apresentação	3
CAPÍTULO 1. Origem e Objetivos da PNAD	7
Objetivos Gerais	7
Um Pouco de História	7
CAPÍTULO 2. A Conceituação da Pesquisa Básica	12
Características Investigadas	12
Principais Conceitos e Definições Utilizados	13
CAPÍTULO 3. O Desenvolvimento das Operações	16
A Seleção da Amostra	16
A Listagem	17
A Entrevista	18
O Tratamento dos Dados Brutos	19
A Transformação dos Dados Primários	19
CAPÍTULO 4. As Equipes da PNAD	21
CAPÍTULO 5. A Precisão das Estimativas	24
Erros de Amostragem	24
Erros Alheios à Amostragem	25
Unidades com Entrevista não Realizada	26
Processo de Expansão da Amostra	27
CAPÍTULO 6. A Divulgação dos Resultados	29

Apêndices

Alguns Aspectos da Distribuição da Amostra - Tabelas

1. Áreas não abrangidas pelas regiões metropolitanas, fração de amostragem e número de municípios selecionados	33
2. Áreas abrangidas pelas regiões metropolitanas, fração de amostragem e número de municípios e setores selecionados	34
3. Distribuição dos setores da amostra em regiões metropolitanas e fora das regiões metropolitanas, segundo as Grandes Regiões	34

PNAD 1.01 - Questionário de Mão-de-Obra

CAPÍTULO 1

Origem e Objetivos da PNAD

Objetivos Gerais

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - é um sistema de levantamentos estatísticos destinado a produzir informações para o estudo e planejamento sócio-econômico do País.

O Programa Nacional de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios foi implantado gradativamente no Brasil, a partir de 1967, para suprir a falta de informações básicas sobre a população durante o período intercensitário e estudar temas factíveis de serem levantados por este tipo de pesquisa, que são insuficientemente investigados ou não são contemplados nos Censos Demográficos.

Um Pouco de História

Durante a década de 60 a United States Agency for International Development (Aliança para o Progresso) estava empenhada em colaborar na implantação de um sistema de pesquisas contínuas por amostra de domicílios em países latino-americanos. Este sistema visava a proporcionar informações de interesse dos países em que fosse implantado e, ao mesmo tempo, prover o continente americano de estatísticas comparáveis.

Naquela década, tornou-se evidente que o Brasil carecia de informações para planejar e acompanhar o seu desenvolvimento social, econômico e demográfico. As informações decenais, oriundas dos Censos Demográficos, eram insuficientes e demasiadamente defasadas no tempo para atender às demandas.

As pesquisas por amostra de domicílios eram o caminho possível para atender às demandas existentes, tendo em vista as vantagens que apresentam em relação aos levantamentos que investigam toda a população. Nas pesquisas por amostra de domicílios há melhor controle das fases operacionais e redução do tempo de execução e dos custos, além de permitir a ampliação e o aprofundamento das investigações dos temas que podem ser, adequadamente, captados por este tipo de levantamento.

Para suprir o País com as informações que necessitava, iniciou-se, em 1966, no IBGE, com a colaboração técnica proporcionada pela Aliança para o Progresso, o trabalho de implantação do Programa de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios, que deu origem à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

A PNAD foi planejada para ser um sistema de pesquisas por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, para atender a diversos propósitos relativos às áreas demográfica, de saúde, consumo alimentar e nutrição, condições de habitação e equipamentos domésticos, educação e cultura, trabalho e nível econômico do domicílio.

Considerando a impossibilidade de investigar continuamente todos os temas contidos nestas áreas ou mesmo esgotar qualquer um deles, a PNAD foi estruturada para ter uma pesquisa básica, pesquisas suplementares e pesquisas especiais.

A pesquisa básica da PNAD destina-se a investigar, de forma contínua, os temas definidos como de maior importância para medir o nível e acompanhar a evolução sócio-econômica da população do País. Os temas assim considerados e eleitos desde o início da PNAD para serem pesquisados, de forma permanente, através da pesquisa básica, foram habitação e mão-de-obra, associados a algumas características demográficas e educacionais.

As pesquisas suplementares destinam-se a aprofundar os temas permanentes e investigar outros assuntos de interesse que se interliguem com os da pesquisa básica.

As pesquisas especiais destinam-se a tratar de assuntos de maior complexidade, que exigem tratamento à parte da pesquisa básica, podendo até requerer um esquema de amostragem distinto.

A implantação da PNAD teve início em 1967 e vem se processando gradativamente. Ao final da década de 60, a PNAD já abrangia a área compreendida pelas atuais Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e, ainda, o Distrito Federal.

Até 1970, quando foi interrompida para a realização do Censo Demográfico, o levantamento básico era trimestral. Quando começou a ser replantada, em 1971, a PNAD passou a ser realizada uma vez por ano, no último trimestre.

Em 1973, já alcançava a amplitude que manteve até o final da década de 70 - as atuais Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e a área urbana das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Em 1974 e 1975, a pesquisa básica foi paralisada para a realização da pesquisa especial denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF -, tendo recommençado em 1976.

Em 1980, a PNAD foi interrompida para a realização do Censo Demográfico e foi reiniciada, em 1981, já cobrindo todo o País, exceto a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá que, em conjunto, representavam cerca de 3% da população do País.

Na década de 80, a pesquisa básica da PNAD permaneceu praticamente inalterada, o que facilitou, sobremaneira, a comparação dos indicadores produzidos por este levantamento. A partir de 1987 foi introduzida na pesquisa básica a investigação da cor das pessoas e de 1988 em diante, foram acrescentadas, ainda, as indagações sobre a existência de rádio e de televisão nos domicílios particulares permanentes.

As pesquisas suplementares da década de 80 abordaram os seguintes temas: Saúde (1981); Educação (1982); Mão-de-Obra e Previdência (1983); Fecundidade Feminina (1984); Situação do Menor (1985); Acesso a Serviços de Saúde, Suplementação Alimentar, Associativismo e Anticoncepção (1986); Participação Político-Social e Estoque de Aparelhos Utilizadores de Energia (1988); e Trabalho (1989). Em 1987, embora não se tivesse realizado uma pesquisa suplementar, a investigação da cor das pessoas, que foi introduzida na pesquisa básica, permitiu gerar um plano tabular específico, constituído, integralmente, por cruzamentos com esta característica.

Descrevem-se, a seguir, em linhas gerais, os principais aspectos tratados nas pesquisas suplementares.

Em 1981, foi realizada uma pesquisa suplementar visando à obtenção de informações relativas às condições de saúde da população e de acesso a serviços de saúde, atenção materno-infantil, deficiência ou incapacidade física, vacinação infantil, gastos com saúde, etc.

A pesquisa suplementar de 1982 investigou o perfil educacional da população, captando informações sobre ambiência cultural, fatores de natureza sócio-econômica que influenciam a escolarização e o próprio processo de escolarização.

Em 1983, a pesquisa suplementar focalizou aspectos da mão-de-obra e da previdência. A parte relativa à mão-de-obra teve por objetivo principal a ampliação do conhecimento adquirido a respeito dos vários segmentos da população de 10 anos de idade ou mais, especialmente no que se refere à caracterização da condição de atividade no período de referência de 12 meses. A parte referente ao tema previdência visou a determinar o seu grau de cobertura, investigando as pessoas vinculadas a um ou mais regimes de previdência.

A pesquisa suplementar aplicada em 1984 objetivou obter informações para o estudo dos níveis e tendência da fecundidade das mulheres de 15 a 54 anos de idade, tendo investigado, também, a história dos nascimentos e das uniões e a mortalidade fetal.

Em 1985, a pesquisa suplementar objetivou obter informações para analisar a situação do menor, tendo investigado questões relativas à condição de vida da população de 0 a 17 anos de idade, sua situação no grupo familiar ou doméstico; guarda e cuidados com as crianças de 0 a 6 anos de idade; aspectos relativos ao trabalho do menor; formas de obtenção e uso do dinheiro proveniente do trabalho; formas de inserção no sistema educacional na faixa de escolarização obrigatória; e utilização do tempo fora da escola ou do trabalho. Esta pesquisa suplementar restringiu-se às regiões metropolitanas e ao Distrito Federal.

Em 1986, a pesquisa suplementar abrangeu quatro temas: acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar, associativismo e anticoncepção. O tema acesso a serviços de saúde teve por finalidade captar informações sobre as condições de oferta desses serviços pelos estabelecimentos do gênero. A pesquisa da suplementação alimentar foi direcionada para a obtenção de indicadores de acesso da população carente a programas de distribuição gratuita de alimentos. O levantamento do tema associativismo visou ao conhecimento do perfil da população que se filia a órgãos de classes ou comunitários. E, finalmente, a investigação do tema anticoncepção teve por objetivo produzir indicadores dos níveis e das tendências da fecundidade e da utilização de métodos anticonceptivos.

Em 1988, realizaram-se duas pesquisas suplementares. A primeira investigou a participação político-social, visando a traçar o perfil do cidadão brasileiro no que se refere ao uso dos seus direitos civis, políticos e sociais. A segunda visou à captação do estoque dos principais aparelhos e equipamentos utilizadores de energia (eletricidade, gás, carvão e lenha) existentes nos do-

meios e de veículos automotores de uso dos moradores, por ano de fabricação e combustível.

Em 1989, a pesquisa suplementar contemplou o tema trabalho, visando a ampliar e aprofundar o conhecimento deste assunto investigado anualmente na pesquisa básica. A pesquisa suplementar de trabalho abrangeu as pessoas de 10 anos de idade ou mais e investigou outros aspectos do trabalho principal não abrangidos na pesquisa básica, características do trabalho secundário, a procura de trabalho empreendida pela pessoa ocupada, interesse em trocar o trabalho principal por um emprego com carteira assinada e motivação para permanecer no trabalho principal, características do último trabalho remunerado que a pessoa deixou há menos de 5 anos e a naturalidade da pessoa.

Em 1990, a PNAD foi realizada, em caráter excepcional, em decorrência do adiamento do Censo Demográfico para 1991. A fim de assegurar um melhor entendimento do mercado de trabalho, aplicou-se na PNAD de 1990, além do levantamento básico, a mesma pesquisa suplementar de trabalho realizada em 1989.

CAPÍTULO 2

A Conceituação da Pesquisa Básica

A PNAD abrange a população residente em domicílios particulares e em unidades de habitação em domicílios coletivos.

A coleta das informações obedece a uma série de conceitos básicos iguais, ou assemelhados, aos utilizados em várias outras pesquisas domiciliares, inclusive o Censo Demográfico.

Na pesquisa básica as características demográficas e sociais são pesquisadas para todas as pessoas; as educacionais, para a população de 5 anos de idade ou mais; e as características da mão-de-obra e do rendimento, para a população de 10 anos de idade ou mais.

A pesquisa básica obedece a uma data de referência para a definição da idade das pessoas, uma semana de referência para as características da mão-de-obra; um mês de referência para a pesquisa dos rendimentos e do aluguel ou prestação mensal; e um período de referência de 30 dias e outro de 60 para a procura de trabalho.

Características Investigadas

A descrição que se segue indica as características normalmente investigadas na pesquisa básica:

Demográficas e sociais - sexo, cor, condição na unidade domiciliar, na família e no domicílio, número da família e data de nascimento;

Educacionais - alfabetização, escolaridade (série e grau frequentados) e nível de instrução das pessoas que não são estudantes (última série concluída e grau correspondente);

Mão-de-obra - para as pessoas de 10 anos de idade ou mais - condição de atividade;

para as pessoas ocupadas

-ocupação, atividade e posição na ocupação no trabalho principal; horas normalmente trabalhadas por semana no trabalho principal e nos outros trabalhos; se contribuinte de instituto de previdência pelo trabalho; e

para as pessoas desocupadas

-tempo de procura de trabalho; ocupação, atividade, posição na ocupação, motivo da saída; se recebeu fundo de garantia e tempo de permanência em relação ao último trabalho remunerado;

Rendimento - rendimento mensal normalmente recebido do trabalho principal e dos outros trabalhos, aposentadoria, pensão, abono permanência, aluguel e outros rendimentos;

Habitação - espécie do domicílio; e

para domicílios particulares permanentes

-tipo, estrutura, abastecimento de água, esgotamento sanitário, uso da instalação sanitária, destino do lixo, iluminação elétrica, número de cômodos, condição de ocupação, aluguel ou prestação mensal, filtro de água, fogão, geladeira, rádio e televisão.

Principais Conceitos e Definições Utilizados:

Apresentam-se, a seguir, alguns dos principais conceitos e definições utilizados na pesquisa básica:

Domicílio - é o local que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal;

Domicílio Particular - é a moradia onde o relacionamento entre os moradores é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou

por normas de convivência. Os domicílios particulares podem ser permanentes (casas, apartamentos, rústicos, quartos ou cômodos) ou improvisados (tendas, barracas, vagões, carroças, etc.);

Domicílio Coletivo - é a moradia onde prevalece o cumprimento de normas administrativas (hotel, pensão, albergue, asilo, abrigo, etc.);

Morador - é a pessoa que tem a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual;

População Pesquisada - a PNAD investiga a população residente, excluindo-se: os moradores em embaixadas, consulados ou legações estrangeiras; as pessoas abrigadas em instituições de assistência; os militares residentes em instalações militares; os pacientes internados nos hospitais; os alunos internos de estabelecimentos educacionais e os religiosos que vivem em conventos, mosteiros, clausuras, etc.;

Trabalho - define-se como trabalho a ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou mercadorias, ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.); e a ocupação econômica, exercida sem remuneração, normalmente durante 15 horas por semana ou mais:

- em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha atividade econômica;
- em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;
- na qualidade de aprendiz, estagiário, etc.

Pessoa Ocupada - pessoa que durante a semana de referência da pesquisa tinha trabalho, ainda que não estivesse trabalhando por motivo de férias, licença, etc.;

Pessoa Desocupada - pessoa que na semana de referência não tinha trabalho e tomou alguma providência efetiva para consegui-lo durante a semana;

População Economicamente Ativa - é constituída pelas pessoas classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência;

População Não Economicamente Ativa - é constituída pelas pessoas que não foram classificadas como ocupadas, nem como desocupadas, na semana de referência;

Para maiores detalhes, estudo de casos e situações particulares sobre os conceitos, consultar o MANUAL DE ENTREVISTA DA PESQUISA BÁSICA E SUPLEMENTAR - PNAD - 1990.

CAPÍTULO 3

O Desenvolvimento das Operações

A Seleção da Amostra

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** é uma pesquisa utilizada para propósitos múltiplos em que a amostra é selecionada em etapas sucessivas. Selecionam-se os municípios, os setores e as unidades domiciliares.

O desenho da amostra é elaborado a partir das informações da **Base Geográfica**, atualizada para o Censo Demográfico.

A Base Geográfica é constituída de ampla documentação sobre as leis municipais e um conjunto de instrumentos utilizados para fins estatísticos, tais como, mapas municipais e urbanos, croquis de aglomerados rurais, descrição e mapas dos setores censitários, etc.

A Base Geográfica pode ser tratada como um sistema no qual a cada setor corresponde um conjunto de informações sobre a área. Esta estruturação permite editar dados a nível de setor para mais de um censo.

Para maiores esclarecimentos consultar a **Metodologia do Censo Demográfico de 1980 - Série Relatórios Metodológicos - Vol. 4 - IBGE - 1981**.

A amostra é desenhada para gerar informações em separado por Unidade da Federação (exceto para Rondônia, Acre, Roraima e Amapá). Nas Unidades da Federação que possuem região metropolitana legalmente definida a amostra é selecionada separadamente para a parcela da região metropolitana e para a parcela das áreas situadas fora da região metropolitana.

Unidades de primeiro estágio - **Municípios**

Antes da seleção os municípios são divididos em dois grandes grupamentos. No primeiro são arrolados o município da capital, os demais municípios pertencentes à região metropolitana (quando existe), os municípios mais importantes em tamanho de população e os que se destacam dos demais em função de alguma característica especial (econômica ou social). Todos

estes municípios são incluídos na amostra. No segundo gr̄upamento reúnem-se os demais municípios, formando-se estratos de tamanho de população aproximadamente igual e obedecendo, na medida do possível, aos limites das microrregiões homogêneas.¹ De cada estrato assim formado selecionam-se no mínimo dois municípios para a amostra (com probabilidade proporcional ao tamanho de suas populações no Censo Demográfico).

Unidades de segundo estágio - **Setores Censitários**

Para cada município incluído no primeiro estágio da amostra seleciona-se (com probabilidade proporcional ao número de domicílios existentes no Censo Demográfico) uma amostra de setores censitários.

Unidades de terceiro estágio - **Domicílios**

A Listagem

Em todos os setores da amostra processa-se uma operação de campo denominada **Listagem**

A operação de Listagem visa à obtenção de um cadastro que permita quantificar, identificar e localizar as unidades domiciliares existentes nos setores selecionados para a amostra. Para isto são cadastrados, ordenadamente, os endereços ou outra qualquer forma de identificação, que permita a localização de todas as estruturas domiciliares e, também, das não residenciais existentes no setor.

O desenho da amostra da PNAD passa, obrigatoriamente, por uma revisão a cada dez anos. Entretanto, o tamanho da amostra varia de acordo com o crescimento do número de domicílios nos setores selecionados.

O tamanho da amostra selecionada para 1990 foi da ordem de 89 000 unidades domiciliares, distribuídas em 808 municípios e 6 556 setores censitários. Em 1981 a amostra somava mais de 124 000 unidades e, devido ao crescimento anual no número de domicílios, em 1985 a amostra já ultrapassava a casa das 144 000 unidades.

¹ Ver Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas - IBGE - 1961.

Este crescimento contínuo causava uma enorme sobrecarga operacional e conseqüente aumento de custos sem que, praticamente, se conseguisse melhoria da precisão da amostra.

Empreenderam-se, então, vários estudos alternativos para a redução do tamanho da amostra, cuidando-se para que sua precisão não se modificasse substancialmente. Ao final dos estudos foram feitas alterações nas frações de amostragem e na forma dos estimadores, reduzindo-se a amostra para pouco mais de 74 000 unidades em 1986.

Para conhecer detalhes do processo, consultar no Arquivo Técnico do Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN o documento nº 125/55 - PNAD Metodologia - Redução do Número de Domicílios na Amostra e Proposta de Novos Estimadores - 1980.

A partir do cadastro atualizado pela Listagem processa-se a seleção das unidades domiciliares da amostra, isto é, domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos.

O número de domicílios a serem selecionados nesta terceira etapa é calculado em função de uma fração global de amostragem, determinada pelo produto das probabilidades condicionadas, de seleção do município, do setor e do domicílio. Utiliza-se um intervalo de seleção que, aplicado sistematicamente a um início aleatório, permite a seleção das unidades da amostra.

Para maiores detalhes sobre o processo de seleção consultar a Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Série Relatórios Metodológicos - Vol. 1 - IBGE - 1981, que descreve os procedimentos da década de 70. Para a década de 80 pode ser consultado o documento sobre a Redução da Amostra e Proposta de Novos Estimadores - nº 125/55, Arquivo Técnico do DEREN.

A Entrevista

A Entrevista é o ponto culminante dos trabalhos de campo. Durante a operação o Entrevistador obtém, em entrevista direta com os moradores da unidade da amostra, as informações necessárias ao preenchimento dos questionários elaborados para as pesquisas básica e suplementar.

A operação de Entrevista assim como a operação de Listagem exigem a organização e o preparo técnico das equipes da PNAD nas Unidades Estaduais. Além do treinamento destas equipes, há necessidade, também, de campanhas de esclarecimento público e contato com os moradores dos domicílios da amostra, explicando a utilidade e a finalidade da pesquisa. A intenção é de predispor as pessoas para prestarem, de boa vontade e corretamente, todas as informações solicitadas nos questionários.

O Tratamento dos Dados Brutos

A depuração das informações registradas nos formulários de coleta inicia-se já durante a operação de Entrevista. O primeiro refinamento constitui-se da crítica visual de microconsistência e da codificação dos questionários. A seguir faz-se o acondicionamento dos questionários em pastas (por número de controle) e, depois, procede-se a crítica semi-automatizada.

O objetivo da **Crítica de Microconsistência** é garantir a consistência entre as informações de cada unidade domiciliar. Esta crítica compreende duas etapas: a **crítica visual** e a **crítica semi-automatizada**. Durante a crítica visual procura-se captar e eliminar as divergências existentes retornando, se necessário, à unidade domiciliar para acertos ou esclarecimentos.

A **Codificação** tem por finalidade preparar as informações para a entrada de dados no computador; e o **Empastamento** tem por objetivo facilitar a localização dos questionários e agilizar sua movimentação nas etapas seguintes, evitando-se os extravios.

A Transformação dos Dados Primários

Concluída a crítica visual e a codificação, segue-se a digitação das informações, que são submetidas a um programa de entrada de dados no computador e a um plano de crítica eletrônica.

Na tentativa de reduzir o tempo de processamento da pesquisa o DEREN passou a por em prática, a partir de 1988, um programa de descentralização no qual as Unidades Estaduais que dispõem de um centro de processamento de dados adotam o material coletado por aquelas que não dispõem daquele recurso técnico. A adoção consiste no processamento da digitação e da crítica semi-automatizada do material enviado pelas unidades adotadas. As unidades adotantes são 11 e as adotadas são em número de 15.

Concluído o trabalho de crítica iniciam-se as tarefas relacionadas com a apuração e validação dos resultados da aplicação do plano tabular da pesquisa. Estes resultados são comparados, na medida do possível, com dados de fontes independentes e analisados os aspectos estruturais e conjunturais dos fenômenos pesquisados.

CAPÍTULO 4

As Equipes da PNAD

Os estudos metodológicos relacionados com as técnicas da amostragem e do desenvolvimento conceitual, a definição e elaboração dos instrumentos, planos e normas para a execução, crítica e divulgação das pesquisas, bem como o planejamento global e a estruturação dos procedimentos para a implantação dos levantamentos, são as principais atribuições das Equipes da PNAD que atuam no Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN -, em estreito relacionamento com as equipes das áreas de Informática e das Unidades Estaduais.

O desenvolvimento dos sistemas para os processamentos computacionais necessários para a crítica e a apuração dos resultados da pesquisa são desenvolvidos pelas equipes da área de Informática.

As operações de **LISTAGEM e ENTREVISTA** são executadas pelas equipes de servidores do IBGE lotados nas Unidades Estaduais, que possuem uma rede de Agências de Coleta de informações distribuídas pela maioria dos municípios. O sistema nacional assim formado é comumente conhecido como **Rede de Coleta do IBGE**, que procede aos levantamentos nacionais e atende, também, a solicitações de levantamentos regionais, estaduais ou municipais, de órgãos filiados ao Sistema Estatístico Nacional ou conveniados com o IBGE.

Visando a uma perfeita administração da PNAD, criaram-se uma hierarquia de funções e equipes especializadas, subordinadas ao chefe da Unidade Estadual do IBGE.

Além das operações de listagem e entrevista, todas as Unidades Estaduais executam a crítica visual de microconsistência, a codificação e o empastamento. As Unidades Estaduais dotadas de centro de processamento de dados executam, também, a digitação e a crítica semi-automatizada de microconsistência do material coletado por elas e pelas unidades adotadas.

A pirâmide de funções nas Unidades Estaduais tem em sua base os Entrevistadores, subordinados aos Supervisores que, por sua vez, estão subordinados ao Coordenador Estadual.

O **Coordenador Estadual** é responsável pela qualidade de todas as operações da PNAD na Unidade Estadual, incumbindo-se, dentre várias outras atividades, de ministrar os treinamentos e reciclagens do seu pessoal; montar as equipes; controlar as operações do processamento interno; zelar pelo cumprimento dos cronogramas de trabalho; e tudo mais necessário à estruturação e execução do levantamento, em consonância com as normas estabelecidas pelo Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN. O Coordenador Estadual é o elo de ligação entre as equipes de campo e a Direção da Unidade Estadual e entre a Unidade Estadual e o DEREN.

Aos **Supervisores** compete a organização, o controle, o retreinamento e o acompanhamento dos entrevistadores sob sua orientação para a execução da Listagem e da Entrevista, zelando por sua qualidade e cumprimento dos cronogramas de trabalho.

Aos **Entrevistadores** cumpre executar a Listagem e a Entrevista em conformidade com os métodos e normas estabelecidos pelo DEREN e são diretamente subordinados aos Supervisores. Normalmente a relação numérica é de cinco ou seis Entrevistadores para um supervisor. Além destes componentes operam, também, equipes de apoio (controle técnico e administrativo, substituição eventual, etc.) ligadas aos Coordenadores e, em alguns casos, funcionando junto aos Supervisores de maior carga de trabalho.

Os métodos, regras e normas para a coordenação, supervisão, listagem e entrevista foram organizados em manuais específicos, elaborados pelo Departamento de Emprego e Rendimento.

Para conhecer detalhes das referidas operações deverão ser consultados os seguintes módulos instrucionais:

1. Manual de Listagem;
2. Manual de Entrevista das Pesquisas Básica e Suplementar;
3. Manual de Supervisão da Entrevista, Crítica e Codificação;
4. Manual de Crítica Visual, de Microconsistência, Codificação e Empastamento; e
5. Manual de Coordenação Estadual da Coleta e Apuração.

As equipes das Unidades Estaduais são submetidas a um treinamento centralizado em duas etapas iniciais e durante o desenrolar do levantamento há períodos de reciclagens e retreinamentos, sempre que se fazem necessários.

Na primeira etapa os Coordenadores e uma parte dos Supervisores são treinados por Instrutores do DEREN/DPE. Este primeiro treinamento é realizado na cidade do Rio de Janeiro ou em algum outro município próximo. Os Supervisores restantes e os Entrevistadores são preparados nas Unidades Estaduais em que atuam. Os Instrutores desta segunda etapa são normalmente os Coordenadores e os Supervisores formados na etapa anterior.

CAPÍTULO 5

A Precisão das Estimativas

Da mesma forma que qualquer instrumento de medida, automático ou operado pelo homem, as pesquisas estatísticas estão sujeitas a erros que podem afetar seus resultados em relação ao verdadeiro valor das características pesquisadas.

Quer seja o caso de um levantamento total, quer se trate de uma pesquisa por amostra, haverá sempre uma diferença entre o resultado estimado e o seu verdadeiro valor para uma determinada característica. A diferença ou erro total é decorrente de duas fontes distintas - os erros provenientes do próprio processo de amostragem e os erros ocasionados por falhas na execução das operações de campo e de processamento interno das informações.

Erros de Amostragem

O fato de se selecionar apenas uma das possíveis amostras da população investigada e, a partir desta amostra, inferir resultados para o total da população conduz a uma estimativa que pode variar dentro de um intervalo em torno do verdadeiro valor das características investigadas.

Desde que a amostra seja selecionada por processos probabilísticos é possível determinar o intervalo em torno do verdadeiro valor que se pretende determinar. A este tipo de flutuação aleatória decorrente do processo de seleção dá-se o nome de **erro de amostragem**, que pode ser estimado em números relativos.

Por outro lado, pode-se fixar um grau de precisão desejado para as estimativas e determinar o tamanho da amostra necessário para alcançá-lo. Entretanto, o que se faz na prática é determinar o tamanho da amostra em função de uma combinação de fatores importantes, quais sejam: o custo das operações, normalmente limitado no orçamento da pesquisa, e o grau de precisão ou erro de amostragem que se admite como aceitável.

É necessário, portanto, encontrar um ponto de equilíbrio para os fatores considerados, de sorte que nenhum deles supere um determinado valor estabelecido previamente.

Existe ainda um terceiro fator que, algumas vezes, limita o tamanho da amostra e, conseqüentemente, seu grau de precisão. Este último fator é o tempo disponível para a execução das operações.

Erros Alheios à Amostragem

Os erros alheios à amostragem podem ocorrer em qualquer tipo de levantamento ou pesquisa. A estimativa do nível de erros alheios à amostragem implica um processo complexo, longo e oneroso, razão pela qual não são mensurados na maioria das vezes. Estes erros não são influenciados pelo desenho da amostra.

Em uma pesquisa por amostra é necessário o máximo cuidado com os erros alheios à amostragem, devido ao fato de cada unidade pesquisada representar muitas outras do mesmo tipo. Assim, uma única unidade domiciliar representa várias outras (50, 100, 800, etc.) e o valor de suas características terá que ser multiplicado tantas vezes quantas são as unidades que representa.

Quanto a este tipo de erro, o que se utiliza na PNAD é a supervisão e acompanhamento constantes de todas as fases com o objetivo de detectar e eliminar os erros sistemáticos, evitando assim ocorrências danosas para os resultados da pesquisa.

Descrevem-se, a seguir, alguns tipos de erros alheios à amostragem, que podem ocorrer no desenvolvimento das pesquisas domiciliares:

- a. Erro de localização ou de delimitação do setor censitário, isto é, pesquisar um setor diferente do selecionado, ou ultrapassar seus limites, ou omitir parte dele (Listagem);
- b. Duplicidade de registro de unidades; omissão de unidades (Listagem);
- c. Entrevistar pessoas não abrangidas pela pesquisa, ou omitir moradores (Entrevista);
- d. Defeito na elaboração dos questionários que distorçam os resultados pretendidos (Planejamento);

- e. Erros de resposta do Informante ou registro de informação errado pelo Entrevistador (Entrevista);
- f. Erros na crítica, na codificação, na digitação, ou na programação da apuração (Processamento Interno).

Unidades com Entrevista não Realizada

A PNAD investiga, como já foi descrito, uma amostra de domicílios, representativa de todas as unidades domiciliares existentes em uma determinada data fixada para a listagem. Na prática, o número de unidades com entrevista realizada é, sempre, menor do que o número de unidades selecionadas para a amostra. Isto é decorrente de fatores que impossibilitam a entrevista em algumas unidades selecionadas.

A unidade selecionada, cuja entrevista não foi realizada é classificada da seguinte forma:

A. Unidade Ocupada

1. Fechada - quando a pesquisa não foi realizada na unidade devido aos moradores estarem ausentes temporariamente (em férias, em viagem, hospitalizados, etc.), durante todo o período da entrevista;
2. Recusa - quando os moradores se recusaram a prestar as informações; ou
3. Outra - quando a pesquisa não foi realizada por qualquer outro motivo, diferente dos já enumerados, como, por exemplo, a localidade ficou isolada pelas chuvas ou o domicílio estava sob quarentena;

B. Unidade Vaga:

1. Em condições de ser habitada - quando a unidade estiver vaga ou quando ocupada por pessoas não abrangidas pela pesquisa;

2. Uso ocasional - quando a unidade for utilizada apenas para descanso de fim de semana, férias ou outros fins ocasionais;
3. Em construção ou reforma - quando a unidade não estiver ocupada por estar em construção ou reforma; ou
4. Em ruínas - quando a unidade não estiver ocupada por estar em ruínas;

C. Unidade Inexistente:

1. Demolida - quando a unidade já foi ou está sendo demolida;
2. Não foi encontrada - quando a unidade tiver sido mudada de lugar (como é o caso de tendas, barracas, "trailers", reboques, etc.), ou não tiver sido encontrada por outro motivo;
3. Não residencial - quando a unidade estiver sendo utilizada exclusivamente para fins não residenciais (armazém, escritório, loja, etc.); ou
4. Fora do setor - quando, por falha, a unidade tiver sido listada como pertencente à área do setor, mas, na realidade, encontrava-se fora de seus limites.

Processo de Expansão da Amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente, segundo o tipo de área (região metropolitana e região não-metropolitana). Estas projeções consideram o crescimento da população ocorrido entre dois Censos Demográficos (1970 e 1980, para as pesquisas da década de 80) sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, de mortalidade e de migração.

Em relação às características das pessoas, o fator de expansão utilizado é o peso atribuído a cada indivíduo da amostra; para as característi-

cas das famílias, o peso dos chefes de família; e, para as características domiciliares, o peso atribuído aos chefes dos domicílios .

É fácil entender que, pelo fato de o processo de expansão da amostra utilizar estimadores baseados em projeções independentes da população residente, a precisão das estimativas elaboradas a partir dos resultados da amostra depende, também, do grau de precisão das projeções independentes utilizadas.

Para maiores detalhes sobre o processo de expansão da amostra deverá ser consultado no Arquivo Técnico do DEREN, o documento 125/55 - Redução do Número de Domicílios na Amostra e Proposta de Novos Estimadores.

CAPÍTULO 6

A Divulgação dos Resultados

A disseminação das informações da PNAD é desenvolvida de diferentes formas e em diferentes oportunidades, objetivando alcançar os variados grupos de usuários dos seus resultados.

Enquanto se prepara a impressão dos tomos de divulgação da pesquisa, elabora-se uma síntese contendo notas técnicas e comentários sobre os temas abordados e tabelas com indicadores extraídos do plano tabular de divulgação e tabulações específicas. Esta síntese divulga informações e análises globais e serve, ainda, para a elaboração de notas e comentários para a imprensa, através de comunicados da Coordenadoria de Comunicação Social, da Presidência do IBGE.

Nos cinco tomos da divulgação os resultados da pesquisa básica são apresentados em cinco tópicos: Dados Gerais, Instrução, Mão-de-Obra, Famílias e Domicílios. Estes tomos compreendem:

Tomo 1 - Brasil e Grandes Regiões;

Tomo 2 - Regiões Metropolitanas;

Tomo 3 - Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal;

Tomo 4 - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;

Tomo 5 - Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os principais resultados da pesquisa básica são, também, publicados no Anuário Estatístico do Brasil. E os resultados das pesquisas suplementares são divulgados em tomos específicos.

Além da divulgação padronizada os usuários têm a possibilidade de obtenção de tabulações especiais junto ao CDDI - Centro de Documen-

tação e Disseminação de Informações (Rua General Canabarro, 666 - CEP 20271 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - Tels.: (021)284-0402 ou 234-2043 - Ramais 284, 286, 288, 296 e 298 - Telex: (21)39128 - Fax: (021)234-6189.

Outra fonte é o SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automatizada - através da rede de Teleprocessamento do IBGE ou através da Rede Nacional de Telex (pelos nºs (021) 34.128 ou (021) 34.129).

As Unidades Estaduais do IBGE, cujas sedes se encontram nas capitais das Unidades da Federação, possuem um setor destinado ao atendimento dos usuários, onde poderão ser encontrados os resultados da PNAD.

Os aspectos técnicos das origens, implantação e desenvolvimento da PNAD, até o fim da década de 70, estão consubstanciados na Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Série Relatórios Metodológicos - Vol. 1 - IBGE - 1981. As modificações introduzidas a partir de 1981 são normalmente descritas nos tomos das publicações da PNAD.

APÊNDICES

ALGUNS ASPECTOS DA DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA

1 - ÁREAS NÃO ABRANGIDAS PELAS REGIÕES METROPOLITANAS, FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM E NÚMERO DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM	MUNICÍPIOS SELECIONADOS
Rondônia	1/200	5
Acre	1/200	3
Amazonas	1/125	10
Roraima	1/200	1
Pará	1/200	26
Amapá	1/200	1
Maranhão	1/600	29
Piauí	1/400	15
Ceará	1/600	25
Rio Grande do Norte	1/400	15
Paraíba	1/400	21
Pernambuco	1/600	31
Alagoas	1/400	14
Sergipe	1/250	12
Bahia	1/600	61
Minas Gerais	1/600	92
Espírito Santo	1/400	16
Rio de Janeiro	1/600	21
São Paulo	1/800	81
Paraná	1/700	49
Santa Catarina	1/700	31
Rio Grande do Sul	1/700	45
Mato Grosso do Sul	1/200	20
Mato Grosso	1/200	17
Goiás	1/300	56
Distrito Federal	1/200	1

FONTES - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 1990.

NOTA - Excluídas as áreas rurais da Região Norte.

2 - ÁREAS ABRANGIDAS PELAS REGIÕES METROPOLITANAS, FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS E SETORES SELECIONADOS

REGIÕES METROPOLITANAS	FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM	NÚMERO DE	
		Municípios selecionados	Setores selecionados
TOTAL	-	117	2 657
Belém	1/100	2	182
Fortaleza	1/200	5	186
Recife	1/200	9	284
Salvador	1/200	8	223
Belo Horizonte	1/200	14	330
Rio de Janeiro	1/600	14	450
São Paulo	1/800	37	447
Curitiba	1/200	14	199
Porto Alegre	1/200	14	356

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 1990.

NOTA - Excluídas as áreas rurais da Região Norte.

3 - DISTRIBUIÇÃO DOS SETORES DA AMOSTRA EM REGIÕES METROPOLITANAS E FORA DAS REGIÕES METROPOLITANAS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES

GRANDES REGIÕES	SETORES DA AMOSTRA		
	Total	Em regiões metropolitanas	Fora das regiões metropolitanas
BRASIL	8 194	2 657	5 537
Norte	621	182	439
Nordeste	2 301	693	1 608
Sudeste	2 844	1 227	1 617
Sul	1 412	555	857
Centro-Oeste	1 016	-	1 016

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 1990.

NOTA - Excluídas as áreas rurais da Região Norte.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
Departamento de Emprego e Rendimento

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD

PESQUISA BÁSICA DE 1989

PNAD I.01 — QUESTIONÁRIO DE MÃO-DE-OBRA

N.º DO SETOR	SITUAÇÃO	1 N.º DE ORDEM NO PNAD 2 02 OU 2 03	2 N.º DE CONTROLE	3 N.º DE SÉRIE
1				
NOME DO MUNICÍPIO				

4 SEMANA	5 UNIDADE ADICIONAL 2 <input type="checkbox"/> É 4 <input checked="" type="checkbox"/> Não é	TIPO A - UNIDADE OCUPADA 01 <input type="checkbox"/> Realizada 03 <input type="checkbox"/> Recusa 02 <input type="checkbox"/> Fechada 04 <input type="checkbox"/> Outra	6 TIPO DE ENTREVISTA TIPO B - UNIDADE VAGA 05 <input type="checkbox"/> Em condições de ser habitada 07 <input type="checkbox"/> Em construção ou reforma 06 <input type="checkbox"/> Uso ocasional 08 <input type="checkbox"/> Em ruínas	TIPO C - UNIDADE INEXISTENTE 09 <input type="checkbox"/> Demolida 11 <input type="checkbox"/> Não residencial 10 <input type="checkbox"/> Não foi encontrada 12 <input type="checkbox"/> Fora do setor
----------	--	---	---	--

MORADORES 7 TOTAL	8 10 ANOS OU MAIS	9 QUESTIONÁRIO SUPLEMENTAR <input type="checkbox"/> Não tem <input type="checkbox"/> Tem <input type="checkbox"/> E	10 N.º DE FOLHAS INTERNAS	Unidade da Federação _____ Endereço _____ Data da entrevista ____/____/____ Assinatura do informante _____
----------------------	-------------------	--	---------------------------	--

<p>2 PARA DOMICÍLIO</p> <p>1 ESPÉCIE DO DOMICÍLIO 2 <input type="checkbox"/> Particular permanente 4 <input type="checkbox"/> Particular improvisado 6 <input type="checkbox"/> Coletivo</p> <p>PARA DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE</p> <p>2 TIPO 1 <input type="checkbox"/> Casa 5 <input type="checkbox"/> Rústico 3 <input type="checkbox"/> Apartamento 7 <input type="checkbox"/> Quarto ou cômodo</p> <p>3 PAREDE 0 <input type="checkbox"/> Alvenaria 6 <input type="checkbox"/> Madeira aparelhada 2 <input type="checkbox"/> Madeira aparelhada tipo não revestida 8 <input type="checkbox"/> Outra 4 <input type="checkbox"/> Tipo não revestida</p> <p>4 PISO 1 <input type="checkbox"/> Madeira aparelhada 6 <input type="checkbox"/> Terra 3 <input type="checkbox"/> Cimento 7 <input type="checkbox"/> Madeira aparelhada 5 <input type="checkbox"/> Cerâmica 8 <input type="checkbox"/> Outra</p> <p>5 COBERTURA 0 <input type="checkbox"/> Laje de concreto 6 <input type="checkbox"/> Madeira aparelhada 2 <input type="checkbox"/> Telha de barro 7 <input type="checkbox"/> Madeira aparelhada 4 <input type="checkbox"/> Zinco 8 <input type="checkbox"/> Outra</p>	<p>6 ABASTECIMENTO DE ÁGUA</p> <p>Com canalização interna 1 <input type="checkbox"/> Rede geral 2 <input type="checkbox"/> Poço ou nascente 3 <input type="checkbox"/> Outra forma</p> <p>Sem canalização interna 4 <input type="checkbox"/> Rede geral 5 <input type="checkbox"/> Poço ou nascente 6 <input type="checkbox"/> Outra forma</p> <p>7 ESGOTAMENTO SANITÁRIO 0 <input type="checkbox"/> Rede geral 4 <input type="checkbox"/> Fossa rudimentar 8 <input type="checkbox"/> Não tem 2 <input type="checkbox"/> Fossa séptica 6 <input type="checkbox"/> Outro</p> <p>8 USO DA INSTALAÇÃO SANITÁRIA 1 <input type="checkbox"/> Só do domicílio 5 <input type="checkbox"/> Não tem 3 <input type="checkbox"/> Comum a mais de um</p> <p>9 DESTINO DO LIXO 0 <input type="checkbox"/> Coletado 6 <input type="checkbox"/> Colocado em terreno baldio 2 <input type="checkbox"/> Queimado 8 <input type="checkbox"/> Outro 4 <input type="checkbox"/> Enterrado</p>	<p>10 ILUMINAÇÃO ELÉTRICA 1 <input type="checkbox"/> Tem 3 <input type="checkbox"/> Não tem</p> <p>11 COMODOS Total _____ Serviço de dormitório _____</p> <p>12 CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO 0 <input type="checkbox"/> Próprio - já acabou de pagar 4 <input type="checkbox"/> Alugado 2 <input type="checkbox"/> Próprio - não acabou de pagar 6 <input type="checkbox"/> Cedido 8 <input type="checkbox"/> Outra</p> <p>13 ALUGUEL OU PRESTAÇÃO MENSAL NCZ\$ _____,00 999999 <input type="checkbox"/> Não paga</p> <p>14 FILTRO 1 <input type="checkbox"/> Tem 3 <input type="checkbox"/> Não tem</p> <p>15 FOGÃO 2 <input type="checkbox"/> Tem 4 <input type="checkbox"/> Não tem</p> <p>16 GELADEIRA 1 <input type="checkbox"/> Tem 3 <input type="checkbox"/> Não tem</p> <p>17 RÁDIO 2 <input type="checkbox"/> Tem 4 <input type="checkbox"/> Não tem</p> <p>18 TELEVISÃO 1 <input type="checkbox"/> Tem 3 <input type="checkbox"/> Não tem</p>
---	---	---

3 PARA MORADORES																	
N.º DE ORDEM	NOME	SEXO	COR	CONDIÇÃO (ver códigos)			DATA DE NASCIMENTO			PARA PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS				Especie do Curso (que frequentou)			
				Na Unidade Domiciliar	Na Família	N.º DA FAMÍLIA	Dia	Mês	Ano	Sabe ler e escrever 1-Sim 3-Não	Frequente Escola (série e grau do curso que frequentou)		Não Frequente Escola (curso de grau mais elevado no qual concluiu pelo menos a primeira série)				
											Grau	Nome	Grau da última série concluída		Nome		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)
01																	
02																	
03																	
04																	
05																	
06																	
07																	
08																	
09																	
10																	
11																	

CÓDIGOS		CONDIÇÃO NA UNIDADE DOMICILIAR E NA FAMÍLIA						OBSERVAÇÕES	
2 - Branca	6 - Parda	1 - Chefe	3 - Filho	5 - Agregado	7 - Empregado doméstico				
4 - Preta	8 - Amarela	2 - Cônjuge	4 - Outro parente	6 - Pensionista	8 - Parente do empregado doméstico				

NOME DO MORADOR DE 10 ANOS OU MAIS	
<p>4 1 Nº DE ORDEM</p>	
<p>1 O que fez na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Trabalhou } (siga 2)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Tinha trabalho mas não trabalhou } (siga 2)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Procurou trabalho } (passe ao 15)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Era estudante</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Cuidou dos afazeres domésticos</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Era aposentado ou pensionista } (passe ao 13)</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Outra (especifique)</p>	<p>8 Quantas horas trabalhava normalmente por semana no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p style="text-align: center;">Horas</p> <p>(se "sim" no quesito 2, siga 9. Caso contrário, passe ao 11)</p> <p>9 Qual o rendimento mensal que ganhava normalmente no (s) outro (s) trabalho (s) que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Em dinheiro</p> <p>3 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Em produtos ou mercadorias</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Somente em benefícios</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não remunerado } (siga 10)</p>
<p>2 tinha mais de um trabalho na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim } (siga 3)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não } (siga 3)</p> <p>OS QUESITOS 3 A 8 DEVEM REFERIR-SE AO TRABALHO QUE A PESSOA DEIXOU MAIOR NÚMERO DE HORAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA</p> <p>3 Qual a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>_____ } (siga 4)</p> <p>4 Onde exercia o trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>_____ } (siga 5)</p> <p>5 No trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro era</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Empregado } (siga 6)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Parceiro empregado } (siga 6)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Trabalhador agrícola volante com intermediário } (siga 6)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Trabalhador agrícola volante sem intermediário } (siga 6)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Conta-própria } (passe ao 7)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Parceiro conta-própria } (passe ao 7)</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Empregador } (passe ao 7)</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Parceiro empregador } (passe ao 7)</p> <p>0 <input type="checkbox"/> Não remunerado } (passe ao 8)</p> <p>6 Nesse emprego, tinha carteira de trabalho assinada?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim } (siga 7)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não } (siga 7)</p> <p>7 Qual o rendimento mensal que ganhava normalmente no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Em dinheiro</p> <p>4 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Em produtos ou mercadorias</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Somente em benefícios } (siga 8)</p>	<p>10 Quantas horas trabalhava normalmente por semana no (s) outro (s) trabalho (s) que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p style="text-align: center;">Horas</p> <p>(siga 11)</p> <p>11 era contribuinte de instituto de previdência?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (siga 12) } (passe ao 27)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (passe ao 27)</p> <p>12 contribuía para instituto de previdência federal, estadual ou municipal?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Federal } (passe ao 27)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Estadual } (passe ao 27)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Municipal } (passe ao 27)</p> <p>13 tomou alguma providência para conseguir trabalho no período de 1 a 23 de setembro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (passe ao 15) } (siga 14)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (siga 14)</p> <p>14 tomou alguma providência para conseguir trabalho no período de 2 a 31 de agosto?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (siga 15) } (passe ao 27)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não (passe ao 27)</p> <p>15 Qual a providência que tomou para conseguir trabalho?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Consultou empregadores } (siga 16)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Fez concurso } (siga 16)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Consultou agência ou sindicato } (siga 16)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Colocou ou respondeu anúncio } (siga 16)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Consultou parente, amigo ou colega } (siga 16)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outra (especifique) } (siga 16)</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Nenhuma } (passe ao 27)</p> <p>16 Em 30 de setembro de 1989, fazia quanto tempo que estava procurando trabalho?</p> <p style="text-align: center;">Meses Semanas</p> <p>(siga 17)</p> <p>17 já trabalhou anteriormente com remuneração?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (passe ao 19) } (siga 18)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não (siga 18)</p> <p>18 já trabalhou anteriormente sem remuneração?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim } (passe ao 27)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não } (passe ao 27)</p>
<p>19 Em 30 de setembro de 1989, fez quanto tempo que saiu do último trabalho remunerado que teve?</p> <p style="text-align: center;">Anos Meses</p> <p>(siga 20)</p> <p>20 Qual foi a última ocupação remunerada que exerceu?</p> <p>_____ } (siga 21)</p> <p>21 Onde exerceu o último trabalho remunerado que teve?</p> <p>_____ } (siga 22)</p> <p>22 No último trabalho remunerado que teve, era</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Empregado } (siga 23)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Conta-própria } (passe ao 27)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Empregador } (passe ao 27)</p> <p>23 Durante quanto tempo trabalhou no último emprego que teve?</p> <p style="text-align: center;">Anos Meses</p> <p>(siga 24)</p> <p>24 saiu do último emprego que teve por que pediu para sair ou foi dispensado?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Pediu para sair } (siga 25)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Foi dispensado } (siga 25)</p> <p>25 Nesse último emprego, tinha carteira de trabalho assinada?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (siga 26) } (siga 27)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não (passe ao 27)</p> <p>26 Quando saiu do último emprego que teve, recebeu fundo de garantia?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim } (siga 27)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não } (siga 27)</p> <p>27 recebia normalmente rendimentos de aposentadoria, pensão, abono de permanência, aluguel, doação, juros de caderneta de poupança, dividendos ou outro qualquer?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (siga 28)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não (encerre a entrevista)</p> <p>28 Qual o rendimento mensal que recebia normalmente de</p> <p>1 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Aposentadoria</p> <p>2 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Pensão</p> <p>3 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Abono de permanência</p> <p>4 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Aluguel</p> <p>5 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 <input type="checkbox"/> Outros (especifique)</p>	
<p>OBSERVAÇÕES</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	

4	1 N.º DE ORDEM	NOME DO MORADOR DE 10 ANOS OU MAIS
<p>1 O que fez na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Trabalhou } (siga 2)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Tinha trabalho mas não trabalhou } (siga 2)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Procurou trabalho } (passe ao 15)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Era estudante } (passe ao 13)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Cuidou dos afazeres domésticos } (passe ao 13)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Era aposentado ou pensionista } (passe ao 13)</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Outra (especifique) } (passe ao 13)</p>		
<p>2 tinha mais de um trabalho na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não } (siga 3)</p>		
<p>OS QUESTOS 3 A 4 DEVEM REFERIR-SE AO TRABALHO QUE A PESSOA DEDICOU MAIOR NÚMERO DE HORAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA</p>		
<p>3 Qual a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>_____ } (siga 4)</p>		
<p>4 Onde exercia o trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>_____ } (siga 5)</p>		
<p>5 No trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro, era:</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Empregado } (siga 6)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Parceiro empregado } (siga 6)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Trabalhador agrícola volante com intermediário } (siga 6)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Trabalhador agrícola volante sem intermediário } (siga 6)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Conta-própria } (passe ao 7)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Parceiro conta-própria } (passe ao 7)</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Empregador } (passe ao 7)</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Parceiro empregador } (passe ao 7)</p> <p>9 <input type="checkbox"/> Não remunerado } (passe ao 8)</p>		
<p>6 Nesse emprego, tinha carteira de trabalho assinada?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não } (siga 7)</p>		
<p>7 Qual o rendimento mensal que ganhava normalmente no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Em dinheiro } (siga 8)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Em produtos ou mercadorias } (siga 8)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Somente em benefícios } (siga 8)</p>		
<p>8 Quantas horas trabalhava normalmente por semana no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>_____ Horas } (siga 11)</p>		
<p>9 Qual o rendimento mensal que ganhava normalmente no (s) outro (s) trabalho (s) que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Em dinheiro } (siga 10)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Em produtos ou mercadorias } (siga 10)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Somente em benefícios } (siga 10)</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não remunerado } (siga 10)</p>		
<p>10 Quantas horas trabalhava normalmente por semana no (s) outro (s) trabalho (s) que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?</p> <p>_____ Horas } (siga 11)</p>		
<p>11 era contribuinte de instituto de previdência?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (siga 12) 3 <input type="checkbox"/> Não (passe ao 27)</p>		
<p>12 contribuía para instituto de previdência federal, estadual ou municipal?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Federal 4 <input type="checkbox"/> Estadual 6 <input type="checkbox"/> Municipal } (passe ao 27)</p>		
<p>13 tomou alguma providência para conseguir trabalho no período de 1 a 23 de setembro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (passe ao 15) 3 <input type="checkbox"/> Não (siga 14)</p>		
<p>14 tomou alguma providência para conseguir trabalho no período de 2 a 31 de agosto?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (siga 15) 4 <input type="checkbox"/> Não (passe ao 27)</p>		
<p>15 Qual a providência que tomou para conseguir trabalho?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Consultou empregadores } (siga 16)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Fez concurso } (siga 16)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Consultou agência ou sindicato } (siga 16)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Colocou ou respondeu anúncio } (siga 16)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Consultou parente, amigo ou colega } (siga 16)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outra (especifique) } (siga 16)</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Nenhuma } (passe ao 27)</p>		
<p>16 Em 30 de setembro de 1989, fazia quanto tempo que estava procurando trabalho?</p> <p>_____ Meses Semanas } (siga 17)</p>		
<p>17 já trabalhou anteriormente com remuneração?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (passe ao 19) 4 <input type="checkbox"/> Não (siga 18)</p>		
<p>18 já trabalhou anteriormente sem remuneração?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não } (passe ao 27)</p>		
<p>19 Em 30 de setembro de 1989, fez quanto tempo que saiu do último trabalho remunerado que teve?</p> <p>_____ Anos _____ Meses } (siga 20)</p>		
<p>20 Qual foi a última ocupação remunerada que exerceu?</p> <p>_____ } (siga 21)</p>		
<p>21 Onde exerceu o último trabalho remunerado que teve?</p> <p>_____ } (siga 22)</p>		
<p>22 No último trabalho remunerado que teve, era</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Empregado } (siga 23)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Conta-própria } (passe ao 27)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Empregador } (passe ao 27)</p>		
<p>23 Durante quanto tempo trabalhou no último emprego que teve?</p> <p>_____ Anos _____ Meses } (siga 24)</p>		
<p>24 saiu do último emprego que teve por que pediu para sair ou foi dispensado?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Pediu para sair 3 <input type="checkbox"/> Foi dispensado } (siga 25)</p>		
<p>25 Nesse último emprego, tinha carteira de trabalho assinada?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (siga 26) 4 <input type="checkbox"/> Não (passe ao 27)</p>		
<p>26 Quando saiu do último emprego que teve, recebeu fundo de garantia?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não } (siga 27)</p>		
<p>27 recebia normalmente rendimentos de aposentadoria, pensão, abono de permanência, aluguel, doação, juros de caderneta de poupança, dividendos ou outro qualquer?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim (siga 28) 4 <input type="checkbox"/> Não (encerre a entrevista)</p>		
<p>28 Qual o rendimento mensal que recebia normalmente de</p> <p>1 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Aposentadoria } (siga 29)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Pensão } (siga 29)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Abono de permanência } (siga 29)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Aluguel } (siga 29)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> NCz\$ _____,00 } Outros (especifique) } (siga 29)</p>		

OBSERVAÇÕES _____

SE O ASSUNTO É BRASIL, PROCURE O IBGE

O IBGE põe à disposição da sociedade milhares de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, que permitem conhecer a realidade física, humana, social, econômica e territorial do País.

VOCÊ PODE OBTER ESSAS PESQUISAS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS EM TODO O PAÍS

No Rio de Janeiro procure o
Núcleo de Atendimento Integrado - NAT do
Centro de Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI

Rua General Canabarro, 666
CEP 20271 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (021)284-0402 e 234-2043
Ramais 284, 286, 288, 296 e 298
Telex: 2134128 e 2139128 - Fax: (021)234-6189

Nos Estados procure o
Setor de Documentação e Disseminação de Informações - SDDI
dos Escritórios Estaduais

O IBGE possui, ainda, agências localizadas nos
principais Municípios.

PARA COMPREENDER A PNAD

(um texto simplificado)

Esta publicação é dirigida aos usuários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, que é uma das principais fontes das estatísticas sobre as condições de vida da população no País, abordando características demográficas e sócio-econômicas.

Apresenta a origem e os objetivos da PNAD, a conceituação das principais características investigadas e uma visão geral do plano de amostragem. Apresenta ainda informações sobre a obtenção dos dados primários e a divulgação dos resultados.

Programa de pesquisas domiciliares no Brasil (1971)

Carlos Marcos Barbosa e Merton Vincent Lindquist

Metodologia

*A RBE divulga, a seguir
a contribuição brasileira elaborada para
fazer parte dos documentos oficiais
e aprovados na X Sessão da Comissão de
Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais.*

PROGRAMA DE PESQUISAS DOMICILIARES NO BRASIL

COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO ESTATÍSTICO
CARLOS MARCOS BARBOSA,
DIRETOR DO GRUPO EXECUTIVO DE PESQUISAS DOMICILIARES.
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA, DA FUNDAÇÃO IBGE.
e MERTON VINCENT LINDQUIST
ASSESSOR DA USAID PARA PROJETOS ESTATÍSTICOS

SUMÁRIO

Apresentação

- I — Sinopse
- II — Realização e Conclusões do Teste Preliminar
- III — Desenho da Pesquisa Geral
- IV — Conteúdo
- V — Processos de Estimativas e Erros de Amostragem
- VI — Custo das Operações
- VII — Divulgação dos Resultados
- VIII — Migração Interna
- IX — Dificuldades e Implicações do Programa
- X — Reformulação do Programa — Novas Pesquisas

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho resume o planejamento inicial, a implementação operacional e as modificações adotadas, abordando alguns dos problemas enfrentados e as programações futuras.

O projeto em execução tem contado, desde o seu início, com a assistência técnica da USAID/Brasil, através da assessoria de técnicos do US Bureau of the Census, sendo que a maior contribuição tem sido dada por Mr. Merton Vincent Lindquist.

As siglas a seguir apresentadas aparecem várias vezes no texto do documento e têm o seguinte significado:

FIBGE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBE — Instituto Brasileiro de Estatística

IBG — Instituto Brasileiro de Geografia

GEPD — O Departamento dentro do IBE responsável pelo planejamento e direção dos programas de pesquisa por amostra de domicílios foi oficialmente instituído em 16 de novembro de 1967, como *Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares, ou GEPD*.

PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

O documento global sobre as Pesquisas Domiciliares no Brasil deverá ser editado em breve e conterà, além dos aspectos já divulgados no II Simpósio Latino-Americano de Pesquisas Domiciliares, ampliações que visam estabelecê-lo como documento básico para esse tipo de projetos no Brasil.

I — SINOPSE

A. Consideração Inicial

Durante o ano de 1966, a Fundação IBGE deu início aos estudos para a implantação de um programa de pesquisas domiciliares por amostra, que deveria ser executado em bases contínuas. Vários meses foram dedicados ao exame e conhecimento do material publicado sob o título de "Atlantida — A Study case in Household Sample Survey", publicado pelo Bureau of the Census e preparado sob os auspícios da Agência para o Desenvolvimento Internacional. A fim de facilitar o exame do material, foram traduzidos vários formulários e questionários, bem como os manuais de operação. Foi realizada uma série de debates pelo Grupo de Trabalho especialmente criado para aquêle fim, com a principal finalidade de considerar a utilidade daquele tipo de programa para o Brasil e os problemas operacionais decorrentes de sua implementação.

Debateram-se programas de execução e desenhos alternativos de amostra, preparando-se várias notas sobre as diversas fases desse tipo de levantamento.

B. Teste Preliminar

Dos estudos mencionados resultou a decisão de realizar uma pesquisa experimental, para aplicação de todas as operações de campo em dois municípios, de que decorreria experiência prática como auxílio na determinação de algumas das especificações e dimensões do programa inicial.

O pessoal e recursos necessários foram fornecidos pelo IBE, sendo o teste realizado nos municípios de Nova Iguaçu e Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, em outubro-novembro de 1966. Posteriormente, foram considerados, em conjunto, os resultados do teste, após um inventário preliminar das necessidades estatísticas do Brasil, aquelas que poderiam ser atendidas de modo satisfatório por intermédio de uma pesquisa por amostra de domicílios.

Essas considerações visaram à formulação das especificações para programas alternativos que seriam considerados na segunda fase dos trabalhos.

C. Tempo Necessário para a Implementação, Recursos, Estimativas Preliminares de Custo

Reconheceu-se, desde logo, que a implementação ampla de um programa de pesquisas domiciliares por amostra num extenso país, com um grau de variabilidade substancial refletido em várias características da população, só poderia ser realizado num período de vários anos, para que o programa pudesse ser amplamente desenvolvido, o que centralizou a atenção nos recursos necessários em face dos meios disponíveis para a aplicação do projeto.

O programa passou a constituir uma atividade nova para o FIBGE, tendo havido, conseqüentemente, uma série de decisões sobre as especificações que teriam de basear-se em informações preliminares ou incompletas e em experiência de pesquisas realizadas em outros países semelhantes ao Brasil.

Essas decisões seriam naturalmente modificadas, à medida que crescesse a experiência brasileira. Inicialmente não havia, por exemplo, no desenvolvimento das estimativas de custo, um acúmulo de elementos relativos a pessoal e fatores de custo para um programa nos moldes operacionais em consideração. Além disso, embora existissem bases razoáveis para determinação dos tamanhos mínimos de amostra para obtenção de estimativas a um nível de precisão determinado para certas características, do ponto de vista do erro de amostragem, muito menos se sabia sobre o nível de erros de não-amostragem que seria encontrado e qual o seu efeito sobre os custos de processamento interno e de campo. Todavia, a fim de se ter uma base para a análise das

implicações orçamentárias do projeto, empreendeu-se um estudo de estimativa de custo abrangendo essencialmente tôdas as operações que seriam necessárias no programa em cogitação.

Os resultados dêsse estudo indicaram que para um programa nacional mínimo seriam necessários mais de Cr\$ 4,2 milhões para o primeiro ano e meio (o equivalente a cêrca de 2,0 milhões de dólares). Além do mais os custos periódicos mínimos, após a instituição do programa, foram estimados em mais de Cr\$ 1,0 milhão para o programa inicialmente proposto.

Foi decidido, posteriormente, que a implementação do programa seria efetuada até o máximo praticável, através da relocação de pessoal existente no Instituto Brasileiro de Estatística, órgão componente da FIBGE, para servir de quadro central do projeto. A pesquisa de campo, da mesma forma, deveria ser supervisionada e conduzida pelo pessoal existente na Rêde-de-Coleta do IBE.

D. Regiões — Implementação Sequencial

O Brasil foi dividido em sete regiões para efeito do programa *. Operacionalmente, a implementação foi efetuada sequencialmente nessas regiões. A primeira contagem experimental foi realizada nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, no terceiro trimestre de 1967. As contagens experimentais iniciais seguiram-se, de região para região, a intervalos de aproximadamente três meses.

O programa, nos nove Estados do Nordeste que estão incluídos na área de desenvolvimento da SUDENE, foi iniciado no terceiro trimestre de 1968.

Com a inclusão da Região V, mais de 92 por cento da população do Brasil estão, desde então, representados em cada levantamento realizado. Brasília, definida como sexta região, foi incluída no programa do quarto trimestre do mesmo ano, 1968. Um programa experimental foi realizado na sétima região, durante o primeiro e segundo trimestres de 1970.

Esta região, conforme definida para o programa de pesquisa, é dividida em duas sub-regiões: 1. os Estados da Bacia do Rio Amazonas; 2. os Estados de Mato Grosso e Goiás. Esta experiência auxiliará substancialmente no desenvolvimento de especificações para um programa prático naquela região, em harmonia com a questão dos custos de operações de pesquisa em face das variações das estimativas por amostra. Considerando as características físicas daquela vasta área, êste deverá ser um dos mais desafiadores problemas já encontrados em matéria de pesquisa por amostra de domicílios.

* Formenores da composição das regiões estão incluídos na seção III.

E. Publicação de Resultados

A divulgação dos resultados das pesquisas foi iniciada quase imediatamente, embora tivesse sido preferível só começá-la após realizadas as pesquisas e analisados completamente os resultados, em todo o país. Por diversas razões, contudo, houve considerável urgência e pressão para dar à publicidade, com bastante antecedência, os dados das pesquisas por amostras.

F. Pesquisas Trimestrais. Tamanho da Amostra. Conteúdo das Pesquisas

Uma vez iniciados, os programas de pesquisa em cada região foram realizados trimestralmente, sem interrupção. Começando com o quarto trimestre de 1967, o programa se tornou operacional em tôdas as regiões, à exceção da sétima. Incluiu a contagem de 27.000 domicílios, selecionados aleatoriamente, com 125.000 pessoas, pesquisados quatro vezes por ano. O conteúdo da pesquisa incluiu características demográficas básicas, um questionário sobre força-de-trabalho e um questionário destinado a medir a migração interna.

G. Interrupção da Pesquisa. Reformulação

Atualmente, a necessidade de concluir tôdas as preparações de campo e a realização dos programas do Censo de 1970, em execução até 1971, pelo Departamento de Censos da FIBGE, exigiu o emprêgo, em regime de tempo integral, de todos os recursos de pessoal disponíveis. Assim, a operação da pesquisa por amostra foi interrompida em fins do segundo trimestre de 1970.

O período de julho de 1970 a março de 1971 foi utilizado para o exame de todos os formulários, questionários e métodos em uso e para a reformulação dos processos operacionais, com o auxílio das experiências até agora obtidas. Os conceitos e definições estão sendo igualmente revistos quanto à adequacidade e reformulados quando considerados inadequados ou irrealistas em função das condições do Brasil ou das necessidades estatísticas. Além disto, as novas pesquisas a serem realizadas serão desenvolvidas e instituído um programa preliminar para execução de 1972 a 1975, inclusive. Finalmente, com base nos dados preliminares do Censo Demográfico de 1970 será efetuada uma reformulação de todo o programa, inclusive a amostra logo que tais resultados estejam disponíveis.

II — REALIZAÇÃO E CONCLUSÕES DO TESTE PRELIMINAR

A. Aspectos Gerais

Foi dito anteriormente que um teste preliminar das operações de campo foi realizado em Nova Iguaçu e Rio Bonito, em outubro-novembro de 1966. Estes municípios foram intencionalmente escolhidos para o teste, a fim de obter-se experiência em áreas urbanas e suburbanas com número modesto de construções residenciais novas e em áreas substancialmente rurais. O desenvolvimento de formulários e questionários e a elaboração de manuais e outros instrumentos utilizaram os documentos do modelo "ATLANTIDA". Todos os conceitos e definições, bem como a linguagem e redação usados nos diversos documentos, exigiram trabalho cuidadoso a fim de que fôssem práticos e pudessem ser igualmente entendidos e interpretados pelo pessoal do teste preliminar. Alguns pormenores do teste preliminar são os seguintes:

- as unidades primárias de amostragem para as finalidades do teste foram as áreas de contagem do Censo, ou setores, na terminologia censitária;
- foram obtidas entrevistas em aproximadamente 400 domicílios, selecionados aleatoriamente em 30 setores de amostra, em Nova Iguaçu e 10 setores de amostra em Rio Bonito;
- o pessoal de campo do teste preliminar foi selecionado dentre pessoas que trabalhavam nas agências de estatística do IBE nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro;
- foram usadas cópias dos mapas dos setores censitários para identificar os limites geográficos dos setores incluídos no teste;
- os formulários, questionários e documentos usados no teste incluíram os seguintes:
 - Questionário sobre Fôrça-de-trabalho, Formulário 1;
 - Fôlha de Registro de Domicílio, Formulário 300;
 - Fôlha de Listagem de Domicílio, Formulário 303;
 - Lista de Prédios, Formulário 304;
 - Fôlha de Listagem de Domicílios Coletivos, Formulário 305;
 - Lista de Endereços de Amostras, Formulário 306;
 - Questionário sobre Migração Interna, Formulário 602.

Instruções de campo para Supervisores e Entrevistadores

- as operações do teste preliminar incluíram contagem rápida de domicílios, listagem e enumeração de domicílio*.

* Na seção III temos uma explicação do uso da operação de "contagem rápida", como auxílio para estabelecer uma estrutura de domicílios para amostragem.

- as informações e dados obtidos em cada entrevista incluíram as características demográficas básicas das pessoas residentes nos domicílios da amostra e dados sobre força-de-trabalho e emprego para cada pessoa de 14 anos de idade e mais. Um número limitado de características foi também obtido para cada unidade domiciliar e sobre as unidades habitacionais.

Foram testados, quanto à adequacidade, três métodos alternativos das operações combinadas de listagem de domicílio e seleção que seriam práticas na designação de uma amostra contínua de domicílios. Foram identificados simplesmente como métodos 1, 2 e 3.

B. Conclusões

Em geral, o teste preliminar foi executado com razoável êxito, embora aparentemente tivesse havido uma certa dificuldade no entendimento dos conceitos e definições. Isto pouco surpreendeu, considerando as dificuldades de criar conceitos que fossem claramente compreendidos e interpretados da mesma forma por todas as pessoas associadas ao teste. Além de revelar tais problemas, o teste preliminar ajudou a esclarecer os processos operacionais necessários, a focalizar atenção sobre a necessidade de um treinamento completo de todo o pessoal a ser utilizado no projeto e o exame e revisão cuidadosa da redação dos questionários e do conteúdo dos manuais para os enumeradores.

Com referência ao processo de listagem de amostra domiciliar, diversos pontos ficaram claros. Nas áreas com até mesmo uma modesta quantidade de construções novas, e/ou áreas que tinham numerosos domicílios não encontrados na lista do Censo por qualquer motivo, logo se tornou aparente que fazer novas listagens seria mais fácil que tentar corrigir e atualizar as listas originais do Censo.

III — DESENHO DA PESQUISA GERAL

A. Regiões Definidas para o Programa de Pesquisa Domiciliar

O Brasil foi dividido nas sete seguintes regiões para o programa de pesquisa domiciliar:

REGIÃO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO
I	Guanabara e Rio de Janeiro
II	São Paulo
III	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

- IV Minas Gerais e Espírito Santo
- V Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia
- VI Distrito Federal-Brasília
- VII-A Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá
- VII-B Mato Grosso e Goiás

As regiões foram definidas combinando-se Unidades da Federação contíguas, de características físicas e econômicas semelhantes.

Nenhum esforço foi feito para estabelecer regiões de igual população ou outras medidas de tamanho, conforme pode-se notar no Quadro I. Reconheceu-se que as áreas econômicas reais geralmente não são coexistentes com unidades administrativas ou políticas e que qualquer agrupamento determinado não satisfaria todos os usuários de dados. Contudo, os agrupamentos adotados tiveram aceitação razoavelmente grande e foram produto da consulta da FIBGE a várias organizações usuárias. Com referência a áreas de projeto de desenvolvimento econômico no Brasil, a Região III é coexistente com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e a Região V essencialmente com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE). A Região III abrange as áreas de projeto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).

As informações comparativas sobre população segundo os resultados do Censo de 1960 e projetadas para 1.º de julho de 1967 e 1.º de julho de 1970 são dadas por região no Quadro I.

QUADRO I

REGIÃO	CENSO DE 1960		1967	1970
	População (1000 habitantes)	Domicílios (milhares)	Projeções Demográficas (milhares)	
I.....	6 710	1 370	8 347	9 250
II.....	12 975	2 632	16 081	17 766
III.....	11 873	2 218	15 764	18 042
IV.....	11 372	2 044	13 354	14 457
V.....	22 428	4 235	25 601	27 304
VI.....	142	27	(338) ¹	(500) ¹
VII-A.....	2 602	449	3 190	3 518
VII-B.....	2 865	516	4 243	4 968
BRASIL.....	70 967	13 491	86 580	95 305

¹ Estimativas independentes.

B. Amostra de Estágios Múltiplos Adotada; Tamanho da Pesquisa Domiciliar

A questão de estabelecer uma amostra de domicílios distribuídos pelo país ou concentrar a amostragem de domicílios numa seleção aleatória de áreas, tais como os municípios, será examinada sucintamente aqui. A existência do pessoal regional do IBE localizados nos municípios permitiu considerar um projeto com a distribuição geográfica máxima de domicílios de amostra.

Dois fatores que favoreceram a distribuição ampla foram:

- carga mínima de trabalho por enumerador. A enumeração de campo da pesquisa deveria ser uma tarefa nova acrescentada às outras responsabilidades do agente municipal. A distribuição de amostras a um grande número de municípios, por sua vez, atribuiria a cada agente um volume mínimo de trabalho;
- a distribuição máxima da amostra se aproximaria da amostragem ao acaso irrestrita de indivíduos.

Os seguintes fatores atuaram em sentido inverso:

- uma amostra largamente distribuída de domicílios localizados em um grande número de municípios teria exigido o desenvolvimento e a reprodução de inúmeros mapas e outros materiais geográficos;
- uma prodigiosa operação de listagem de domicílios teria sido necessária para preparar estruturas (“frames”) para uso em domicílios de amostragem e indivíduos, já que teria existido relativamente pouco agrupamento. No caso extremo, acarretaria um “frame” geral de quase 20 milhões de domicílios. Isto, naturalmente, era simplesmente impossível; esse nível de listagem de domicílios só é conseguido durante um programa censitário, de dez em dez anos;
- a distribuição e recebimento de materiais envolveria a remessa de material entre um grande número de pontos em todo o país, aumentando, assim, o problema de controle;
- um número substancialmente maior de agentes municipais teria de ser treinado e supervisionado;
- a qualidade do trabalho de campo concluído por enumeradores que têm apenas uma pequena carga de trabalho, com entrevistas intermitentes, geralmente declina após a familiarização inicial com o trabalho, em virtude da falta de atenção contínua à matéria, exigindo, assim, maior supervisão e treinamento mais freqüente da recapitulação.

Logo ficou patente que os cinco últimos fatores, considerando os custos potenciais e o número de pessoal e outros recursos necessários, ditariam o uso de um processo de amostragem de estágios múltiplos. As especificações pormenorizadas de tal processo, contudo, dependiam principalmente de informações e estudos de custos relativos de viagem, de operações de campo tais como a listagem e enumeração de domicílios e dos componentes de variação de unidades de áreas diferentes, como os municípios, distritos de enumeração do Censo e subdivisões destes distritos. Alguns destes fatores só eram conhecidos aproximadamente, de modo que qualquer projeto adotado seria preliminar e estaria sujeito a modificação para valer-se da acumulação de experiência operacional e dados sobre custos em relação a variações.

Considerando inicialmente o número de pessoas a ser incluído na amostra de uma região, nota-se que uma estimativa baseada numa amostra de 50.000 pessoas teria um erro relativo de amostragem de 0,5 por cento para uma característica que fosse pertinente a 50 por cento da população; outras características teriam erros maiores ou menores dependendo da frequência do item. Tomando-se uma amostra do mesmo número de indivíduos utilizando-se porém, conglomerados em que todas as pessoas são selecionadas, os erros de amostragem são geralmente maiores em comparação com os verificados na amostra aleatória simples, em virtude da homogeneidade que existe entre indivíduos tomados em grupo. O grau de homogeneidade todavia, varia de característica para característica, influenciando estes fatores no desenho de uma amostra de finalidades múltiplas.

Além disto, os valores destas correlações intra-classe variam, dependendo do tamanho de agrupamento. Felizmente, os valores de fatores de correlação intra-classe para uma variedade de características tinham sido determinados para unidades de áreas semelhantes e municípios e distritos de enumeração censitária, e para unidades domiciliares em diversos países onde as pesquisas por amostra domiciliar já eram operadas*.

Portanto, tais fatores já calculados e disponíveis foram utilizados como primeiras aproximações desses fatores no Brasil, nas considerações iniciais de projetos regionais de estágios múltiplos.

No programa do Brasil, tendo sido definidas sete regiões para a pesquisa domiciliar, uma amostra de quase 70.000 domicílios teria sido necessária para manter o nível de precisão relativa de um a três por cento para estimativas de características principais em cada uma das sete regiões. Um programa de tal vulto, contudo, teria consumido enormes recursos. Além do mais, mesmo admitindo o extenso pessoal de campo disponível, uma enumeração trimestral de 350.000 indivíduos em 70.000 domicílios teria sido um esforço severo para aquela equipe.

* HANSEN, HURWITZ & MADOW. *Sample Methods and Theory*. Vol. I, p. 264, 265, 308, 594-595.

O órgão central e a capacidade de processamento de dados também teriam de ser grandemente ampliados para realizar operações de processamento central. Todavia, como diferentes características são encontradas em proporções variáveis da população, algumas características em nível regional podem, na realidade, ser estimadas com quase a mesma exatidão que outros itens menos freqüentes abordados no nível nacional. Portanto, foi possível resolver a questão do tamanho de amostra por região em face dos custos da operação, estabelecendo-se um programa que fornecesse detalhes limitados em nível regional, detalhes adicionais para regiões combinadas e, naturalmente, detalhes máximos em nível nacional. A decisão resultante exigia, portanto, o desenvolvimento de um programa baseado numa amostra de probabilidade de estágios múltiplos de aproximadamente 30.000 domicílios em nível nacional, 8.000 a 9.000 domicílios em regiões combinadas e 4.000 a 5.000 domicílios para cada região definida. Seria feita a seleção de amostras em quatro estágios. O nível geral de erros relativos de amostragem esperados é mostrado no Quadro II como ilustração.

QUADRO II

NÍVEL GEOGRÁFICO	ERROS RELATIVOS DE AMOSTRAGEM ESPERADOS	
	Itens principais	Outros itens importantes
Nacional.....	0,5 a 2 por cento	2 a 5 por cento
Regiões Combinadas.....	1,5 a 4 por cento	3 a 10 por cento
Regiões.....	2,0 a 5 por cento	5 a 15 por cento

Os tamanhos de amostra esperados entre regiões com base nas projeções demográficas de 1967 são mostrados no Quadro III. As taxas globais de amostragem foram fixadas sujeitas a uma taxa mínima de 1/800. Se o crescimento populacional real a partir de 1960 em qualquer região fôsse maior ou menor que o indicado pelas projeções usadas, a amostra resultante teria sido, então, ligeiramente maior ou menor que a expectativa. Da mesma forma, os números de domicílios projetados para 1967 indicados no Quadro III foram computados usando-se o número médio de pessoas por domicílio calculado a partir dos dados do Censo de 1960; logo, qualquer alteração a partir de 1960 no tamanho médio do domicílio afetaria o número de domicílios efetivamente obtido.

QUADRO III

REGIÃO	MÉDIA PES./ DOMIC. CENSO DE 1960	NÚMERO ESTIMADO DE DOMICÍLIOS 1967 (milhares)	TAXA GLOBAL DE AMOSTRAGEM ATRIBUÍDA	TAMANHO DE AMOSTRA ESPERADO (1967)
I.....	4,9	1 703	1/400	4 257
II.....	4,9	3 282	1/800	4 103
III.....	5,3	2 974	1/800	3 718
IV.....	5,6	2 385	1/600	3 975
V.....	5,3	4 830	1/800	6 038
VI.....	5,3	64	1/300	2 133
I a VI.....	—	15 238	—	24 224
VII-A.(¹).....	5,8	550	1/200	2 750
VII-B.(¹).....	5,5	710	1/200	3 550
BRASIL.....	—	16 498	—	30 524

(1) A Região VII contém menos de 8 por cento da população do Brasil, porém mais de 64 por cento da área, equivalente a quase 5.500.000 quilômetros quadrados. É uma região que está em substancial desenvolvimento econômico tanto na Bacia do Rio Amazonas como nos Estados de Mato Grosso e Goiás. Além do mais, espera-se que ela se desenvolva a uma taxa crescente durante a década de 1970/1980. Considerando a vastidão da região e as dificuldades de comunicação e custos que existem ali, simplesmente não é possível estabelecer um programa operacionalmente eficiente não obstante as metas. O programa de teste preliminar, portanto, foi projetado e implementado para investigar os problemas de enumeração de campo e servir como base para a instituição de um programa que possa ser conduzido com os recursos disponíveis.

C. Estratificação. Desenho da Amostra
1. MUNICÍPIOS — UNIDADES PRIMÁRIAS DE AMOSTRAGEM

A mecânica operacional de estratificação e seleção da amostra de unidades primárias utilizou materiais disponíveis do programa do Censo de 1960 e informações de outras fontes no tocante a clima, precipitação pluviométrica, tipo de agricultura, tipo e concentração de indústria e informações fisiográficas sobre pequenas áreas. A seleção de amostras foi efetuada em quatro estágios; municípios, setores censitários, subsetores e domicílios, respectivamente. O município pareceu ser o primeiro estágio lógico por diversas razões:

- havia dados do Censo de 1960 e outras informações necessárias para estratificação disponíveis para cada município;
- o município é uma unidade administrativa;
- o pessoal de coleta de dados do IBE incluía um quadro de agentes localizados ao nível municipal.

Em 1960, havia 2.767 municípios no Brasil. Desde essa data, diversos municípios foram subdivididos, aumentando seu número para 3.958, em 1968, e pouco mais de 4.000, até meados de 1970. Sabendo-se que

a maior parte do material básico e dados de maior utilidade para estratificação e amostragem já existiam para os municípios definidos em 1960, foram êstes considerados como unidades de primeiro estágio.

2. SETORES E SUBSETORES CENSITÁRIOS. UNIDADES DE SEGUNDO E TERCEIRO ESTÁGIO

O exame do material do censo indicou que o setor censitário de 1960 seria uma unidade de segundo estágio adequada para uma pesquisa. Os setores censitários são áreas bem definidas, delineadas em mapas e descritas em função de seus limites físicos, que facilitam a utilização das listagens dos setores dos municípios, como base de amostragem. Estas listagens incluíam a população indicada pelo Censo de 1960, a contagem de domicílios e, ainda, uma classificação urbana ou rural para cada setor. Havia 57.913 setores delineados no Brasil, sendo o tamanho médio do setor, em 1960, de 1.225 pessoas. O Quadro IV mostra o número de setores censitários e de municípios, em 1960, por região de pesquisa.

QUADRO IV

REGIÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS EM 1960	NÚMERO DE SETORES DO CENSO EM 1960
I.....	62	4 843
II.....	530	10 754
III.....	414	9 651
IV.....	521	10 389
V (1).....	903	17 689
VI.....	1	107
VII-A.....	120	1 968
VII-B.....	243	2 513
BRASIL.....	2 767	57 914

¹⁾ Os totais da Região V incluem o município e o setor do censo para o Território de Fernando de Noronha.

Considerando a variação no tamanho dos setores e o crescimento populacional a partir de 1960, chegou-se à conclusão de que os setores eram geralmente muito grandes para constituírem áreas de listagem de domicílios. Foi, então, adotado um processo de “contagem-rápida” para estabelecer subsetores como unidades de área de terceiro estágio, de tamanho mais conveniente para a operação de listagem. O processo de “contagem-rápida” foi o trabalho inicial de campo realizado pelo

agente municipal do IBE. Foi-lhe fornecida uma cópia de um mapa juntamente com instruções para, após a identificação dos limites no campo, dividir a área total em áreas menores, de tamanho aproximadamente igual em número de domicílios. Cada subsetor devia, da mesma forma, ser definido com limites físicos identificáveis.

Nas Regiões I a IV, inclusive, foram delineados subsetores contendo aproximadamente 75 domicílios ocupados. Nas Regiões V e VI, 40 a 45 domicílios. Na Região VII o limite estabelecido foi menor, em virtude da extensão da área incluída em cada setor.

Vários fatores influenciaram o tamanho do subsetor estabelecido. Tais fatores serão brevemente discutidos aqui e nas seções que tratam de “Processo de Estimativas e Erros de Amostragem” e “Algumas Dificuldades e Implicações do Programa”. Havia sido originalmente previsto que a listagem de domicílio submetida a revisões periódicas, seria utilizada como “frame” para amostragem domiciliar, até que se efetivasse a reformulação da pesquisa, após o Censo de 1970.

Uma listagem contendo de 50 a 75 domicílios ocupados, poderia então servir de base para a seleção de unidades de substituição para a pesquisa básica e para a seleção de amostras independentes de domicílios, destinadas a outros estudos especiais, dentro do mesmo planejamento. Por isso, o esforço da operação inicial de listagem podia ser amortizado através da utilização múltipla das listas de domicílios originalmente estabelecidas.

Em segundo lugar, tornava-se imperativo que os limites dos subsectores fossem fisicamente identificados também pelo pessoal que não participou do trabalho inicial da pesquisa. O delineamento de pequenos subsectores requeria, contudo, cuidados especiais e longa preparação, a fim de que fosse assegurado o estabelecimento de limites aceitáveis. Aos mapas iniciais disponíveis faltava o tipo de detalhes substancialmente necessários.

Assim, a averiguação local e o mapeamento de campo se tornaram necessários, em cada caso. Em terceiro lugar, o exame das variâncias da amostra demonstrou que todas as grandes cidades possuem numerosas vilas e grandes edifícios de apartamentos contendo de 50 a 100 unidades, ou mais. Da mesma forma, em certas áreas rurais, as fazendas podem abrigar 25, 50 ou mais famílias de colonos em áreas relativamente pequenas. Para muitos itens incluídos nas pesquisas, portanto, haveria substancial ganho na precisão das estimativas de amostras se a área de listagem e a estrutura da amostra não fossem tão drasticamente reduzidas em tamanho e em população. O problema da determinação do tamanho mais eficiente da área de listagem é determinado pelo custo de campo e pelas variâncias, não havendo um tamanho mais eficiente para todas as circunstâncias.

2. PSEUDO-UNIDADES

Municípios e setores eram bastante variáveis, em tamanho e composição. Em cada caso, a combinação de unidades em pseudo-unidades foi efetuada com base em dois critérios principais:

- Os municípios de menos de 10.000 habitantes nas Regiões I, II e VII foram combinados com um ou mais municípios contíguos, para formar pseudo-municípios. Nas Regiões III, IV e V este número era de 12.000. Adicionalmente, certos municípios, muito dissemelhantes com relação à composição urbano-rural da população e sua atividade agrícola e não agrícola, foram combinados para criar uma unidade de primeiro estágio mais heterogênea e portanto mais homogênea entre outras unidades primárias na mesma região.
- Alguns setores foram também combinados com setores contíguos quando o número de domicílios do ano de 1960 era menor que 60, com exceção da Região VII, onde o mínimo exigido era de 30 domicílios.

3. NÚMERO DE UNIDADES DE AMOSTRA DE PRIMEIRO ESTÁGIO

Havia sido decidido pela FIBGE, iniciar um programa de pesquisas domiciliares com cerca de 30.000 domicílios em nível nacional, 8 a 9.000 em regiões combinadas e um número mínimo de 4.000 domicílios por região individual definida. Tal programa deveria ser capaz de produzir estimativas de um determinado número de características importantes no nível regional, detalhes adicionais em regiões combinadas e um maior número de detalhes, em cada item, no nível nacional. Estimativas de muitas características menores também poderiam ser produzidas ao nível nacional.

Solicitações de estimativas feitas ao nível regional para pesquisas especiais, requeririam amostras maiores de 4.000 domicílios. Assim, a escolha do número de municípios como unidades de primeiro estágio a serem incluídas na amostra por região, foi influenciada por três fatores:

- o tamanho mínimo da amostra necessária, para impedir que a contribuição da variância das unidades de primeiro estágio se tornasse excessiva em relação a outros componentes da variância total;
- a sobrecarga do trabalho por município, que poderia ser cumprida pelo agente do IBE, além de sua tarefa normal;
- o tamanho da amostra de primeiro estágio e tipo de desenho que pudesse facilmente permitir o aumento do número de domicílios da amostra dentro da amostra de primeiro estágio, a fim de atender a pedidos de estimativas de maior precisão.

De certa forma, a solução do problema da dimensão da amostra de primeiro estágio foi quase automática. Baseado na experiência do teste preliminar, calculou-se que o enumerador trabalha cargas de aproximadamente 50 domicílios, por município, aparentemente exequíveis dentro do programa de enumeração a ser adotado. Isto resultaria por sua vez, na seleção de uma amostra de 80 domicílios o que estava bem acima do requisito mínimo de 50 domicílios. Assim, foi decidido que o plano inicial a ser implementado seria baseado em uma amostra de 80 unidades de primeiro estágio. A existência de municípios muito grandes, como por exemplo, Rio de Janeiro (GB) e São Paulo, reduziram de alguma maneira o número real selecionado em qualquer região.

4. MUNICÍPIOS AUTO-REPRESENTATIVOS

Alguns municípios de cada região foram obrigatoriamente selecionados na amostra dentre os dos seguintes tipos:

- municípios de população maior do que um corte predeterminado;
- municípios que faziam parte da área metropolitana de uma grande cidade;
- municípios importantes sob algum aspecto econômico.

Para mais fácil identificação, tais municípios foram denominados de *Municípios Auto-Representativos*. A determinação do tipo básico dos mesmos foi mecânica. A população regional existente em 1960 foi dividida por oitenta. Qualquer município que tivesse uma população igual ou maior do que o quociente obtido, era classificado entre os municípios *auto-representativos*. Tendo em vista o crescimento populacional ocorrido desde 1960, os municípios que tinham naquele ano uma população igual ou maior do que 75% do quociente obtido, eram também incluídos neste grupo. Além disso os municípios não incluídos por esse mecanismo mas que, sabidamente, haviam crescido consideravelmente desde 1960, foram também incluídos no grupo de municípios *auto-representativos*, como também o foram os municípios considerados como parte da área metropolitana de grandes cidades. Todos os outros municípios foram definidos como não *auto-representativos*, agrupados em estratos e selecionados de acordo com as probabilidades proporcionais ao seu tamanho de 1960, em termos de dimensão populacional.

5. ESTRATIFICAÇÃO. AMOSTRA DE MUNICÍPIOS NÃO AUTO-REPRESENTATIVOS

A estratificação dos municípios não *auto-representativos* baseou-se nas seguintes informações, para cada município:

- população do Censo de 1960;
- proporção da população urbana em relação à população total do município;
- importância e tipo da principal atividade industrial;
- importância e tipo da principal atividade agrícola;
- classificação fisiográfica e agrupamento de municípios — elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia, da FIBGE.

Esta classificação fisiográfica pré-existente era de utilização prática e consistia em um agrupamento geográfico de municípios de acordo com o tipo de clima, precipitação pluviométrica, tipo de agricultura e, até mesmo de certo modo, com o tipo de terreno. Geralmente os municípios classificados no mesmo grupo fisiográfico eram contíguos.

Para simplificar esse trabalho de estratificação, foi preenchida uma ficha para cada município de 1960, contendo informações sobre os itens indicados neste parágrafo, além de outros itens especiais que poderiam auxiliar na definição dos estratos. Dentro de cada região, os estratos eram formados com populações iguais em termos dos dados de 1960, admitindo-se uma margem de mais ou menos cinco por cento, combinando-se os municípios similares em suas características climáticas e econômicas. Na ocasião, foi necessária uma moderação desta condição a fim de evitar o agrupamento de unidades muito dissemelhantes no mesmo estrato. Adicionalmente, foram constituídos alguns estratos de tamanho 1 1/2, de acordo com as necessidades. Nesses casos, o número de unidades de primeiro estágio e pseudo-municípios escolhidos para a amostra era proporcionalmente maior.

Geralmente, o agrupamento fisiográfico já disponível servia de base para a formação de estratos relativamente homogêneos. Em todas as regiões, com exceção da Região II, cada estrato se constitui de municípios contíguos. Na Região II, a utilização da proporção urbano-rural constituiu condição de grande influência, já que os estratos continham, freqüentemente, unidades municipais não contíguas. A determinação da dimensão do estrato foi feita mecânicamente, com base no critério de que 80 municípios equivalentes seriam selecionados no total

e de que 2 municípios seriam selecionados de cada estrato*. Nos estratos de dimensão 1 1/2, foi dada preferência à seleção de três unidades, em vez de duas. Os municípios de amostragem foram selecionados dentro do estrato, com probabilidades proporcionais às suas populações de acordo com o Censo de 1960. O Quadro V resume várias informações referentes à amostra municipal do primeiro estágio.

QUADRO V

REGIÃO	DIMEN- SÃO MÉDIA DO ES- TRATO POPULA- ÇÃO DE 1960	NÚME- RO DE ESTRA- TOS	AMOSTRA PRIMEIRO ESTÁGIO			PERCEN- TAGEM POPULA- CIONAL NOS MAR
			MAR ⁽¹⁾	N/AR ⁽¹⁾	TOTAL	
I.....	334 440	5	8	10	18	75,1
II.....	302 966	23(1)	18	47	65	45,1
III.....	299 003	30	21	60	81	24,4
IV.....	232 174	34(6)	16	74	90	21,8
V.....	331 625	49(6)	33	104	137	23,1
VI.....	—	1	1	—	1	100,0
I a VI.....	—	142(13)	97	295	392	—
VII-A ⁽²⁾	—	19	8	18	26	35,0
VII-B ⁽²⁾	228 000	11	7	37	44	19,0
BRASIL.....	—	—	112	350	462	—

⁽¹⁾ MAR — Municípios auto-representativos — N/AR — Municípios não auto-representativos.

⁽²⁾ Na Região VII não foram formados estratos, estabelecendo-se em contrapartida dois sub-universos de municípios; o primeiro sub-universo agrupa 29 municípios nos quais mantém o Ministério do Interior um programa de desenvolvimento em ação. Todos os outros municípios foram incluídos no segundo sub-universo. A seleção da amostra foi efetuada diretamente sobre as respectivas listas, com probabilidade proporcional ao tamanho de acordo com a população estimada para 1968.

Nota-se que o número de unidades de amostra de primeiro estágio na Região I é de 18. Contudo, mais de 75% da população foi incluída nos municípios *auto-representativos*.

6. SELEÇÃO DA AMOSTRA DENTRO DOS MUNICÍPIOS

Nos municípios da pesquisa, os setores, os subsetores e domicílios foram selecionados em estágios sucessivos.

* Contudo, na Região I, o número de unidades "equivalentes" do primeiro estágio, incluídas na amostra foi de 40. Na Região V, entretanto, o número de unidades "equivalentes" do primeiro estágio foi de cerca de 130. Aplicando-se a taxa mínima de amostragem de 1/800 chegou-se a um resultado de dimensão da amostra de 6.500 domicílios, portanto $6.500 \div 50 = 130$.

Setores e subsetores foram selecionados com probabilidade proporcional do tamanho (PPT). Em resumo, os primeiros três estágios foram selecionados com probabilidade proporcional, como segue:

- à população de 1960, para os municípios;
- ao número de domicílios de 1960, para os setores;
- ao número de domicílios em 1967 (ou em 1968), resultado da contagem rápida, para os subsetores.

Nos municípios *auto-representativos*, foi selecionada uma amostra de setor, com PPT, para cada 4.000 domicílios de 1960 na Região I, 8.000 domicílios de 1960 nas Regiões II, III e V, 6.000 domicílios na Região IV e 2.000 para a Região VII com base no número de domicílios estimados para 1968. Nos municípios não *auto-representativos*, uma amostra de cinco setores, contudo, foi selecionada em cada caso. Uma amostra de dois subsetores foi selecionada em cada setor da amostra, perfazendo, portanto, uma amostra de 10 subsetores em cada município não-representativo e 20 em cada estrato. Nos municípios *auto-representativos*, o número de subsetores da amostra, como também o de setores, se faz em proporção direta à população total. A seleção aleatória dos domicílios foi baseada numa taxa de amostragem calculada a fim de que o produto das probabilidades sucessivas de seleção dentro de cada estágio fôsse igual à taxa global de amostragem estabelecida para a região.

7. ROTAÇÃO

Os informantes se cansam invariavelmente de sua inclusão permanente nos programas de pesquisas contínuas. Reconhecendo tal situação, o programa brasileiro adotou um sistema trimestral de rotação dos informantes. Na prática a amostra total é dividida em seis subgrupos, aleatórios. Um dos subgrupos é substituído trimestralmente. Os domicílios, portanto, permanecem na amostra durante seis pesquisas e são substituídos por uma nova seleção aleatória. Portanto, cinco sextos da amostra de domicílios são comuns às pesquisas de trimestres sucessivos e um terço é comum ao mesmo trimestre em anos sucessivos.

8. ENUMERAÇÃO CONTÍNUA

A enumeração de campo em pesquisas domiciliares é contínua. Operacionalmente, a amostra total é dividida em 13 subamostras em uma relação de um para um com as treze semanas de um trimestre. Em cada semana, portanto, é enumerado um treze avos da amostra

total permitindo êsse processo, o uso de equipes de enumeradores e supervisores muito menores do que as que seriam necessárias se a tarefa de enumeração tivesse de ser concentrada em algumas semanas de cada trimestre.

9. ATUALIZAÇÃO DA LISTAGEM DE DOMICÍLIOS

A atualização das listagens de domicílios é feita somente cada ano e meio. A amostra de áreas de listagem é subdividida em seis subconjuntos ao acaso, com um subconjunto selecionado ao acaso e atualizado trimestralmente. Portanto, as listagens de domicílios usadas como base de amostragem ficam desatualizadas de um trimestre a seis trimestres.

10. OPERAÇÕES ESPECIAIS PARA AS FAVELAS

Um universo especial de favelas no Estado da Guanabara foi estabelecido para o programa. Todas as providências detalhadas foram tomadas, como nas demais áreas, e a taxa global de amostragem de 1/400 da Região I foi também aplicada. A listagem total incluía 143 favelas. Oito foram definidas como auto-representativas e um total de 28 selecionadas como unidades de primeiro estágio.

11. UNIVERSO DE NOVAS CONSTRUÇÕES

Um universo especial para as novas construções foi estabelecido nos municípios *auto-representativos* da Região I. As informações foram obtidas através do Banco Nacional de Habitação, outras Agências de Habitação, Organizações de Poupança e Empréstimo, além de incorporadores privados, com relação aos projetos de habitação a que se vinculam tais agências. Esses dados foram suplementados com informações adicionais relativas a novos projetos de construção, obtidos através de levantamentos de campo por funcionários do Instituto Brasileiro de Estatística. Todas essas informações foram combinadas para se estabelecer um quadro das áreas de projetos de novas construções. Tais áreas foram identificadas e delineadas em mapas. Foi utilizada a operação de contagem rápida para estabelecer um quadro de amostragem das unidades da área contendo, aproximadamente, 50 domicílios cada. As operações de amostragem das unidades da área, listagem dos domicílios e amostragem domiciliar, foram desenvolvidas da maneira usual, mantendo-se a taxa global de amostragem para a região, de 1/400. Ajustes foram feitos na amostra existente, quando necessários. A operação completa foi efetivada em 42 dias. Perto de 75.000 domicílios foram registrados no universo de novas construções, ou seja aproximadamente quatro por cento do total de domicílios da região.

Uma operação similar foi levada a efeito na Região VI.

12. CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE CAMPO

Certas características das operações de campo estão sendo obtidas para cada amostra de subsetor e conglomerado de domicílios de amostra, para auxiliar no reexame de todo o processo de campo. As informações estão sendo obtidas através de questionário.

D. Sequência das Etapas na Seleção da Amostra

O projeto de amostra adotado estava baseado em:

- Taxas globais de amostragem específicas para cada região, como indicados no Quadro III, com um processo de seleção a quatro estágios;
- Designação de uma lista de municípios *auto-representativos*;
- Agrupamento dos municípios restantes, em estratos;
- Seleção de dois pseudo-municípios em cada estrato regular e três entre os estratos de 1 1/2 dimensão;
- Seleção de cinco pseudo-setores dentre o grupo dos não *auto-representativos* e dentre os *auto-representativos*, como segue:

Um setor para cada 4.000 domicílios de 1960, na Região I;
8.000 domicílios de 1960, nas Regiões II, III e V;
6.000 domicílios de 1960, na Região IV; e
2.000 domicílios de 1960, na Região VII;

- Seleção de dois subsetores como áreas de listagem dentro dos setores da amostra;
- Seleção de domicílios dentro das áreas de listagem dos setores da amostra;
- Seleção de domicílios dentro das áreas de listagem com base em uma taxa de amostragem de modo a manter a taxa global de amostragem da região.

IV — CONTEÚDO

Os levantamentos concluídos até o momento ensejaram a obtenção de características demográficas básicas, informações sobre mão-de-obra e força-de-trabalho com relação a pessoas de 14 anos de idade ou mais, além de certas informações relativas às migrações internas. Um conjunto de novos levantamentos está sendo planejado para 1971/1975.

A limitação do conteúdo do levantamento aos itens acima, foi deliberada. Há uma inclinação para efetuar levantamentos que abordem imediatamente numerosos aspectos. Infelizmente, o início de pesquisas sobre população e força-de-trabalho envolvem inúmeros conceitos novos e definições. Estes têm que ser estabelecidos e pesquisados a fim de ser verificada a sua praticabilidade sob as condições existentes, sua perfeita compreensão pelo pessoal da pesquisa e usuários dos dados e se sua utilização produz informações compreensivas.

V — PROCESSO DE ESTIMATIVAS E ERROS DE AMOSTRAGEM

A. Processo de Estimativas

1. RESUMO

As estimativas da pesquisa por amostra de domicílios foram feitas individualmente para cada região. Dois processos foram usados. Inicialmente, as estimativas foram obtidas pelo produto dos totais da amostra de cada item pela recíproca da fração global de amostragem. Subseqüentemente, os cálculos foram feitos usando-se o método das estimativas de razão. Um fator de crescimento é calculado para cada região, como quociente das projeções da população elaboradas pelo Laboratório de Estatística do IBE, dividido pelo número de indivíduos enumerados na amostra. Estimativas das características individuais são então obtidas pela multiplicação dos totais da amostra pelo fator de expansão calculado. Há diversas razões para a adoção desse processo, embora seja reconhecida a existência de erros de aproximação. Em virtude da falta dos resultados do Censo de 1960, não foi feita nenhuma análise demográfica da distribuição da população por sexo e idade. Por falta dessa distribuição e, também, de estatísticas vitais adequadas, como base para o cálculo da taxa de crescimento da população, não se dispunha de qualquer projeção da população, por grupos de idade e sexo para o período de 1967/70. Somente os processos de estimativas indicados acima, foram considerados exequíveis, inicialmente. Contudo, o processo adotado foi considerado como método temporário e destinado à revisão com base nos resultados do Censo de 1970 e de outros levantamentos especiais desenvolvidos pelo GEPD em 1970 e 1971.

2. PLANOS PARA O MELHORAMENTO DO PROCESSO DE ESTIMATIVAS

A força-de-trabalho e muitos outros itens incluídos nas pesquisas domiciliares estão intimamente relacionados com os grupos de idade e sexo e outras características da população, como também o desdobramento da mesma em urbana, rural-não-agrícola e rural-agrícola. Qualquer amostra aleatória, de indivíduos em uma determinada pesquisa

raramente incluirá em cada um desses grupos um número de indivíduos na exata proporção da taxa global de amostragem. O grau de aproximação das estimativas da maioria das características pode ser grandemente melhorado pela utilização de projeções precisas e independentes da população em cada um desses desdobramentos por idade, sexo, população urbana e população rural. Muitas providências são precisas para a obtenção dos dados necessários à confecção destas estimativas independentes. A informação básica inicial exigida é a distribuição por sexo e idade da população de acordo com o Censo de 1970, e após, a necessária análise demográfica e demais ajustes efetuados para os erros de cobertura, de respostas e outros. Tais totais populacionais reajustados serão desenvolvidos por região para 28 grupos de sexo e idade e separadamente para as áreas classificadas como urbanas e rurais *, sendo esses grupos os mesmos cujo resultado dos levantamentos estão sendo publicados.

Em segundo lugar, será desenvolvida uma pesquisa demográfica especial como base para as projeções populacionais dos anos subsequentes a 1970. Três enumerações da pesquisa demográfica por domicílios serão feitas com intervalo de seis meses.

Tais pesquisas serão levadas a efeito, principalmente, para obter informações sobre a composição da família, alterações na composição da família durante o ano, e sobre a migração interna, constituindo-se em base para estimativas de nascimentos, mortes e taxas de crescimento da população. Embora o interesse do programa nesses dados resida principalmente no auxílio e melhoria das estimativas de força-de-trabalho e outras características, o dado possui também valor em relação aos programas de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

Em terceiro lugar, como as pesquisas domiciliares continuarão a fornecer estimativas para cada uma das sete regiões, uma pesquisa anual sobre migração interna será exigida como base para o reajustamento das projeções regionais de população para refletir a migração entre as regiões. Tais reajustes serão exigidos para os mesmos desdobramentos por sexo, idade, população urbana e rural anteriormente indicados. Além disso, depois de obtida uma base sólida para a elaboração de estimativas de razão, graças a projeções independentes de população, será também possível examinar a possibilidade de melhorias adicionais no processo de estimativas para determinados itens, baseado no processo de desenho de amostra pelo qual de 5/6 da amostra aleatória, são essencialmente os mesmos em trimestres consecutivos e 1/3 comum, comparado com o mesmo trimestre em anos consecutivos.

(*) Para fins de comparação, um processo similar é usado, nos Estados Unidos, para obter estimativas do programa de pesquisa populacional em curso. Um ajuste preliminar é feito no sentido de reduzir a contribuição da variação total, em razão das unidades primárias de amostragem. Tais ajustes são efetuados em 6 grupos urbanos, não-urbanos etc. em cada uma de quatro regiões. Uma estimativa proporcional de segunda fase ajusta as estimativas de amostra em 56 grupos por sexo, cor e idade, para as estimativas independentemente derivadas da população para cada um desses grupos. Uma versão modificada desse processo será desenvolvida pelo GEPD.

Erros de amostragem

Os erros de amostragem foram calculados para itens selecionados e são mostrados mais adiante. O método de grupo aleatório (Random Group) foi usado para se obter aproximação das variâncias nos municípios *auto-representativos*, pelo uso dos códigos de rotação e enumeração, ou sejam 78 grupos.

Para os municípios não *auto-representativos*, as aproximações das variâncias na amostra foram obtidas pela formação de pares de municípios da amostra dentro do mesmo estrato. Tais cálculos não mostram os ganhos que possam ter sido obtidos, particularmente nas Regiões I, III e V, utilizando o processo de estimativa de razão indicado acima, nem incluem os erros de não-amostragem que possam ter ocorrido.

ERROS RELATIVOS DE AMOSTRAGEM PARA ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

REGIÕES I A VI — 4.º TRIMESTRE DE 1968

CARACTERÍSTICAS	ERROS RELATIVOS (%)						
	Regiões						
	I a VI	I	II	III	IV	V	VI
<i>População Residente</i>							
TOTAL.....	0,7	2,9	2,8	5,5	2,4	1,6	2,4
Homens.....	0,8	3,1	2,7	6,3	2,4	1,7	2,4
Mulheres.....	0,7	2,9	3,0	4,9	2,4	1,7	—
Menores de 14 anos..	0,7	3,8	3,1	5,5	2,8	1,9	4,2
De 14 anos e mais...	0,8	2,7	2,6	5,8	2,2	1,6	—
De 14 a 19 anos...	0,9	4,4	3,3	6,8	3,0	2,4	3,6
De 20 a 29 anos...	0,9	3,5	3,2	6,9	2,7	2,5	3,0
De 30 a 39 anos...	0,9	4,0	3,9	6,2	3,1	2,2	2,8
De 40 a 49 anos...	0,8	3,9	3,7	4,7	2,3	2,3	3,7
De 50 anos e mais.	0,8	2,9	3,7	6,6	6,4	2,3	—
<i>Força-de-trabalho</i>							
TOTAL.....	0,9	2,8	2,7	5,5	2,3	1,9	2,6
Ocupadas.....	1,0	2,8	2,7	5,5	2,2	2,0	2,7
Desocupadas.....	2,8	9,3	9,5	13,6	3,7	11,4	6,0
Ocupadas em atividades agrícolas.....	1,3	20,2	5,3	6,2	2,0	3,3	24,2
Ocupadas em atividades não agrícolas...	1,1	3,4	3,7	8,6	4,6	3,3	—

VI — CUSTO DAS OPERAÇÕES

Considerando a necessidade do estabelecimento de um programa de pesquisas calcado em bases exequíveis, do ponto de vista financeiro, o Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares tem se preocupado com a obtenção de estimativas de custo das operações desde a fase preliminar dos estudos para a implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Em 1966, foi feita a primeira estimativa de custo para um programa nacional, conforme o descrito no Capítulo I.

Em 1967, por ocasião da pesquisa experimental realizada nos municípios de Rio Bonito e Nova Iguaçu, procedeu-se ao levantamento das despesas então efetuadas, aproveitando-o como ponto de partida para o estudo das estimativas de custo da Pesquisa na Região I e Região II.

Em 1969, quando a experiência do programa já estava mais solidificada com a implantação da PNAD em diversas regiões, novas estimativas foram realizadas, inclusive com base nos elementos fornecidos mensalmente pelas Delegacias de Estatística do IBE em formulários próprios, visando estabelecer o custo das operações de campo, no tocante a parte variável que depende do tamanho da amostra. Como se verifica no quadro resumo a seguir o custo total para um ano de pesquisa foi de Cr\$ 3.471.996,57:

FASE	CUSTO ABSOLUTO (Cr\$)	CUSTO RELATIVO (%)
Órgão Central da Pesquisa.....	775 782,97	22,34
Impressão de material.....	135 444,00	3,90
Coleta de informações.....	2 433 138,48	70,08
Processamento mecânico e eletrônico.....	127 631,12	3,68
TOTAL.....	3 471 996,57	100,00

Dos totais apresentados, deduz-se que o custo médio por trimestre de investigação para as seis regiões abrangidas pela PNAD é de Cr\$ 867.999,14 e por região Cr\$ 144.666,52. Por domicílio e por conglomerado o custo médio é de Cr\$ 33,03 e Cr\$ 166,95, respectivamente.

O processamento eletrônico da PNAD-1 apresentou o custo de Cr\$ 0,12 por cartão no processamento básico e de Cr\$ 0,18 para o processamento final.

Aproveitando a interrupção provisória dos trabalhos de campo da PNAD a partir do 2.º semestre de 1970, decorrente da realização do VIII Recenseamento Geral do Brasil que concentrou os esforços da rede de estatística nacional, o GEPD realizou estudos mais detalhados a respeito, de forma a estimar o custo da PNAD em todo território brasileiro.

VII — DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A. Divulgação dos Resultados

A partir de 1968, o Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares deu início à divulgação dos resultados da PNAD, em publicações regionais, sendo os dados correspondentes apresentados com periodicidade trimestral. Essas publicações vêm crescendo em número e sendo ampliadas, à proporção que os objetivos da Pesquisa vão sendo atingidos e o seu âmbito vai sendo ampliado.

Atualmente, seu número já atingiu a 40, estando em preparo publicações divulgando os totais para o Brasil (Região I a VI).

Os diversos aspectos divulgados compreendem uma seleção prioritária, expressiva das possibilidades da Pesquisa, mas o plano tabular permite a produção de um elenco de mais de 50 tabelas relacionadas com os assuntos investigados.

Essas publicações vêm despertando o maior interesse por parte dos estudiosos dessas estatísticas, nas esferas governamentais e na área particular, sendo com relativa frequência citados por técnicos em pesquisas e planejamento, elaboradores de programas, estudiosos dos problemas sócio-econômicos brasileiros, órgãos técnicos e imprensa falada e escrita.

As publicações editadas incluem informes sobre a população, domicílio, força-de-trabalho, salário e instrução.

VIII — MIGRAÇÃO INTERNA

Quando da descrição das investigações que o GEPD vem realizando, citamos a pesquisa sobre a imigração interna. De todas as investigações já implantadas, essa é a que até o momento encerra o maior número de dificuldades e problemas para um equacionamento adequado do custo, precisão e pessoal disponível.

Até o presente a pesquisa da migração interna só foi realizado em fase experimental, razão porque ainda não se deu à publicidade qualquer documento sobre o assunto. Entretanto, já se fizeram dois grandes experimentos que estão sendo estudados.

Sendo esse fenômeno um dos responsáveis pelas variações da distribuição da população no espaço geográfico, muitas têm sido as solicitações para a realização de pesquisas em profundidade sobre o assunto. Entretanto, em razão da falta de antecedentes que possam servir de experiência para novas investigações o GEPD tem se detido em estudar melhor o problema antes de divulgar qualquer resultado ou lançar uma pesquisa em maior profundidade.

O processo atualmente adotado com relação à migração interna é o de coletar as informações no primeiro trimestre de cada ano, visando pesquisar o movimento ocorrido no ano anterior.

Não se tem adotado uma amostra especial para o levantamento, utilizando-se as amostras regionais relativas às características individuais da população, consistindo o processo em pesquisar na amostra selecionada aquelas pessoas que mudaram de residência no ano anterior e, aplicar-lhes um questionário muito simples contendo indagações sobre as principais características do movimento da população.

O questionário atualmente em uso contém os seguintes quesitos: identificação e localização da pessoa no domicílio da amostra e no conglomerado; Unidade da Federação ou País em que vivia anteriormente; município onde residia anteriormente e situação do domicílio anterior (zona urbana ou rural); motivo da mudança.

Em face do tamanho reduzido da amostra não se tentou, embora fôsse perfeitamente possível, o cruzamento das informações relativas ao deslocamento da população com as características individuais e as de mão-de-obra, pesquisadas respectivamente na Fôlha de Registro de Domicílio e no Questionário de Mão-de-Obra.

Foram tentadas apenas as seguintes tabulações, apresentadas em número de pessoas:

- Deslocamentos segundo a região de origem;
- Deslocamentos segundo o âmbito da mudança (municipal, inter-municipal, inter-estadual e inter-regional);
- Deslocamentos segundo o sexo e o sentido da mudança (urbana para urbana, urbana para rural, rural para urbana e rural para rural);
- Deslocamentos segundo o motivo da mudança (motivos econômicos, motivos pessoais e outros) *;
- Alguns cruzamentos das tabulações anteriores.

Valendo-se da interrupção dos trabalhos de campo, que se fêz necessária durante a realização do Recenseamento Geral de 1970, o GEPD está planejando uma pesquisa especial sobre migração interna, que se fará conjuntamente com a investigação da natalidade e da mortalidade a ser realizada em 1972.

O inquérito será aplicado, em caráter experimental, a uma das regiões de pesquisa, para depois então ser estendido às demais. Espera-se poder contar, no planejamento dêsse inquérito especial, com a cola-

* No experimento em foco foram considerados motivos econômicos, razões como as seguintes: procura de emprêgo, rescisão de contrato de trabalho, dificuldade de transportes, etc. Como motivos pessoais: acompanhar o chefe da família, casamento, desejo de estudar, doença ou tratamento de saúde, etc.

boração técnica dos órgãos de planejamento de recursos humanos, que têm sido os maiores consumidores e os mais constantes solicitadores das informações da PNAD.

Quanto ao conteúdo da investigação, além das características individuais que já fazem parte das investigações normais, deverá abranger um certo número de indagações específicas sobre a origem regional dos imigrantes, etapas intermediárias e as razões do deslocamento.

Incluir-se-á, também, em questionário separado, indagações específicas sobre os nascimentos e as mortes ocorridas na população em estudo.

Com a realização desse projeto, pretende o GEPD lançar o marco inicial que permitirá o estudo das migrações interiores no campo contínuo, atendendo uma demanda acentuada que vem de longa data.

IX — ALGUMAS DIFICULDADES E IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA

A extensão territorial do país, agravada pela precariedade dos meios de transportes e das vias de comunicações de determinadas áreas, são problemas que tornam certas zonas quase inacessíveis, constituindo uma das mais sérias dificuldades na implantação do sistema. Devido a aleatoriedade da seleção da amostra dentro de cada estágio, vários conglomerados são localizados em zonas praticamente isoladas, demandando dias de viagem para atingí-las.

Em conseqüência, surgem problemas de transporte do material e de movimentação e transporte de pessoal. Para superá-los seria necessário um número de veículos bem superior àquele utilizado pela Rede-de-Coleta, já insuficiente para o atendimento das tarefas normais e as da Pesquisa.

Na fase mais árdua do trabalho, qual seja o período da implantação, quando todos os setores da amostra têm de ser integralmente cobertos, processando-se, logo a seguir, a listagem dos domicílios localizados nas áreas selecionadas, tem-se aplicado um dispositivo de emergência, obtendo-se por empréstimo, viaturas das prefeituras municipais, de entidades oficiais que tenham interesse na pesquisa e das unidades militares localizadas nessas áreas. Esses empréstimos evitam o deslocamento de veículos por longas distâncias, solução desaconselhável tendo em vista a precariedade de muitas estradas. Entretanto, nem sempre é possível conseguir tais empréstimos, havendo, ainda, o problema da escassez de motoristas.

Tais motivos constituíram, sem dúvida, a razão mais séria para o retardo no lançamento da pesquisa na Região Centro-Oeste, onde é impraticável a aplicação do mesmo esquema adotado para as demais regiões.

Apesar das grandes vantagens oferecidas pela utilização da Rede-de-Coleta, cuja distribuição das Agências de Estatística no território nacional pode ser considerada estratégica, e mesmo rara em relação a outros países, às vezes ela se apresenta insuficiente em número de servidores, dada à enorme proliferação de municípios nos últimos anos, daí decorrendo a existência de agentes encarregados do trabalho de coleta para quatro, cinco e seis ou mais municípios de grande extensão. Bastaria considerarmos os trabalhos de coleta das estatísticas agropecuárias, estatísticas industriais, estatísticas educacionais e as pesquisas domiciliares, para, só aí, encontrarmos uma enorme sobrecarga de trabalho para um grande número de agentes municipais.

A natureza da coleta das informações da pesquisa já traz em si uma dificuldade, qual seja a do contato com o informante, normalmente, o chefe da família ou sua esposa, para o preenchimento de questionários durante uma entrevista, que se torna tanto mais difícil quanto menor for o nível de instrução e o espírito de compreensão e de colaboração do entrevistado. Os prazos para a coleta são rígidos e por vezes uma entrevista demanda sucessivas visitas. Essas entrevistas, penosas no período de implantação são repetidas cada três meses.

A solução para atenuar o problema foi a adoção de esquema de 13 painéis semanais, que permite a diluição do volume de entrevistas ao longo de 13 semanas do trimestre. Esse esquema proporciona também uma representatividade melhor da amostra para todo o trimestre além de exigir um menor número de entrevistadores do que exigiria um esquema de entrevista em massa, concentrado num período menor (quatro ou cinco semanas, por exemplo).

As não respostas e as recusas, muitas vezes decorrentes do cansaço do informante aliado a fatores metodológicos, obrigam a aplicação de uma rotação (rodízio) do corpo de informantes e à atualização periódica das áreas de listagem o que aumenta a sobrecarga de trabalho da Rede-de-Coleta envolvida na pesquisa.

O mais sério problema de pessoal, entretanto, relacionou-se com a necessidade de um número bem maior de técnicos especializados para desenvolver o programa já iniciado e elaborar novos programas que possam atender a demanda de informações da pesquisa. A limitação de níveis salariais é o maior obstáculo para que se possa recrutar no escasso mercado de trabalho os elementos que atenderiam as nossas necessidades. Esses técnicos compreendem estatísticos matemáticos, especialistas em estatísticas demográficas, estatísticas educacionais, programadores de computação eletrônica, etc.

Para os programas a longo prazo há o recurso de recrutar nas Escolas de Estatística ou outras escolas superiores o que há de melhor em potencial humano e treiná-lo no campo da pesquisa, visando seu posterior aproveitamento. Ainda assim, trata-se de uma inversão cujo lucro é duvidoso, embora favorável, porque ao final da preparação teremos novamente que concorrer com o setor privado, que paga melhores salários que os órgãos oficiais. Se o número de técnicos necessários tivesse sido um pouco superior ao existente, é fora de dúvida que o avanço do programa nesses 3 anos de implantação poderia ter sido maior, uma vez que, praticamente todo o pessoal do planejamento e supervisão já vem sendo utilizado além do limite de sua capacidade total.

Além da necessidade de verbas para o pagamento do pessoal técnico é necessário que o nível de remuneração seja compatível com os salários para técnicos especializados pagos pelo mercado privado e entidades oficiais ou semi-oficiais, problemas que a FIBGE vem tentando contornar, mas que sofre limitações legais nada fáceis de superar.

X — REFORMULAÇÃO DO PROGRAMA — NOVAS PESQUISAS

O atual programa de pesquisas domiciliares concentrou-se em determinadas características demográficas dos indivíduos da amostra, inquéritos sobre força-de-trabalho, e algumas pesquisas experimentais para mensurar a migração interna. O programa da PNAD, atuando portanto, como programa contínuo de pesquisas domiciliares realizará uma série de pesquisas durante o período de 1971-1980 a fim de complementar as informações detalhadas provenientes do Censo de 1970, agindo também como mecanismo de atualização e de manutenção das informações básicas. Além disso, serão realizadas algumas pesquisas para fornecer elementos para o estabelecimento de melhores métodos de estimativas. Considerando a importância das características básicas, no que possam estar sujeitas a cruzamento com itens como a força-de-trabalho e mão-de-obra, educação e treinamento, saúde e nutrição, um número mínimo de características demográficas deverá ser incluído em cada uma das pesquisas normais da PNAD. Prevê-se, também, a inclusão de um curto inquérito sobre emprêgo-desemprêgo, inclusive com a adoção de um método mais sensível e significativo para mensuração das características do emprêgo, do subemprêgo e do desempregado, do que o método utilizado até o presente.

Por outro lado a Pesquisa de Avaliação do Censo Demográfico, já em execução, permitirá a obtenção de dados adicionais que possam ajudar na avaliação dos erros brutos e líquidos do Censo de 1970.

Com base na experiência adquirida durante os três anos de atividade do GEPD e tendo em vista as várias solicitações de órgãos de planejamento e desenvolvimento nacional e regional está-se elaborando

um programa reformulado, mais intenso e produtivo, com base nas pesquisas domiciliares por amostras, para o período 1971-1975. Estão sendo cogitadas para esse período, pesquisas normais periódicas, ao lado de pesquisas especiais de interesse nacional. Estão incluídas nesse elenco pesquisas sobre:

- Características básicas da população;
- Pesquisa especial sobre habitação;
- Pesquisa especial conjunta de mão-de-obra, treinamento, educação;
- Pesquisa da migração interna;
- Fertilidade, natalidade e mortalidade;
- Orçamento familiar;
- Nutrição e alimentação;
- Indicadores sócio-econômicos da população.

Quanto à periodicidade das pesquisas normais é quase certo que passarão a ser investigadas com intervalos de seis meses, em vez de períodos trimestrais como acontecia até agora.

Essa modificação terá como vantagens a utilização de amostras maiores em pesquisas de maior profundidade, além de deixar espaço de tempo para o aumento do número das pesquisas especiais. Em alguns casos se poderão, até, utilizar amostras maiores de 120.000 domicílios, em nível nacional com representação para regiões, isoladamente, e, até, para áreas especiais.

As amostras serão redesenhadas tomando-se como base o *frame* obtido por intermédio do Censo Demográfico, assim como também se utilizará a distribuição da população por sexo e grupos de idade obtida no Censo para o aperfeiçoamento do processo de estimativas.

Em suma, há uma série de medidas básicas que estão sendo estudadas visando a reformulação do programa. Algumas delas são as seguintes:

- a) Reexame e estudos dos conceitos e definições adotadas;
- b) Estabelecimento de conceitos e definições totalmente comparáveis com os conceitos adotados no Censo Demográfico de 1970;
- c) Reformulação das amostras em todos os seus aspectos;
- d) Definição de áreas metropolitanas das grandes cidades;
- e) Desenvolvimento de um programa de controle de qualidade e das operações de campo e de processamento interno;
- f) Reexame do esquema e periodicidade das pesquisas.

*A RBE publica, a seguir, o resumo do
Planejamento da Amostragem utilizada pelo
Departamento de Censos do IBE, inserido na publicação
Tabulações Avançadas do Censo Demográfico,
VIII Recenseamento Geral do Brasil — 1970.*

PLANEJAMENTO DE AMOSTRAGEM

Utilizou-se uma subamostra da amostra selecionada na coleta do Censo Demográfico. Correspondendo, portanto, o esquema de amostragem a uma operação desenvolvida em dois estágios em que foram selecionadas cerca de 1,3% de pessoas.

O primeiro estágio, formado pela amostra selecionada na coleta, foi constituído por aproximadamente 25% dos Domicílios Particulares ocupados e pessoas nêles recenseadas, e 25% das Famílias e componentes de Grupos Conviventes recenseados, em Domicílios Coletivos.

A seleção das unidades da amostra, neste estágio, foi efetuada nas “Fôlhas de Coleta”, para Domicílios Particulares e nas “Listas de Domicílios Coletivos”, para as Famílias e Componentes de Grupos Conviventes recenseados em Domicílios Coletivos. Em ambos os modelos, a determinação das unidades de amostra foi efetuada por intermédio de linhas impressas com destaque e denominadas “Linhas de Amostra” — que indicavam o emprêgo do Boletim de Amostra para o recenseamento da unidade ali registrada.

Foram utilizados dois modelos de Fôlhas de Coleta (C.D.1.07 e C.D.1.08) ambos com as “Linhas de Amostra” em intervalos regulares de 4 linhas. A disposição das “Linhas de Amostra” na frente e verso das Fôlhas de Coleta foi planejada de modo a permitir que tôdas as posições tivessem a possibilidade de constituírem “Linhas de Amostra”, sendo feita a marcação a partir da primeira linha da página de frente da Fôlha C.D.1.07 e prosseguindo de modo que, no verso da mesma Fôlha e na frente verso das Fôlhas C.D.1.08 a primeira linha de Amostra correspondesse, respectivamente, à segunda, terceira e quarta linhas dos modelos.

As Fôlhas de Coleta foram usadas alternadamente em cada Setor de Coleta, iniciando-se a enumeração das unidades no C.D.1.07 ou no C.D.1.08 conforme a identificação numérica ímpar ou par do setor.

A ordem da enumeração foi previamente fixada por intermédio de regras, a fim de que o Recenseador não dispusesse de alternativas para o registro das unidades na Fôlha de Coleta. Vários processos foram adotados com a finalidade de proporcionar variação nas séries sistemáticas de seleção, de forma a evitar a introdução na amostra de tendências decorrentes de características cíclicas do universo.

No segundo estágio as unidades de amostragem foram constituídas pelos Setores Censitários de coleta, de modo que todos os questionários correspondentes aos domicílios, famílias e pessoas selecionados para a amostra do primeiro estágio, em cada Setor, foram incluídos na subamostra quando o Setor foi selecionado.

Os Setores foram estratificados em três grupos: setores em situação urbana, setores em situação rural e setores especiais constituídos por domicílios coletivos (hotéis, colégios, quartéis, conventos, etc.) com capacidade para 50 ou mais pessoas, e as "Frentes de Trabalho de Emergência das Sêcas".

Foram selecionados 1/20 dos setores de forma sistemática, com início aleatório, para cada estrato e Unidade da Federação. A fim de introduzir um efeito de estratificação geográfica, antes da seleção os municípios foram agrupados por Micro-Regiões Homogêneas.

Adotou-se um processo de estimativa de razão em que os fatores de expansão foram obtidos independentemente para as pessoas moradoras por sexo e pessoas não moradoras presentes para a população urbana e para a população rural em cada Micro-Região ou Grupo de Micro-Regiões.

Os fatores de expansão foram calculados pela razão entre o total de pessoas recenseadas e o de pessoas selecionadas para a subamostra em cada especificação.

Não são apresentados nesta publicação os resultados dos cálculos de erros de amostragem, que constarão de volume especial destinado a tratar mais pormenorizadamente do Plano de amostragem utilizado e das técnicas adotadas.

**A evolução do sistema de
pesquisas domiciliares
por amostragem no Brasil
(2001)**

Vandeli dos Santos Guerra

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE METODOLOGIAS

PARA

PESQUISAS DOMICILIARES POR AMOSTRAGEM

3ª Reunião sobre Estatística Pública do Instituto Interamericano de Estatística

de 25 a 27 de junho de 2001

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A EVOLUÇÃO DO SISTEMA

DE PESQUISAS DOMICILIARES POR AMOSTRAGEM NO BRASIL

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS - DPE
DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDIMENTO - DEREN

A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE PESQUISAS DOMICILIARES POR AMOSTRAGEM NO BRASIL

Vandeli dos Santos Guerra ¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi baseado em uma série de documentos, alguns internos e outros divulgados, e publicações que continham informações sobre as pesquisas apresentadas (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pesquisa Mensal de Emprego e Economia Informal Urbana). O objetivo desta compilação bibliográfica foi reunir informações para mostrar, em linhas gerais, como teve início o sistema de pesquisas domiciliares por amostragem no País e as suas transformações ao longo do tempo, sem a pretensão de detalhar toda a metodologia e processos envolvidos na realização dessas pesquisas. Assim, foram apresentadas informações sobre: origem, objetivo, abrangência temática e geográfica, implantação, nível de divulgação, periodicidade, aspectos do plano de amostragem, indicativos sobre a ocorrência de modificações no conteúdo dos temas básicos e seus conceitos e definições, e revisões das pesquisas. Ainda que a maior parte do que foi omitido pudesse permitir um entendimento aprofundado de todas as transformações ocorridas no Sistema, a descrição de todos os aspectos envolvidos significaria um trabalho de grande vulto que não caberia nesta apresentação, tendo em vista a sua extensão, especialmente no Sistema da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que é o mais antigo e abrangente. Ademais, para se ter uma visão global da evolução do sistema, é mais adequado partir de uma síntese de aspectos destacados. Entre os que não foram incluídos, encontra-se, além dos procedimentos operacionais de coleta e apuração, o detalhamento do conteúdo investigado e dos conceitos e definições adotados em cada pesquisa, tanto para os temas básicos como para os suplementares e especiais. Também não foram tratados os planos de amostragem utilizados para as pesquisas especiais, os procedimentos definidos para seleção das subamostras para temas suplementares investigados desta forma, e a evolução dos métodos adotados para o cálculo dos coeficientes de variação das estimativas das pesquisas.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2001.

¹ Estatística. Consultora do Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN, do IBGE. Agradecimentos a Angela Filgueiras Jorge pelas sugestões, a Rosângela Antunes Pereira Almeida pelas informações prestadas e a Odicea Arante Alves Matos pela padronização das referências bibliográficas.

I - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD

ORIGEM E OBJETIVO

Já na década de 60 era evidente que o Brasil carecia de informações para planejar e acompanhar o seu desenvolvimento social, econômico e demográfico. As informações decenais produzidas pelo Censo Demográfico não davam conta deste objetivo, tanto em termos de abrangência e profundidade temática, como de periodicidade. Foram iniciados, em 1966, os estudos para implantação do Programa Nacional de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios para suprir esta necessidade de informações básicas no período intercensitário e, também, levantar temas, factíveis de serem pesquisados neste tipo de levantamento, que são insuficientemente investigados ou não são contemplados no Censo Demográfico. Para o desenvolvimento deste Programa o Brasil contou com a ajuda técnica da United States Agency for International Development - USAID, que estava empenhada em colaborar para a implantação de um sistema de pesquisas contínuas por amostra de domicílios na América Latina, visando a proporcionar informações de interesse dos países em que fosse implantado e, ao mesmo tempo, prover o continente americano de estatísticas comparáveis. O desenvolvimento deste programa deu origem ao Sistema que foi denominado Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, cujo objetivo é produzir informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do País.

A PNAD foi planejada para ser um Sistema de Pesquisas por Amostra Probabilística de Domicílios de abrangência nacional para atender a diversos propósitos relativos às áreas demográfica, de saúde, consumo alimentar e nutrição, condições de habitação e equipamentos domésticos, educação e cultura, e nível econômico do domicílio. Considerando a impossibilidade de investigar continuamente todos os temas contidos nestas áreas ou mesmo esgotar qualquer um deles, a PNAD foi estruturada para ter uma Pesquisa Básica, Pesquisas Suplementares e Pesquisas Especiais.

A Pesquisa Básica destina-se a investigar, de forma contínua, temas de maior importância para medir o nível e acompanhar a evolução socioeconômica da população do País. As Pesquisas Suplementares visam a aprofundar os temas permanentes e investigar outros assuntos de interesse que se interliguem com os da Pesquisa Básica. As Pesquisas Especiais objetivam tratar de assuntos de maior complexidade, que exigem tratamento à parte da Pesquisa Básica, podendo exigir até um esquema de amostragem distinto.

ABRANGÊNCIA TEMÁTICA

Os temas eleitos, desde o início da PNAD, para serem pesquisados de forma permanente por meio da pesquisa básica foram habitação e trabalho, associados a características demográficas, educacionais e de rendimento.

Os temas suplementares que vêm sendo pesquisados com periodicidade variável na PNAD foram investigados por meio de instrumentos de coleta suplementares ou inseridos como partes da Pesquisa Básica, dependendo da conveniência do momento.

Na década 60, além dos aspectos pesquisados continuamente sobre características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, foi realizada uma pesquisa suplementar sobre migração interna em 1969 e 1970, que foi objeto de estudo interno e cujos resultados não foram divulgados.

Nos anos 70 foram investigados vários temas suplementares e realizadas duas pesquisas especiais. Na primeira metade da década, os temas suplementares pesquisados foram: fecundidade, em 1972; migração, fecundidade e mão-de-obra, em 1973. Em 1972 foi realizada uma pesquisa especial sobre rendimento familiar, que abrangeu todas as formas de rendimento, monetário e não-monetário, das famílias e o levantamento e caracterização dos bens duráveis, animais para transporte e consumo doméstico da unidade domiciliar. Esta pesquisa especial tinha, também, o objetivo de balizar o planejamento, inclusive em termos do desenho da amostra, de uma pesquisa de orçamentos familiares. Posteriormente foi decidido que a pesquisa não seria restrita ao tema orçamento familiar e, como consequência, foi desenvolvida e levada a efeito em 1974/1975 uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas básicos da PNAD, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Ao retornar em 1976, além do levantamento básico, foi realizada uma pesquisa suplementar que investigou, por meio de uma subamostra, aspectos do tema trabalho voltado para a captação da mobilidade social e a característica cor da pessoa, denominada pela própria pessoa pesquisada em quesito aberto e por meio de uma classificação fechada em 4 grupos. Ainda na segunda metade da década de 70 foram pesquisados os seguintes assuntos suplementares: migração e fecundidade, em 1976; migração, fecundidade e habitação, sendo este último tema restrito ao Distrito Federal e às Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, em 1977; fecundidade e mortalidade, em 1978; e consumo de energia, em 1979. Além destes assuntos, algumas outras questões foram pesquisadas nessa década, mas de forma muito limitada, razão pela qual não foram destacadas.

Na década de 80 foram investigados, por meio de pesquisas suplementares, os seguintes temas: saúde, em 1981; educação, em 1982; mão-de-obra e previdência, em 1983; fecundidade (restrito às mulheres de 15 a 54 anos de idade), em 1984; situação do menor (limitado ao Distrito Federal e às nove Regiões Metropolitanas existentes à época), em 1985; anticoncepção (por meio de uma subamostra e restrito às mulheres de 15 a 54 anos de idade), acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo, em 1986; participação político-social e estoque de aparelhos utilizadores de energia, em 1988; e trabalho, em 1989 e 1990. Em 1987 não houve pesquisa suplementar; entretanto a incorporação, em caráter definitivo, da característica cor das pessoas, na pesquisa básica possibilitou a geração de uma divulgação específica dando uma visão socioeconômica da população sob a ótica desta característica. Em 1988 também foram agregados à lista de bens duráveis incluídos na pesquisa básica, dois bens importantes para o acesso das pessoas à informação - rádio e televisão.

A pesquisa da PNAD de 1992, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, agregou os seguintes temas suplementares: migração, fecundidade, nupcialidade, ensino supletivo e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Esta mesma abrangência foi mantida em 1993 e 1995. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. Em 1996, para possibilitar a inclusão do tema mobilidade social, foram retirados os temas suplementares: nupcialidade, ensino supletivo e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Em 1997, além dos temas excluídos em 1996, foi retirado o tema mobilidade social. Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foram incluídos os temas: saúde e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Em 1999 foi excluído o tema saúde e mantiveram-se os demais aspectos pesquisados em 1998.

Os temas fecundidade e migração foram pesquisados em todos os levantamentos da década de 90 para balizar os modelos das estimativas de população na década, em decorrência das dificuldades ocasionadas pela falta de informações sobre o sentido e intensidade das correntes migratórias internas durante toda a década de 80 e pela constatação, com base na pesquisa

suplementar de fecundidade de 1984 e confirmada na de anticoncepção de 1986, de que o rápido processo de transição demográfica do País continuava acelerado nos anos 80.

IMPLANTAÇÃO, ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

No que concerne à abrangência geográfica, como o próprio nome da Pesquisa indica, desde os primeiros estudos teve-se como meta a cobertura nacional. Ainda na fase inicial de planejamento, também ficou patente que a produção de informações representativas apenas para o total do País não atenderia às necessidades mínimas de estatísticas para o planejamento, tendo em vista as grandes diferenças socioeconômicas regionais. Ademais, a grande extensão territorial, as dificuldades de implantação de um sistema pioneiro e os recursos humanos e financeiros necessários mostravam que a sua implantação deveria ser feita gradualmente. Considerando todos estes fatos e as consultas feitas a vários órgãos interessados na obtenção de informações que poderiam ser geradas pelo Sistema, o País foi dividido em sete Regiões para as quais seriam produzidas informações. As Regiões definidas para a Pesquisa foram delimitadas agregando Unidades da Federação contíguas com características assemelhadas e procurando atender, de um modo geral, as áreas de atuação dos órgãos de planejamento regional (SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento do Sul; SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e, também, separando áreas de inegável importância no quadro político e econômico do País. Para facilitar o entendimento, em termos atuais, da abrangência geográfica destas Regiões definidas para a PNAD, apresentam-se, a seguir, a sua constituição com as Unidades da Federação existentes à época e, quando necessário, esclarecimentos indicando as transformações decorrentes da evolução do quadro político-administrativo do País:

- Região I - Rio de Janeiro e Guanabara (atualmente ambas formam o Estado do Rio de Janeiro);
- Região II - São Paulo;
- Região III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Região Sul);
- Região IV - Minas Gerais e Espírito Santo;
- Região V - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (Região Nordeste);
- Região VI - Distrito Federal; e
- Região VII - A - Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (atual Região Norte, excluindo Tocantins);
- Região VII - B - Mato Grosso (que foi subdividida em duas Unidades da Federação, denominadas Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ambas mantidas na atual Região Centro-Oeste) e Goiás (que foi subdividida em duas Unidades da Federação, denominadas Goiás e Tocantins, a primeira mantida na atual Região Centro-Oeste e a segunda incorporada à atual Região Norte).

Inegavelmente a Região VII (composta de duas sub-regiões), que abrangia as Regiões Norte e Centro-Oeste excluindo o Distrito Federal, era a que apresentava as maiores dificuldades

de cobertura. Essa Região definida para a Pesquisa abrangia 64% do território nacional e abrigava somente 8% da população do País.

Em outubro e novembro de 1966 foi realizado um teste preliminar em dois municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro para avaliar todas as etapas do processo e instrumentos de coleta, incluindo, também, um questionário suplementar sobre o tema migração interna. Um dos resultados deste teste foi evidenciar que seria mais fácil fazer novas listagens do que tentar corrigir e atualizar as elaboradas para o Censo Demográfico de 1960.

A Pesquisa teve início no terceiro trimestre de 1967 na Região I e, no quarto trimestre de 1968, já estava viabilizada nas Regiões de I a VI da PNAD, que compreendiam a área abrangida pelas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal, representando 92% da população do País. Durante o primeiro e segundo trimestres de 1970 foi realizada uma pesquisa experimental na Região VII, cujas características físicas e vasta extensão, constituíam um dos maiores desafios para a implantação do Sistema. Este experimento foi visto como auxílio substancial para desenvolver um programa exequível para a Região VII, tendo em conta que as dificuldades decorrentes das suas características tinham reflexos evidentes nas etapas de coleta e nos seus custos de implantação e manutenção. Interrompida para a realização do Censo Demográfico de 1970, a PNAD foi reiniciada gradualmente e a sua abrangência ampliada. Recomeçando nas Regiões I, II e III em 1971, a sua reimplantação atingiu, em 1973, todo o País, exceto as áreas rurais do Norte e Centro-Oeste, sem contar o Distrito Federal que estava integralmente representado na Pesquisa. Em 1980 a PNAD foi suspensa para a realização do Censo Demográfico e, em 1981, foi reiniciada de uma só vez em todas as áreas, tendo a sua abrangência mais uma vez ampliada, de forma que somente a área rural das Unidades da Federação componentes da antiga Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá) não estava abrangida pela Pesquisa. Esta mesma abrangência geográfica foi mantida no retorno da PNAD em 1992, após a realização do Censo Demográfico de 1991. Tendo em vista manter a comparabilidade geográfica, apesar de Tocantins (resultante da divisão do antigo Estado de Goiás em duas Unidades da Federação em 1998) ter sido colocado na Região Norte, a amostra da pesquisa para esta nova Unidade da Federação não restringiu a sua abrangência apenas à área urbana. Foi feita uma expansão restrita ao segmento urbano de Tocantins, para compor os resultados da Região Norte, e consideraram-se todas as informações do Estado, para obter as estatísticas referentes ao País. Assim, em termos geográficos podem-se comparar os resultados da década de 90 com os da anterior para o Brasil, antigas Regiões Norte e Centro-Oeste e para o antigo Estado de Goiás, além de ter resultados representativos dos totais dos atuais Estados de Goiás e Tocantins, o que é de grande utilidade para o estudo e planejamento estadual.

Quanto à divulgação dos resultados, devido à urgência em ter os indicadores da Pesquisa, houve considerável pressão para que a publicação das estatísticas obtidas fosse iniciada quase que imediatamente, embora o ideal fosse divulgá-las após as pesquisas terem sido implantadas em todas as Regiões e analisados completamente os seus resultados. A divulgação foi iniciada em 1968, com a publicação das estatísticas referentes ao quarto trimestre de 1967 para as Regiões I e II. Este processo prosseguiu com a publicação dos resultados trimestrais, incluindo, a cada divulgação, as Regiões que foram sendo implantadas. O desenho da amostra, traçado inicialmente para a década de 60, não previa produzir resultados para níveis menores que as Regiões definidas para a PNAD. Logo se tornou claro que esta limitação não era aceitável, tendo em conta a necessidade de poder produzir, sempre que necessário, informações, pelo menos, para as maiores Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas. Para a década de 70 este modelo foi revisto e o desenho da amostra foi estruturado de forma a dar flexibilidade para produzir, sempre que necessário, resultados para Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas, ainda que, em princípio, a divulgação fosse, basicamente, para as Regiões definidas para a PNAD. De fato, ao longo do decênio, houve divulgação de resultados para determinadas Unidades da Federação e

Regiões Metropolitanas. Na década de 80 o desenho da amostra não mais considerou a divisão regional definida especialmente para a PNAD e os resultados passaram a ser publicados para o Brasil, Grandes Regiões, algumas Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas. Esta abrangência foi sendo ampliada para atender à forte demanda por estatísticas para o estudo e planejamento estadual e, a partir de 1984, as informações passaram a ser divulgadas para as nove Regiões Metropolitanas existentes à época e para todas as Unidades da Federação, exceto para Rondônia, Acre, Roraima e Amapá. Na década de 90 estas quatro Unidades da Federação foram incorporadas ao elenco de divulgação.

Inicialmente os resultados da Pesquisa só eram acessados por meio de suas publicações. A partir da década de 70, além dos resultados publicados, foi-se difundindo o acesso aos microdados por meio de fitas magnéticas. Na década de 90, a maior difusão das novas tecnologias de produção e transmissão de informações tornou possível viabilizar o acesso aos resultados tabulados das pesquisas desse decênio também por meio da Internet, sendo possível, ainda, adquiri-los em CD-ROM, assim como os microdados.

PERIODICIDADE

Tendo em conta os altos custos e a grande quantidade de pessoas necessárias para a realização de um Censo Demográfico, a PNAD é sempre interrompida para a realização da operação censitária.

A PNAD foi inicialmente estruturada para produzir resultados representativos dos quatro trimestres do ano. Esta estruturação foi mantida até o segundo trimestre de 1970, quando a Pesquisa foi interrompida para a realização do Censo Demográfico. Na revisão empreendida para a década de 70, para dar condições mais favoráveis para atender à forte demanda de levantamento de outros temas suplementares ou especiais, foram estudadas alternativas como: uma pesquisa bastante aprofundada em cada ano; três pesquisas menores e uma maior por ano; e duas pesquisas básicas em trimestres alternados para possibilitar um vislumbre das variações sazonais da força de trabalho e dar espaço para a realização de pesquisas especiais. Entretanto, por falta de recursos, quando foi reiniciada em 1971, a Pesquisa foi mantida somente no último trimestre do ano e este esquema permaneceu até 1973. Em 1974 e 1975 foi realizada uma pesquisa especial da PNAD, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, por sua complexidade e alto custo, impossibilitou a realização da pesquisa básica nesses dois anos. Nesse intervalo, foi empreendida uma revisão completa da Pesquisa que, ao retornar em 1976, a exemplo do Censo Demográfico, passou a produzir resultados relacionados a períodos de referência únicos para toda a amostra do levantamento, deixando de ser representativos do trimestre. Esta ruptura evidentemente causou problemas de comparabilidade com os dados anteriores. Com a revisão realizada para a década de 80, a PNAD iniciou em 1981 com o esquema de produzir resultados representativos para períodos de referência únicos para toda a amostra do levantamento e continuou a ser coletada dentro do último trimestre do ano. Em 1982, com o objetivo de reduzir custos de coleta, a amostra foi distribuída em 12 semanas do último trimestre, sendo, portanto, representativa desse período. Este procedimento causou dificuldades de comparação com os resultados de 1981, principalmente para algumas características como, por exemplo, as de rendimento, obrigando ao uso de subamostra (sujeitando-as, conseqüentemente, a coeficientes de variação muito mais elevados) para acompanhar a sua evolução. Em decorrência deste problema, a partir de 1983, retornou-se ao esquema anterior de ter resultados representativos para períodos de referência únicos para toda amostra e que vem sendo mantido até o último levantamento da PNAD realizado.

ASPECTOS DO PLANO DE AMOSTRAGEM

O plano de amostragem preparado para dar início à PNAD objetivou a obtenção de uma amostra probabilística de domicílios para atender múltiplos propósitos. Este plano de amostragem foi estruturado para produzir resultados representativos para o total do País e para cada uma das Regiões definidas para a Pesquisa.

Em linhas gerais, o desenho da amostra pode ser descrito da seguinte forma: definiu-se uma amostra autoponderada, obtida em quatro estágios de seleção, que foram os seguintes: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; unidades terciárias - subsetores; e unidades quaternárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

A princípio considerou-se a possibilidade de estruturar a amostra em três estágios de seleção, entretanto, devido à variação no tamanho dos setores e ao crescimento populacional de 1960 para 1967, constatou-se que estas unidades eram geralmente muito grandes para constituírem áreas de listagem. Portanto, foi decidido subdividir os setores em áreas menores, denominadas subsetores, por meio de uma operação de coleta, para constituir a penúltima unidade de seleção. Esta operação de coleta foi denominada Contagem Rápida e para a sua realização eram utilizados o mapa e a descrição de cada setor censitário. A operação de Contagem Rápida consistia em dividir o setor censitário em vários subsetores, contendo aproximadamente o mesmo número de domicílios e com limites o mais identificáveis possível, delimitar cada subsetor no mapa do setor e registrar o número de domicílios particulares e de moradores em domicílios coletivos.

A divisão territorial, a malha setorial e as medidas de tamanho referentes aos municípios e setores censitários foram obtidas do Censo Demográfico de 1960. Nas revisões efetuadas posteriormente, sempre utilizou-se o material oriundo do último Censo Demográfico realizado.

Na revisão da PNAD, elaborada para implantação após o Censo Demográfico de 1970, mantiveram-se os quatro estágios de amostragem, mas passou-se a selecionar amostras independentes por Unidade da Federação e, naquelas em que existisse Região Metropolitana, este segmento foi tratado também de forma independente. Este procedimento foi adotado para que, além de produzir resultados para as Regiões definidas para a PNAD e para o seu conjunto, fosse possível, sempre que desejável, alterar o tamanho da amostra para obter e divulgar estatísticas representativas para determinadas Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

Na revisão da PNAD, realizada para implantação após o levantamento do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, foi eliminado o estágio de seleção de subsetores. Assim, a amostra das pesquisas de 1976 a 1979 passou a ser constituída de três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Para as pesquisas das décadas de 80 e 90, permaneceram os três estágios de amostragem e continuaram a ser selecionadas amostras independentes por Unidade da Federação e, naquelas em que existisse Região Metropolitana, este segmento foi tratado, também, de forma independente. Entretanto foi abandonado o esquema de produzir resultados para as Regiões definidas para a PNAD, adotando-se em seu lugar a divisão territorial oficial em Grandes Regiões.

PROCESSO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: auto-representativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não auto-representativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação geográfica e, em cada estrato, foram selecionados com probabilidade proporcional à população residente obtida no último Censo Demográfico.

Os municípios auto-representativos foram constituídos por aqueles que tinham população maior do que um corte de tamanho pré-determinado ou faziam parte da área metropolitana de uma grande cidade.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do último Censo Demográfico como medida de tamanho. Para manter a proporcionalidade urbano/rural existente à época do último Censo Demográfico, primeiramente foram arrolados os setores urbanos e depois os rurais, antes de começar a seleção feita sistematicamente.

No terceiro estágio, suprimido a partir da PNAD de 1976, as unidades (subsetores censitários) foram selecionadas, em cada setor da amostra, também com probabilidade proporcional, sendo utilizado o número de unidades domiciliares, obtido com a operação de Contagem Rápida da pesquisa, como medida de tamanho.

No último estágio (quarto estágio até 1973 e terceiro a partir de 1976) foram selecionadas, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra (subsetor da amostra até 1973), as unidades domiciliares para investigação das características incluídas na pesquisa.

COLETA CONTÍNUA E ROTAÇÃO DA AMOSTRA

No início da PNAD, quando a periodicidade da pesquisa era trimestral, a operação de entrevista era contínua. Operacionalmente a amostra total era dividida em 13 subamostras, uma para cada semana de um trimestre. Eram fixadas semanas de entrevistas e em cada uma era pesquisado um treze avos da amostra do trimestre. Este esquema possibilitava o uso de equipes menores de supervisores e entrevistadores do que as que seriam necessárias caso se concentrasse a operação em apenas algumas semanas do trimestre.

Considerando o cansaço dos informantes em participar permanentemente de um programa de pesquisas contínuas, foi adotado um esquema de rotação das unidades domiciliares da amostra. O procedimento adotado foi dividir a amostra total em seis subgrupos aleatórios, sendo um deles substituído trimestralmente. Portanto, as unidades domiciliares permaneciam na amostra durante seis pesquisas e, depois, eram substituídas por uma nova seleção aleatória. Com este esquema, a cada trimestre, cinco sextos da amostra de unidades domiciliares selecionadas permaneciam os mesmos do anterior, e em cada trimestre do ano, um terço da amostra de unidades selecionadas permanecia o mesmo do trimestre correspondente do ano anterior.

A partir de 1971, quando a pesquisa passou a ser realizada apenas no último trimestre, o esquema de rotação da amostra foi suspenso. Entretanto, até 1973 a pesquisa continuou a ser representativa do último trimestre, uma vez que foi mantida a distribuição da amostra nas treze semanas desse período do ano. A partir de 1976 a amostra deixou de ser representativa do trimestre, sendo as informações referenciadas aos mesmos períodos e data de referência, mas o período de realização da Operação de Entrevista foi mantido dentro do último trimestre do ano. A única exceção foi em 1982, quando a amostra foi distribuída em 12 semanas do último trimestre,

sendo, portanto, representativa deste período do ano, conforme já foi mencionado no item PERIODICIDADE.

CADASTRO DE UNIDADES DOMICILIARES

Com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a Operação de Listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não-residenciais existentes na área. Até 1970 o cadastro era atualizado a cada ano e meio, em decorrência do sistema que era adotado à época. A partir de 1971 a Operação de Listagem passou a ser feita anualmente e, até 1973, a manutenção do cadastro incluía, também, a Operação de Contagem Rápida.

Além desta atualização, com a finalidade de acompanhar o crescimento dos municípios pertencentes à amostra, criou-se um cadastro complementar constituído pelas unidades domiciliares surgidas, após a realização do Censo Demográfico, nos setores (selecionados ou não) desses municípios, tais como conjuntos residenciais, edifícios e favelas, a partir de determinado número de unidades residenciais fixado. Este cadastro complementar era, normalmente, iniciado no ano seguinte ao da implantação da revisão da Pesquisa.

PROCESSO DE EXPANSÃO DA AMOSTRA

Inicialmente utilizou-se o processo de estimativa simples, ou seja, aplicando o inverso da fração de amostragem. Posteriormente, foram produzidos resultados com base em estimadores de razão, tendo como variável independente estimativas de população para as áreas definidas para divulgação.

De 1976 a 1979, utilizaram-se estimadores de razão, com base na projeção da população residente por sexo distribuída por 11 grupos de idade, de acordo com a composição etária resultante da Operação de Listagem, segundo o tipo de área (metropolitana e não-metropolitana). De 1981 a 1985, este mesmo processo foi utilizado, entretanto a estrutura etária passou a ser obtida da Operação de Entrevista.

Face ao aumento progressivo de unidades domiciliares já verificado até 1985, que se refletia diretamente no número de unidades selecionadas para a amostra e estava causando sobrecarga nas etapas de coleta, o que tendia a comprometer a qualidade da pesquisa, em 1986 o tamanho da amostra foi reduzido, sendo também revisto o processo de expansão da amostra e o cálculo dos erros amostrais, a fim de garantir o grau de confiança da pesquisa. A partir de 1986 a expansão da amostra passou a utilizar estimadores de razão cuja variável independente era a projeção da população residente, segundo o tipo de área (região metropolitana e não-metropolitana), mas sem considerar a distribuição por sexo e grupos de idade. Estas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os dois últimos Censos Demográficos realizados, sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

INDICATIVOS SOBRE A OCORRÊNCIA DE MODIFICAÇÕES NO CONTEÚDO DOS TEMAS BÁSICOS E SEUS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Até 1970 a captação das características do tema trabalho estava restrita às pessoas de 14 anos de idade ou mais. A partir de 1971, o limite inferior para a investigação deste tema passou a ser em 10 anos ou mais de idade.

Na década de 60 o conteúdo da investigação dos temas básicos permaneceu inalterado, mantendo a mesma estrutura de formulação dos quesitos. Na primeira metade da década de 70 o conteúdo da investigação dos temas básicos apresentou algumas ampliações que foram mantidas de 1971 a 1973. Na segunda metade da década, a investigação dos assuntos dos temas básicos passou a ser definida anualmente, causando alterações no conteúdo da investigação, e mudou-se a forma de estruturação dos quesitos, o que dificultava o acompanhamento de certas características. Na década de 80 o questionário da pesquisa básica ficou praticamente inalterado, sendo que as únicas modificações foram: a colocação, somente em 1981, de algumas questões de abertura para o questionário suplementar de saúde, a agregação da característica cor a partir em 1987, e a inclusão de dois itens no tema habitação de 1988 em diante. Portanto, o conteúdo dos temas básicos constantes em 1981 foi mantido até 1990, possibilitando gerar uma série histórica de resultados. Na década de 90 as partes do questionário referentes aos temas básicos mantiveram-se inalteradas durante todo o período.

Os conceitos e definições referentes aos temas básicos da PNAD vêm passando por alguns ajustes e modificações ao longo do tempo, sem causar impactos contundentes nos resultados. Entretanto a ampliação do conceito de trabalho, principalmente, e alterações em definições relacionadas com o tema, introduzidas na revisão efetuada para a década de 90, causaram efeitos muito sensíveis nos resultados. Contudo a investigação do tema foi estruturada de forma que possibilita a compatibilização dos resultados básicos de acordo com os conceitos e definições vigentes na década anterior.

REVISÕES DA PESQUISA

Ao longo de sua existência a PNAD vem passando por aprimoramentos e revisões. O levantamento é sempre interrompido em função da realização do Censo Demográfico, que é uma pesquisa que demanda uma grande concentração de recursos financeiros e humanos. No ano seguinte ao da realização do Censo Demográfico, a PNAD retorna, após ter passado por uma ampla revisão em que todos os aspectos da pesquisa são minuciosamente avaliados e determinados os aperfeiçoamentos, modificações e atualizações a serem introduzidos no levantamento. No interregno entre as revisões decenais a PNAD passa, eventualmente, por ajustes de pequeno porte, afetos apenas a determinados aspectos da pesquisa. Em 1974 e 1975 o levantamento da pesquisa básica da PNAD foi suspenso para possibilitar a canalização de recursos para a realização da pesquisa especial denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar. Neste período de interrupção, a pesquisa passou por uma revisão de grande porte, que foi implantada na PNAD de 1976.

Atualmente encontra-se em andamento o processo de revisão da PNAD. Entretanto, para assegurar que o País não fique sem as informações fundamentais para o seu planejamento, a PNAD será realizada em 2001, ainda que sem incorporar as modificações resultantes do processo de revisão.

II - PESQUISA MENSAL DE EMPREGO - PME

ORIGEM E OBJETIVO

Tendo em vista que os levantamentos da PNAD não acompanhavam mensalmente os efeitos da conjuntura econômica na força de trabalho e nem as variações sazonais do mercado de trabalho, foram iniciados em 1979, por determinação governamental, os trabalhos para implantação de uma pesquisa mensal sobre o tema trabalho.

Considerando as dificuldades e os custos de implantação e manutenção de uma pesquisa mensal, em âmbito nacional, que desse indicativos ágeis dos efeitos da economia na força de trabalho, para definir a abrangência geográfica adequada para a nova pesquisa levou-se em conta que o mercado de trabalho metropolitano concentrava as atividades econômicas mais dinâmicas e, conseqüentemente, que reagem mais rapidamente aos impactos conjunturais, além de reunir parcela considerável da força de trabalho do País.

O objetivo definido para a Pesquisa Mensal de Emprego foi o de produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho para avaliar as flutuações e a tendência, a médio e longo prazos, do mercado de trabalho nas nove regiões metropolitanas existentes à época (Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) e no Distrito Federal.

ABRANGÊNCIA TEMÁTICA

O tema básico da PME é trabalho, constando na Pesquisa algumas características demográficas e educacionais com o objetivo de possibilitar melhor entendimento da força de trabalho. Portanto, ainda que prevista a eventualidade de pesquisas suplementares, estas deveriam estar voltadas para o aprofundamento do seu tema básico ou que pudessem melhor explicá-lo.

Em setembro de 1980 foi aplicada uma pesquisa suplementar sobre procura de trabalho, para subsidiar os trabalhos de revisão da PME e, em 1984, foi realizada uma pesquisa suplementar sobre os conta própria e empregadores, em caráter de estudo, ambas restritas à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e sem a intenção de divulgação. Foi coletada em junho de 1996 uma pesquisa suplementar sobre associativismo, representação de interesses e intermediação política, educação e trabalho, aplicada à população de 18 anos ou mais de idade investigada na pesquisa básica de abril de 1996. Em julho de 1998 foi realizada uma investigação suplementar sobre cor ou raça e origem da população, visando a subsidiar os estudos sobre esta característica para inclusão no Censo Demográfico de 2000, que não foi divulgada. No período de fevereiro a maio de 1999, foi aplicada uma pesquisa suplementar sobre a suspensão temporária do contrato de trabalho, face à nova legislação sobre o assunto, para subsidiar o levantamento em curso e, também, os trabalhos de revisão da PME.

PERIODICIDADE, IMPLANTAÇÃO, ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Como seu próprio nome indica, a periodicidade da PME é mensal.

Considerando uma série de fatores (tais como custos de criação de um cadastro com base no Censo de 1970; proximidade do período de realização do Censo Demográfico, que daria medidas de tamanho atualizadas para o desenho da amostra do novo Sistema; tempo para verificar

se todos os aspectos fundamentais estavam contemplados no conteúdo da investigação; etc.), optou-se por implantar a pesquisa em caráter experimental. Durante o período experimental o Sistema seria integralmente avaliado e reformulado no que fosse necessário

Ainda em 1979 foi feito um teste dos instrumentos de coleta e, a partir de janeiro de 1980, iniciou-se a implantação gradativa da pesquisa experimental, agregando-se duas áreas por trimestre. Quando já havia alcançado as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o processo de implantação foi interrompido por questões de custo, ficando as demais áreas para serem iniciadas já com a pesquisa definitiva.

Concluídos os trabalhos da revisão, feita de forma completa em todos os aspectos do Sistema, começou a substituição da pesquisa experimental pela reformulada a partir de fevereiro de 1982, sendo substituído um quarto da amostra antiga pela nova a cada mês. Os resultados do período de fevereiro a abril, em que esta substituição gradual estava sendo efetuada, foram utilizados para avaliação dos efeitos das mudanças introduzidas com a revisão. Em maio de 1982, a Pesquisa atualizada, desde o desenho da amostra, já elaborado com base na divisão territorial, malha setorial e medidas de tamanho obtidas do Censo Demográfico de 1980, até os instrumentos de coleta, estava integralmente implantada nessas seis regiões metropolitanas. Em março de 1999 a abrangência geográfica da PME foi ampliada com a inclusão da Região Metropolitana de Curitiba.

NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

Com base nos resultados da pesquisa experimental, que deveriam ser de uso bastante restrito, passou a ser produzido um conjunto de indicadores de importância básica para os estudos internos que estavam sendo desenvolvidos para aprimoramento do conteúdo do levantamento, visando à revisão da Pesquisa. Entretanto, devido às pressões por obtenção de informação, a taxa de desocupação, apesar das suas limitações, passou a ser divulgada mensalmente para as áreas pesquisadas.

Com a revisão da Pesquisa implantada em 1982, um conjunto maior de indicadores passou a ser divulgado mensalmente, para as seis Regiões Metropolitanas pesquisadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Inicialmente eram produzidas apenas taxas. Entretanto, para atender à forte demanda por outros indicadores, passaram a ser divulgados indicadores de rendimento médio de trabalho e, em seguida, estimativas de totais das principais características pesquisadas. Este último passo abriu caminho para a publicação de resultados para o total das seis Regiões Metropolitanas pesquisadas, que também vinham sendo demandados pelos usuários. Ainda que, em abril de 1999, a Região Metropolitana de Curitiba tenha sido agregada ao elenco de áreas pesquisadas e os seus resultados divulgados mensalmente, os indicadores do conjunto das áreas continuou sendo elaborado considerando somente as seis Regiões Metropolitanas investigadas desde 1980. Este procedimento é adotado visando a manter a comparabilidade com a série produzida e, também, considerando que a Pesquisa na Região Metropolitana de Curitiba é sustentada em parte com recursos obtidos em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES e, portanto, poderá ser interrompida se este acordo não puder ser mantido, devido a dificuldades alheias à vontade das duas instituições envolvidas ou por outros fatores.

Ainda que a pesquisa permita ter os resultados para todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, os indicadores são divulgados considerando as pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Inicialmente os resultados eram divulgados de forma bastante sucinta, restrita à taxa de desocupação. Com a pesquisa revista os resultados passaram a fazer parte da publicação

Indicadores IBGE e, mais adiante, a estar disponíveis em disquetes. A partir da década de 90 os indicadores da PME passaram a ser apresentados em relatórios mensais que podem ser acessados por meio da Internet. Ademais, podem ser adquiridos, em CD-ROM, séries de indicadores e os microdados.

ASPECTOS DO PLANO DE AMOSTRAGEM

O plano de amostragem foi estruturado para produzir resultados representativos para cada uma das áreas definidas na abrangência geográfica da pesquisa. Em linhas gerais, o desenho da amostra pode ser descrito da seguinte forma:

No início da PME, em que o levantamento foi implantado em caráter experimental, utilizou-se o desenho da amostra da PNAD adotado para o período de 1976 a 1979 que, nas Regiões Metropolitanas, de fato, compreendia dois estágios de seleção, uma vez que, nessas áreas, os municípios que as compunham faziam parte do conjunto auto-representativo (probabilidade 1 de inclusão na amostra) e este procedimento de seleção em duas etapas foi mantido na revisão da PME implantada em 1992.

Definiu-se para a PME uma amostra autoponderada, obtida em dois estágios de seleção, que foram os seguintes: unidades primárias - setores censitários, unidades secundárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Para a revisão da PME implantada em 1982 o desenho da amostra levou em conta a divisão territorial, a malha setorial e as medidas de tamanho obtidas do Censo Demográfico de 1980. Em 1988 foi implantada uma revisão parcial, restrita a um ajuste no plano de amostragem, para reduzir o número de unidades domiciliares a serem entrevistadas, em decorrência de dificuldades operacionais, causadas pela falta de recursos para contratação de pessoal para manutenção do tamanho adequado das equipes de coleta, que já estava ocasionando reflexos evidentes na qualidade dos resultados, especialmente em determinadas áreas. Com esta revisão, implantada em 1988, foi possível prosseguir o levantamento com equipes de coleta menores, ainda que tenha ocasionado redução na precisão das estimativas mensais. Em 1993 o desenho da amostra foi atualizado, com base nas informações do Censo Demográfico de 1991, e a substituição da amostra nova pela antiga foi efetuada gradualmente, um quarto a cada mês, a partir de outubro de 1993.

PROCESSO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

No primeiro estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, com probabilidade proporcional, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico como medida de tamanho. Para manter a proporcionalidade urbano/rural existente à época do último Censo Demográfico, primeiramente foram arrolados os setores urbanos e depois os rurais, antes de começar a seleção feita sistematicamente.

No último estágio foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características incluídas na pesquisa.

ROTAÇÃO DA AMOSTRA

Para evitar o cansaço do informante em participar permanentemente de uma pesquisa contínua, foi adotado um esquema de rotação em que um quarto das unidades domiciliares selecionadas para a amostra é substituída a cada mês. Neste esquema uma determinada unidade selecionada é mantida na amostra por quatro meses consecutivos, é retirada da amostra nos oito meses seguintes e retorna, pela última vez, por mais quatro meses.

Operacionalmente os setores são distribuídos, aleatoriamente, em quatro grupos, correspondendo cada um a uma semana do mês. Em cada setor são retiradas, sistematicamente, várias subamostras. São fixadas quatro semanas de entrevistas e em cada uma é pesquisado um quarto da amostra do mês. Neste esquema, 75% das unidades domiciliares selecionadas para a amostra de um mês são as mesmas do mês anterior e, entre o mesmo mês de dois anos sucessivos, alternadamente, há coincidência de 100% das unidades selecionadas para amostra ou nenhuma coincidência.

Este sistema, além de evitar o cansaço dos informantes, permite que sejam feitos estudos longitudinais, uma vez que há coincidência substancial de unidades domiciliares selecionadas mês a mês e entre o mesmo mês de anos sucessivos, a cada dois anos. Também evita variações decorrentes da própria amostra, caso fossem selecionadas amostras totalmente independentes a cada mês.

A Operação de Entrevista é realizada em todos os meses do ano e existe somente uma semana a cada trimestre que não é fixada como de entrevista. Estas quatro semanas do ano foram, muitas vezes, usadas para treinamento e reciclagem das equipes de coleta.

CADASTRO DE UNIDADES DOMICILIARES

No período de 1980 até a implantação da pesquisa revista em 1982, como se tratava de um levantamento experimental, utilizou-se o cadastro de unidades domiciliares preparado para a PNAD de 1978, sem atualizá-lo para a seleção das unidades da amostra.

A partir da revisão da amostra em 1982, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a Operação de Listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não-residenciais existentes na área. Esta operação é realizada periodicamente, sendo que, nos últimos anos, a atualização do cadastro tem sido feita com intervalo de um ano.

Além desta atualização, com a finalidade de acompanhar o crescimento dos municípios pertencentes à amostra, criou-se um cadastro complementar constituído pelas unidades domiciliares surgidas, após a realização do Censo Demográfico, nos setores (selecionados ou não) desses municípios, tais como conjuntos residenciais, edifícios e favelas, a partir de determinado número de unidades residenciais fixado. Este cadastro complementar era, normalmente, iniciado no ano seguinte ao da implantação da revisão da Pesquisa.

PROCESSO DE EXPANSÃO DA AMOSTRA

Durante o período inicial os resultados referentes aos totais das estimativas eram obtidos, para os estudos internos, por expansão simples, ou seja, aplicando o inverso da fração de amostragem. Na prática, para as taxas, este procedimento significava o mesmo que calculá-las diretamente dos dados da amostra. Após a revisão, quando se decidiu pela divulgação de estimativas de totais, a expansão da amostra passou a utilizar estimadores de razão cuja variável

independente é a projeção da população residente de cada mês. Estas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os dois últimos Censos Demográficos, sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração. Com este novo procedimento foram preparadas séries retrospectivas a partir de 1982.

INDICATIVOS SOBRE A OCORRÊNCIA DE MODIFICAÇÕES NO CONTEÚDO DOS TEMAS BÁSICOS E SEUS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O conteúdo investigado no levantamento experimental implantado em 1980 foi acentuadamente modificado para a pesquisa revista, implantada em 1982. A pesquisa suplementar sobre procura de trabalho contribuiu substancialmente para a definição do questionário definitivo. Outro aspecto importante foi o desenvolvimento da revisão da PME em conjunto com a da PNAD para a década de 80, tendo como meta manter a maior proximidade possível na investigação do tema comum, respeitando as diferenças inerentes aos objetivos específicos de cada uma. A investigação do tema trabalho, tanto em conteúdo como na forma, da PME, implantada em 1982 e ainda em vigor, estava quase que totalmente contida na PNAD da década de 80 e as diferenças mais expressivas encontravam-se nas características horas trabalhadas e rendimento de trabalho, que eram captadas buscando privilegiar o aspecto conjuntural na PME (horas efetivamente trabalhadas e os rendimentos efetivamente recebidos) e o estrutural na PNAD (pesquisando-se as horas habitualmente trabalhadas e os rendimentos efetivamente recebidos).

Em termos de conceitos básicos e definições relacionados aos assuntos comuns, a PME implantada em 1982 seguiu a PNAD revista para a década de 80, ficando as diferenças por conta, principalmente, das características apresentadas de forma mais agregada ou investigada com outro enfoque na PME, como foi o caso das horas e rendimento.

REVISÕES DA PESQUISA

Nos trabalhos de revisão da pesquisa, implantada em caráter experimental, foi feita uma avaliação completa de todas as suas etapas e considerados os resultados dos vários indicadores que estavam sendo produzidos pelo levantamento em curso e os obtidos da pesquisa suplementar sobre procura de trabalho que, entre outros aspectos, visava a testar melhor forma de captação e caracterização da população desocupada, para subsidiar a definição do conteúdo da pesquisa definitiva. Esta pesquisa suplementar foi aplicada nas mesmas unidades domiciliares que já haviam sido investigadas no mesmo mês pela pesquisa experimental. Estes resultados foram bastante proveitosos para a revisão do levantamento e mostraram que, entre outras melhorias que deveriam ser feitas na pesquisa, estava a de haver uma investigação mais rigorosa da procura de trabalho, uma vez que a forma como estava sendo levantada na pesquisa experimental sobrestimava esta característica.

Considerando que a pesquisa definitiva, entre outras inovações, estava introduzindo perguntas de verificação para a procura de trabalho para assegurar a consistência dos resultados, mas que, fatalmente, iriam causar queda substancial nos indicadores envolvendo as pessoas desocupadas, foi proposta a sua implantação gradativa, substituindo-se um quarto da amostra a cada mês. Idealmente, o que deveria ter sido feito seria a manutenção de ambos os levantamentos, antigo e novo, por um período suficientemente longo para dar suporte aos estudos longitudinais sobre os efeitos da mudança. Além disso, não houve recursos para expandir o sistema para as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza e Curitiba e o Distrito Federal. O procedimento adotado apenas permitiu perceber nitidamente o impacto na desocupação a cada mudança de painel nos três meses de transição e causou sérios problemas para a produção dos indicadores, pois

os resultados das características comuns que deveriam compor o mês provinham de dois levantamentos bastante distintos (entre os aspectos que diferenciavam os dois levantamentos destacavam-se os seguintes: base amostral e cadastral desatualizada no antigo e atualizada no novo; conteúdo da investigação restrito em aspectos fundamentais no antigo e ampliado no novo; forma de captação da procura de trabalho frágil no antigo e mais segura no novo).

Depois de 1982, somente foram implantadas duas revisões parciais na PME, ambas restritas a aspectos do plano de amostragem. A primeira, ocorrida em 1988, voltada para redução do tamanho da amostra, e a segunda, em 1993, para atualizar o plano de amostragem de acordo com a divisão territorial, a malha setorial e as medidas de tamanho oriundas do Censo Demográfico de 1991.

Ainda que tenha havido, desde meados da década de 80, várias tentativas de efetivar uma revisão completa da PME, uma vez que o levantamento deve acompanhar a evolução do mercado de trabalho, por diversos motivos, somente neste princípio de século será concluído este processo. Como a revisão da PNAD também está em curso e acompanhando as modificações dos aspectos em comum que estão sendo introduzidos na PME, a defasagem entre as atualizações destes dois levantamentos deve ser eliminada.

A revisão atualmente em andamento prevê, inicialmente, a implantação da PME revista em 2001 nas sete Regiões Metropolitanas atualmente pesquisadas. Estuda-se a viabilidade de, posteriormente, ampliar gradualmente essa abrangência geográfica, de acordo com os recursos disponíveis.

Um dos avanços importantes que se introduzirá na pesquisa revista será a coleta eletrônica. Para a operação de listagem já foi feito um experimento utilizando o instrumento de coleta eletrônico, que em breve será testado para aplicação na operação de entrevista.

Em termos de conteúdo da investigação, conceitos e definições, os trabalhos da revisão têm sido desenvolvidos buscando atender às recomendações internacionais e captar aspectos que não constam no levantamento atual e irão possibilitar melhor entendimento do mercado de trabalho.

Quanto ao esquema de rotação da amostra será feito um ajuste no atualmente utilizado de forma que seja mantida a coincidência das unidades domiciliares selecionadas entre dois meses sucessivos em 75% e no mesmo mês de anos consecutivos haja, sempre, coincidência em 50% das unidades selecionadas. Este processo será estruturado de forma a assegurar que uma unidade domiciliar selecionada seja mantida na amostra por quatro meses sucessivos, retirada nos oito meses seguintes e, depois, retorne, pela última vez, por mais quatro meses.

III - ECONOMIA INFORMAL URBANA - ECINF

ORIGEM E OBJETIVO

Tendo em vista fortes indícios de que o setor informal no Brasil estava em franco crescimento, iniciaram-se em 1990, com base nos primeiros resultados do Censo Econômico de 1985, especialmente para as microempresas, os estudos para a realização de uma pesquisa sobre este segmento, visando a captar o seu papel e dimensão na economia brasileira. A característica especial da ECINF está no fato de ter aspectos em comum com as pesquisas domiciliares e com os levantamentos por estabelecimento, uma vez que investiga características das pessoas e aprofunda as questões relativas ao empreendimento.

A Pesquisa de Economia Informal Urbana foi concebida como um sistema de pesquisas por amostra de domicílios com o objetivo de identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas que deixavam de ser captadas ou eram parcialmente abrangidas pelas fontes de estatísticas disponíveis; dimensionar a participação efetiva destas atividades na geração de oportunidades de trabalho e de rendimento; ampliar a base de informações necessárias para o Sistema de Contas Nacionais; e subsidiar os estudos sobre condições de trabalho, especialmente aqueles relacionados às situações de pobreza urbana.

ABRANGÊNCIA TEMÁTICA

Sendo uma parte integrante do tema trabalho, a abrangência temática da Pesquisa Economia Informal Urbana - ECINF foi delimitada com base nas recomendações da 15ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho. As unidades que compõem o setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de produtividade e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção. Este universo é mais facilmente captado por meio de pesquisas domiciliares, pois está fortemente concentrado em pequenas unidades produtivas, que escapam facilmente aos registros administrativos e pesquisas por estabelecimento. O levantamento restringiu-se à investigação da parcela referente às atividades não-agrícolas. Para delimitar e investigar o segmento da economia informal urbana foram pesquisados os empreendimentos de atividade não-agrícola explorados pelos trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados..

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA, PERIODICIDADE, IMPLANTAÇÃO E NÍVEL DE DIVULGAÇÃO

A Pesquisa foi definida como de abrangência nacional e restrita ao âmbito urbano, em que se concentravam mais de 78% da população do País em 1996, e a sua periodicidade foi estabelecida como quinquenal. O fato de a pesquisa não captar os pequenos empreendimentos de atividade não-agrícola explorados por moradores em área rural é uma limitação da pesquisa, decorrente dos altos custos operacionais de incluir esta parte do território nacional, e se justifica, também, pela evidência empírica de que é nas áreas urbanas que se concentra a grande massa da economia informal não-agrícola.

Para testar todos os aspectos do levantamento (desde o plano de amostragem, conceitos, definições, conteúdo da investigação e passando por todas as etapas operacionais até a preparação dos resultados para divulgação) antes da sua implantação foi realizada, em 1994, uma pesquisa piloto no Município do Rio de Janeiro.

Concluídos o exame e ajustes que se fizeram necessários com base nesse levantamento piloto, foi implantada no final de 1997, tendo como base o mês de outubro, a Pesquisa de Economia Informal Urbana no Brasil.

Os resultados da ECINF são publicados para a área urbana do Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, e município de Goiânia. As informações tabuladas da ECINF também podem ser acessadas por meio da internet e adquiridas em CD-ROM, assim como os seus microdados.

ASPECTOS DO PLANO DE AMOSTRAGEM

A ECINF é pesquisada por meio de uma amostra probabilística de domicílios. O plano de amostragem foi estruturado para produzir resultados representativos para cada uma das áreas urbanas definidas para divulgação da pesquisa.

Em linhas gerais, o desenho da amostra pode ser descrito da seguinte forma: definiu-se uma amostra autoponderada, obtida em dois estágios de seleção que foram: unidades primárias - setores censitários urbanos; e unidades secundárias - domicílios particulares com pelo menos um morador ocupado como conta própria ou empregador com até 5 empregados em empreendimento de atividade não-agrícola.

A divisão territorial, a malha setorial e as medidas de tamanho referentes aos setores censitários foram obtidas do Censo Demográfico de 1991.

PROCESSO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

No primeiro estágio, as unidades (setores censitários) foram primeiramente estratificadas pelas suas diferentes condições geográficas, para garantir a sua representatividade em cada área de divulgação da ECINF. A segunda etapa de estratificação das unidades primárias foi realizada, em cada estrato geográfico, considerando a média do rendimento domiciliar de cada setor, visando garantir a inclusão de proprietários (conta própria e empregadores com até cinco empregados) de diferentes classes de rendimento. Em cada estrato definido nesta segunda etapa, os setores foram selecionados com probabilidade proporcional ao número de domicílios ocupados obtidos do Censo Demográfico de 1991.

No segundo estágio, as unidades (domicílios com pelo menos um morador que explorava empreendimento de atividade não-agrícola como conta própria ou empregador com até cinco empregados) foram primeiramente estratificadas por grupos de atividade econômica não-agrícola do empreendimento. Em cada estrato, as unidades secundárias foram selecionadas com equiprobabilidade.

CADASTRO DE UNIDADES DOMICILIARES

Para a realização da segunda etapa de seleção, foi efetuada a Operação de Listagem que, além de relacionar as unidades residenciais e não-residenciais existentes em cada setor selecionado, foi acompanhada de um pequeno questionário de entrevista para identificar os moradores ocupados e, dentre este conjunto, os que eram proprietários de pequenas unidades

produtivas, mesmo que fosse como trabalho secundário, e a atividade econômica desenvolvida nesses empreendimentos. Estas informações eram essenciais para delimitação das unidades domiciliares que comporiam o conjunto do qual seria selecionada a amostra para aplicação do levantamento da pesquisa da economia informal e para a sua estratificação.

PROCESSO DE EXPANSÃO DA AMOSTRA

Utilizou-se o estimador natural do desenho da amostra com correção de não-resposta, em cada estrato de rendimento, para as estimativas de totais das características dos proprietários. Para a expansão das características das unidades produtivas foi aplicado um fator de correção, tendo em vista que um único empreendimento pode ser explorado por mais de um proprietário.

REVISÃO DA PESQUISA

A revisão a ser feita para a próxima pesquisa da ECINF deverá levar em conta os aspectos comuns que já houverem sido estudados para a PME e acompanhar os trabalhos que já estão em andamento para a PNAD. Embora seja importante a manutenção da similaridade dos aspectos comuns em levantamentos que se insiram em um mesmo tema, é evidente que isto significa apenas uma parte relativamente pequena dos trabalhos que deverão ser desenvolvidos para a próxima ECINF.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo, para atender a demandas específicas, foram surgindo subsistemas de pesquisas independentes que, na concepção original, deveriam ficar ou estar contidos no Sistema PNAD, mas que exigiam continuidade, acompanhamento e recursos financeiros e humanos separados, o que determinou a sua separação do Sistema original. O Estudo da Despesa Familiar, que foi uma pesquisa especial da PNAD, serviu de base para a montagem do Sistema de Índices de Preços e, a partir daí, as suas pesquisas contínuas de acompanhamento de preços e locais de compra, assim com as de orçamentos familiares para atualização dos seus pesos, foram mantidas de forma totalmente independente do Sistema PNAD. A Pesquisa Mensal de Emprego foi concebida já de forma independente do Sistema PNAD, ainda que, ao longo da sua existência, sempre tenha havido um esforço para manter, sempre que possível, proximidade entre os aspectos básicos do tema comum. A pesquisa Economia Informal Urbana, que é um levantamento quinquenal, poderia ser tratada como uma pesquisa especial da PNAD, mas também foi concebida com independência, ainda que mantendo uma identidade conceitual básica em comum com o Sistema PNAD.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ALMEIDA, R. A.; CORREA, W. R.; MENEZES, A.C.; OLIVEIRA, A. D.; ZANI, S. C. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: redução do número de domicílios na amostra e proposta de novos estimadores. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento, 1986. 26 p. Circulação limitada.
- 2 - ANTEPROJETO para a reformulação da Pesquisa Mensal de Emprego. Versão preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Estatísticas de População e Sociais, 1980. 21 p. Circulação limitada.
- 3 - ANTEPROJETO para a reimplantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios no período de 1981 a 1990. Versão preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Estatísticas de População e Sociais, 1980. 33 p. Circulação limitada.
- 4 - BARBOSA, C. M. A aplicação da técnica da amostragem nos levantamentos contínuos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBE, 1968. 23 p. 1ª Conferência Nacional de Estatística, 29 de maio a 4 de junho de 1968 - Rio de Janeiro, Guanabara.
- 5 - BARBOSA, C. M., LOZANA, J. A. Aspectos técnicos do desenvolvimento da PNAD no período de 1971 a 1978. Rio de Janeiro: [IBGE], 1979. 311 p. Circulação limitada.
- 6 - BARBOSA, C. M., LINDQUIST, M. V. Programa de pesquisa de amostra domiciliar no Rio de Janeiro, [IBGE, USAID], 1970. 103 p. 2ª Simpósio sobre Pesquisas Domiciliares na América Latina, 15 de junho de 1970 - Rio de Janeiro.
- 7 - BARBOSA, C. M., LINDQUIST, M. V. Programa de pesquisas domiciliares no Brasil - Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.32, n. 127, jul/set 1971.
- 8 - ECONOMIA Informal Urbana 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 6v. V1: Brasil e Grandes Regiões. 345 p.
- 9 - GUERRA, V. S. As Estatísticas de Ocupação, desocupação e subocupação. Rio de Janeiro, [IBGE], 2000. 33 p. 9ª Conferência Internacional de Estatísticas Sociais dos Países de Língua Portuguesa - RIESLOP. 18 - 24 de outubro de 2000 - Rio de Janeiro.
- 10 - GUERRA, V. S. Características de mão-de-obra investigadas na PNAD e na PME e alguns aspectos a serem estudados para a próxima reformulação da PNAD - Rio de Janeiro: [s.n], 1988. 12 p. Circulação limitada.
- 11 - GUERRA, V. S. Principais mudanças introduzidas nos conceitos e definições da PNAD para as pesquisas de 1992 em diante. Rio de Janeiro: [IBGE], 1997. Circulação limitada.
- 12 - METODOLOGIA da Pesquisa Mensal de Emprego 1982. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 82 p. (Relatórios metodológicos, v. 2).
- 13 - METODOLOGIA da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na década de 70. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 698 p. (Relatórios metodológicos, v. 1)
- 14 - NOTAS metodológicas. In: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

- 15 - PARA compreender a PNAD (um texto simplificado) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 34 p.
- 16 - PARA compreender a PME (um texto simplificado). 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 22 p.
- 17 - PESQUISA Mensal de Emprego - notas explicativas. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Estatísticas de População e Sociais, 1981. Circulação limitada.
- 18 - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1999. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1999. 69 p.
- 19 - PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios: projeto para 1976. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Estatísticas de População, 1976. Circulação limitada.
- 20 - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 214 p.
- 21 - PROGRAMA de pesquisas domiciliares no Brasil [Rio de Janeiro]: IBGE, Departamento de Estatísticas de População e Sociais, 1979. 14 p. XIV Sesión de la Comisión de Mejoramiento de las Estadísticas Nacionales - COINS, do Instituto Interamericano de Estadísticas - IASI, 23 - 30 de outubro de 1979 - Caracas, Venezuela.
- 22 - REDUÇÃO da Amostra da Pesquisa Mensal de Emprego: Revista Brasileira de Geografia e Estatística: IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro 49 (192): jul/dez 1988.
- 23 - REVISÃO da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa Mensal de Emprego: IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento. Em fase de elaboração.

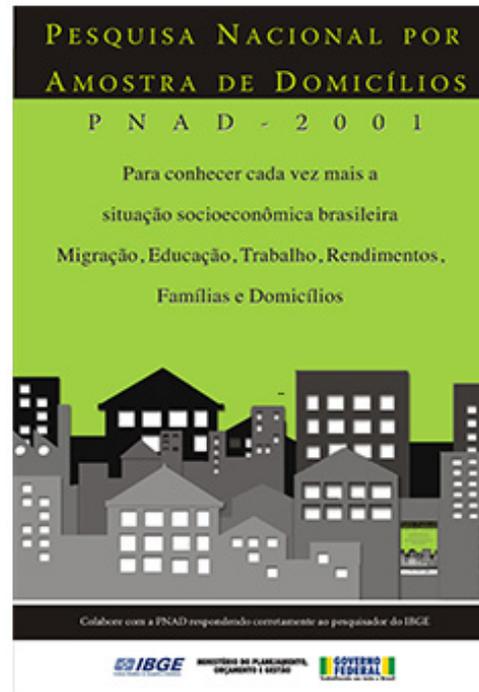
Memória visual da PNAD

2001-2011

No CD-ROM que acompanha esta publicação, encontram-se reunidos os arquivos digitais com as imagens de cada um dos cartazes e *banners* reproduzidos a seguir.



Divulgação da Síntese de Indicadores - PNAD 2001.



Cartaz de divulgação - PNAD 2001.

**SUA INFORMAÇÃO
é a peça mais importante
para retratar o BRASIL**



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002

Habitação • Trabalho • Educação • Rendimento

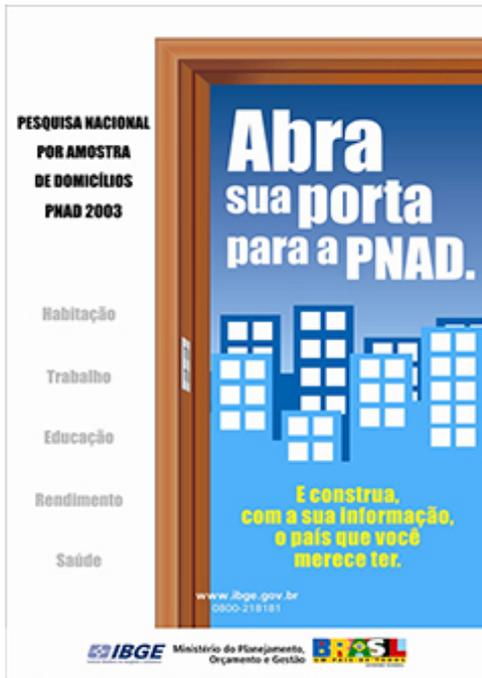
www.ibge.gov.br
0800-218181



Cartaz de divulgação - PNAD 2002.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2003.



Cartaz de divulgação - PNAD 2003.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2004.



Cartaz de divulgação de publicação - PNAD 2003.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2004.

Sua informação é a chave para o conhecimento do país.

Colabore respondendo ao IBGE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD - 2004

www.ibge.gov.br
0800-721-8181

Cartaz de divulgação - PNAD 2004.

Informações em rede ampliando o conhecimento sobre o usuário de Internet e celular

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005
Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal

40

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

Banner de divulgação - PNAD 2005.

Em vários aspectos, uma avaliação do Brasil

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD 2005
SÍNTESE DE INDICADORES (PUBLICAÇÃO IMPRESSA COM CD-ROM)
VOLUME BRASIL (PUBLICAÇÃO IMPRESSA)

Disponível na Internet
www.ibge.gov.br 0800-721-8181

Banner de divulgação de publicação - PNAD 2005.

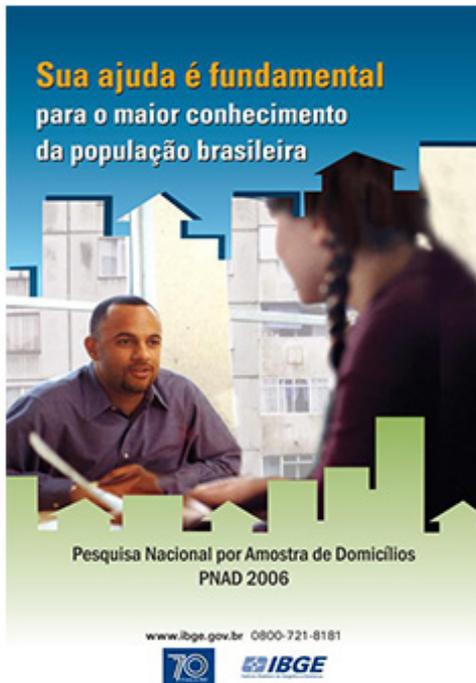
Vamos até você para saber do que o Brasil precisa.

Faça sua parte. Responda ao IBGE.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD 2005

www.ibge.gov.br
0800-218181

Cartaz de divulgação - PNAD 2005.



Cartaz de divulgação - PNAD 2006.

Como está a construção do Brasil de amanhã?



ASPECTOS COMPLEMENTARES DE EDUCAÇÃO,
AFAZERES DOMÉSTICOS E TRABALHO INFANTIL,
ACESSO A TRANSFERÊNCIAS DE RENDA
DE PROGRAMAS SOCIAIS

Publicação impressa em CD-ROM. Disponível no Simetec.



PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
2006

Banner de divulgação de publicação - PNAD 2006.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2006.

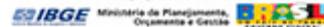
**PNAD:
UM RETRATO DA
REALIDADE**



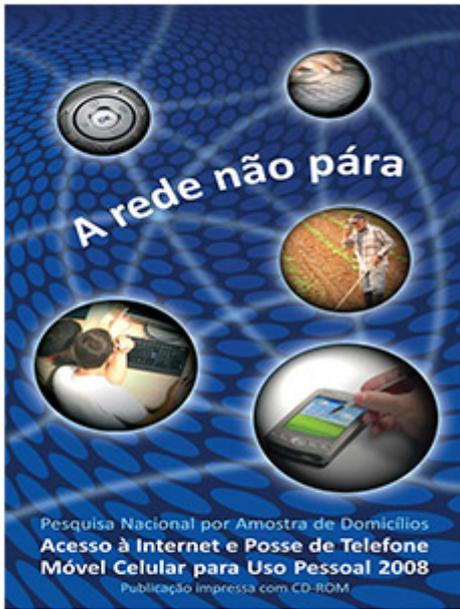
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007

Volume Brasil (publicação impressa)
Síntese de dados sobre as condições de vida
Resumo do Brasil

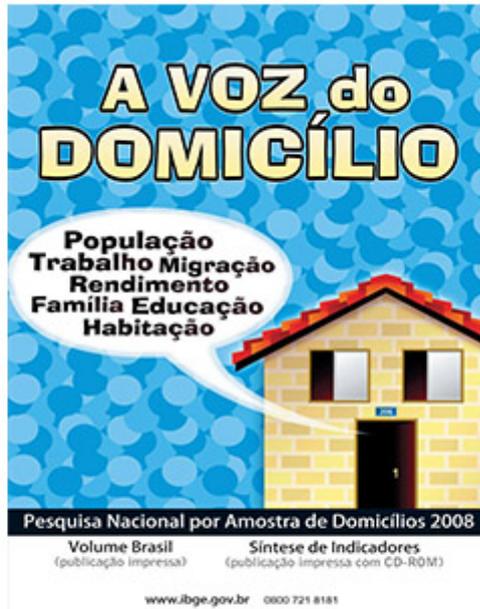
www.ibge.gov.br 0800-721-8181



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2007.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2008.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2008.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2008.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2008.



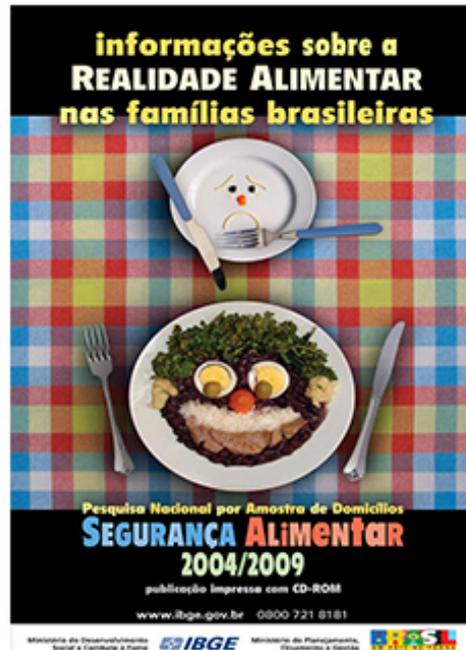
Cartaz de divulgação - PNAD 2008.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2009.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2009.



Banner de divulgação de publicação - PNAD 2009.

Por que dar informação ao IBGE?

Porque é com a sua informação que
o IBGE pode revelar a realidade
dos domicílios brasileiros.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD 2009

www.ibge.gov.br 0800-7218181

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

GOVERNO FEDERAL

Cartaz de divulgação - PNAD 2009.

PNAD

Dos domicílios para o Brasil:
informação para
o planejamento do País

Pesquisa Nacional por Amostra
de Domicílios – PNAD Brasil 2011

Pesquisa Nacional por Amostra
de Domicílios – Síntese dos Indicadores 2011

Publicações impressas com CD-ROM

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

Ministério do
Planejamento,
Orçamento
e Gestão

PAÍS RICO E PAÍS SEM PÓSSEJA

Banner de divulgação de publicação - PNAD 2011.

Memória *on-line* da PNAD

A seguir, estão reproduzidos parcialmente os recortes de tela capturados *on-line* a partir de cada canal ou página do Portal do IBGE na Internet. No CD-ROM que acompanha esta publicação, encontram-se reunidas reproduções mais completas dos conteúdos de cada uma dessas fontes de informação consultadas.

Banco de Metadados do IBGE - METABD

METABD BANCO DE METADADOS



Operação Estatística

OPERAÇÃO ESTATÍSTICA: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SIGLA: PNAD

CATEGORIA DA DIVULGAÇÃO: Estrutural

TIPO DE OPERAÇÃO ESTATÍSTICA: Pesquisa domiciliar integrada

TEMAS E/OU SUBTEMAS: Família (População), Grupos populacionais específicos (População), Trabalho, Trabalho remunerado (Trabalho), Outras formas de trabalho (Trabalho), Rendimento, despesa e consumo, Estatísticas multidomínio, População, Condições de vida, pobreza e desigualdade (Estatísticas multidomínio), Educação, Nupcialidade (População), Características gerais da população (População), Habitação, Sociedade da Informação (Estatísticas multidomínio), Saúde, Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais (População), Proteção social, Justiça e segurança

SITUAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA: Corrente

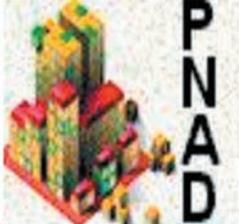
DATA DE INÍCIO: 01/01/1967

PERIODICIDADE DE COLETA: Anual

PERIODICIDADE DE DIVULGAÇÃO: Anual

OCORRÊNCIAS: 2007 a 2009, 2011 a 2013

Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA

Banco de Dados Agregados		Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	
 Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA			
IBGE Home SIDRA Home Escreva-nos			
<p>Inicial</p> <p>GERAL</p> <p>Pesquisa Básica</p> <p>Síntese de Indicadores</p> <p>SUPLEMENTOS</p> <p>Trabalho Infantil</p> <p>Aspectos Complementares de Educação</p> <p>Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais</p> <p>Segurança Alimentar</p> <p>Acesso e Utilização de Serviços de Saúde</p> <p>Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal</p>		<p>Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios</p> <p>2001 a 2013</p>	
		<p>O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características gerais da população, como a nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.</p> <p>A pesquisa, a partir de 2004, abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos em Amapá).</p> <p>As características gerais de migração e de educação são pesquisadas para todas as pessoas. As características de trabalho e rendimento são investigadas para a população em idade.</p> <p>Apresentam-se a seguir as datas e períodos de captação e referência utilizados na classificação das características que foram objeto de divulgação.</p> <p>PNAD 2001:</p> <p>Data de referência - 29 de setembro de 2001;</p>	

Banco Multidimensional de Estatísticas - BME



BME Banco Multidimensional de Estatísticas

IBGE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Nova abrangência geográfica da PNAD:

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. Iniciada em 1967 na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro, foi diversas vezes mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para essa abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação. Em 2004, a PNAD foi implantada na área rural de cobertura completa do Território Nacional.

Atenção - Reponderação de Valores:

Os valores de 1984 a 1990, 1992 a 1996, 2001 a 2009, 2011 e 2012 foram reponderados, resultando em valores diferentes dos originalmente publicados pelo IBGE.

- **Série 80:** Os dados de 1984 a 1990 encontram-se reponderados pela correção da projeção populacional baseada nos resultados do Censo Demográfico de 1991;
- **Série 90:** Os dados de 1992 a 1996 encontram-se reponderados pela correção da projeção populacional baseada nos resultados da Contagem Populacional de 1996. Os dados de 1999 encontram resultados do Censo 2000;
- **Série 2000:** Os dados de 2001 a 2009 e 2011 foram reponderados em março/2014 baseando-se na projeção populacional - revisão 2013. Os dados de 2012 foram reponderados em agosto/2013.

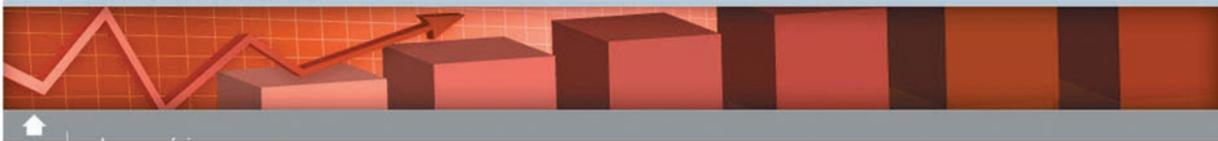
1 - OBJETIVO

Séries Estatísticas & Séries Históricas





Neste canal são encontradas as séries históricas e estatísticas divulgadas pelo IBGE. Os dados podem ser consultados online através de tabelas, gráficos e mapas temáticos ou baixados para análise posterior.



fontes » IBGE - PNAD

- FGV
- IBGE
- IBGE - AGRO
- IBGE - Censo
- IBGE - ERC
- IBGE - PAC
- IBGE - PMC
- IBGE - PNAD

Fonte: IBGE - PNAD
Total de registros: 206

Código	Séries Cadastradas	Periodicidade	Período
PD279	Domicílios particulares permanentes, por posse de geladeira	Anual	2001-2011
PD240	Domicílios particulares permanente, por posse de freezer	Anual	1992-1999
FED214	Domicílios particulares permanentes com televisão	Anual	1992-2007

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios. In: IBGE. Séries estatísticas & séries históricas. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7>. Acesso em: set. 2015. Reprodução parcial. Versão mais completa disponível no CD-ROM que acompanha esta publicação.

Resultados de pesquisas - Portal do IBGE

ACESSO À INFORMAÇÃO • LINKS • FALE CONOSCO • MAPA DO SITE

Indicadores
População
Economia
Geociências
Canais
Download
Pesquisas
Sala de Imprensa

Resultados de pesquisas

Pesquisas

- Síntese das pesquisas
- Em fase de coleta
- Calendário de Indicadores conjunturais
- 2015
- Anos anteriores
- Calendário de estudos e pesquisas estruturais e especiais
- Servidores do IBGE

Buscar em Pesquisas e Indicadores Conjunturais

Pesquisa(s):

- **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, População)**
 Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.

Link(s) desta(s) pesquisa(s):

- Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2008 (PNADTIC)
- Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2011 (PNAD2011)
- Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais (PNAD)
- Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil (PNAD2009)
- Gráficos Dinâmicos do Suplemento da PNAD (PNADGRAF)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2012 (PNAD2012)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Brasil (PNAD2012)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Síntese de Indicadores (PNAD2012)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003 (PNAD2003)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD2004)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 (PNAD2005)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 (PNAD2006)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007 (PNAD2007)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (PNAD2008)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 - Um Panorama da Saúde no Brasil (PNADPSB)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD2009)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011 (PNAD2011)
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011 - Sínteses dos Indicadores (PNAD2011)
- PNAD - Segurança Alimentar (PNAD2009SA)
- PNAD - Segurança Alimentar 2004/2009 (PNAD2009)
- PNAD 2005 - Acesso à Internet (PNAD2005AI)
- Suplemento - Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional - 2007 (PNADSAJA)
- Suplemento do Programa Social - PNAD 2006 (PNADSPS)

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios. In: IBGE. Resultados de pesquisas. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: set. 2015. Reprodução parcial. Versão mais completa disponível no CD-ROM que acompanha esta publicação.

Entrevista

Vandeli dos Santos Guerra (2015)

Ficha técnica da entrevista

Nome: Vandeli dos Santos Guerra

Áreas de atividade: Estatística; Pesquisas Domiciliares

Nome do projeto: História Oral do IBGE

Integra o Sistema de Preservação e Disseminação da Memória Institucional e tem por objetivo reconstituir as vivências de funcionários e ex-funcionários sobre o processo de formação e evolução do IBGE.

Registro sonoro: arquivo de áudio.MP3

Tipo de entrevista: História oral temática

Datas da entrevista: 03/07/2015

Local da entrevista: Rio de Janeiro (RJ)

Duração: 85 min.

Dados biográficos do entrevistado

Nome completo: Vandeli dos Santos Guerra

Nascimento: Rio de Janeiro (RJ) – 30/05/1945

Data de entrada no IBGE: 1973

Data de saída ou aposentadoria: 1994; em atividade (como Consultora)

Formação: Estatística

Principais atividades no IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Equipe Técnica

Levantamento de dados: Fabio Mauro de Carvalho Leite, Gabriela Corrêa da Silva Alves, Leandro Miranda Malavota, Luigi Bonafé De Felice, Vera Lucia Cortes Abrantes

Elaboração do roteiro: Fabio Mauro de Carvalho Leite, Gabriela Corrêa da Silva Alves, Leandro Miranda Malavota, Luigi Bonafé De Felice, Vera Lucia Cortes Abrantes

Entrevistadores: Fabio Mauro de Carvalho Leite, Leandro Miranda Malavota, Luigi Bonafé De Felice, Vera Lucia Cortes Abrantes

Gravação: Luigi Bonafé De Felice

Transcrição: Gabriela Corrêa da Silva Alves

Conferência de fidelidade: Vera Lucia Cortes Abrantes

Copidesque da transcrição: Gabriela Corrêa da Silva Alves e Vera Lucia Cortes Abrantes

Sumário: Vera Lucia Cortes Abrantes

Copidesque do sumário: Fabio Mauro de Carvalho Leite

Indexação: Vera Lucia Cortes Abrantes e Fabio Mauro de Carvalho Leite

Assuntos

amostragem; comparabilidade de dados; estatísticas conjunturais; estatísticas sociais; Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF; Pesquisa Mensal de Emprego - PME; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua; Projeto Atlântida; Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD; treinamento para pesquisa domiciliar.

Sumário

O projeto de pesquisas domiciliares por amostragem em base contínua (Projeto Atlântida); a primeira pesquisa em 1967; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; Sistema PNAD: pesquisas básicas, pesquisas suplementares e pesquisas especiais; Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, primeira pesquisa especial PNAD sobre rendimento familiar e base para a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF; recomendações internacionais para comparabilidade de dados; as demandas por informações conjunturais e a criação da Pesquisa Mensal de Emprego - PME; migração e fecundidade como informações importantes para estimativas de população; o pioneirismo da PNAD; Censos: dados do universo e da amostra; classificação das ocupações para as pesquisas domiciliares; a Rede de Coleta da PNAD; as viagens para treinamento; as pesquisas por amostra para suprir as necessidades de informação nos intervalos intercensitários; o Sistema PNAD Contínua; a primeira revisão da PNAD; Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.

VANDELI DOS SANTOS GUERRA
(depoimento oral, 2015)

O texto a seguir é a transcrição da entrevista concedida por Vandeli dos Santos Guerra em 2015. Trata-se de uma transcrição literal. A gravação original está disponível para consulta no Acervo do Projeto História Oral do IBGE, atualmente sob a guarda da Equipe de Memória Institucional da Biblioteca Isaac Kerstenetzky, localizada no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, do IBGE, no Rio de Janeiro.

O que é pioneiro é o Sistema de Pesquisas Domiciliares por Amostra. [...] o Sistema de Pesquisas Domiciliares por Amostragem no Brasil foi implantado com a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios].

Luigi Bonafé: A senhora entrou no IBGE em 1973, e entrou trabalhando com uma pessoa responsável pela implantação da PNAD. Qual era o nome dessa pessoa?

Vandeli dos Santos Guerra: Carlos Marcos Barbosa. Sr. Carlos Marcos Barbosa. Sr. Carlos Marcos Barbosa esteve envolvido desde os primeiros estudos, quando o IBGE começou a entender que precisava de ter mais informações socioeconômica-demográficas, porque o Censo já não era suficiente, a cada 10 anos ter alguma informação. Nenhum Censo atendia a toda gama de necessidade de informações do IBGE nessas áreas. E, nessa, ocasião também existia um programa da USAID [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional] que era um projeto montado pelo Census Bureau dos Estados Unidos a pedido da Aliança para o Progresso, em que eles montaram todo um projeto de pesquisas domiciliares por amostragem em base contínua. Eles inventaram um país, criaram um país fictício com todas ... com várias características que de certa forma tinham aspectos comuns na América Latina. E aí eles montaram o projeto completo, desde o planejamento, criação dos instrumentos de coleta, definição da amostra, o quê seria pesquisado, como apurar, questionários, manuais, críticas, apuração, até divulgação. Quer dizer, o projeto completo, eles tinham um modelo, eram várias publicações, era o Projeto Atlântida. Era um conjunto e isso dava suporte para qualquer ... e aí haveria uma certa homogeneidade entre as estatísticas dos países que usassem esse modelo para definir exatamente o que eles queriam. Dentro do seu país você tem que fazer adaptações, mas tem um roteiro básico de tudo, completo do que seja um programa de pesquisas domiciliares em bases contínuas por amostragem. E, então foi criado um grupo de trabalho em 1966 para estudar a viabilidade de implantar um programa de pesquisas domiciliares por amostragem no Brasil. Uma das pessoas que estava neste grupo era o Sr. Carlos Marcos Barbosa, estava lá também neste grupo, algumas pessoas, era o Rudolf Walter Franz Wuensche. Nesta ocasião, também tínhamos lá dois consultores do Bureau do Censo que estavam servindo à USAID no Brasil, e que também deram suporte nessa ocasião, o Lowell Galt e o Merton Vincent Lindquist. O Lindquist eu ainda conheci, quando eu entrei no IBGE ele ainda estava aqui e acompanhava muitos trabalhos e eu ainda tive contato. Era uma pessoa maravilhosa. Também teve participação nesse primeiro grupo outras pessoas como Valdecir Freire Lopes, Áureo Pinto de Figueiredo, Sylvia de Castro Aragão e Paulo Schnetzer que ajudaram na tradução dos documentos, que estava tudo ... precisava traduzir para avaliar. Todo um trabalho de avaliação, como de custos e as questões de custo, como implantar isso no Brasil. Nós não tínhamos experiência, nessa hora, para manter uma pesquisa dessa. A questão de custos era muito séria também, como implantar isso. Bom, desde o princípio se notou que essa implantação não poderia ser feita toda de uma vez, seria feita ao longo do tempo por conta até de custos e dificuldades. Quando chegou em outubro, novembro de 1966, fizeram um teste. Já tinham feito estudos, desenvolvido trabalhos, fizeram testes aqui no Rio, antigo Estado da Guanabara, em dois municípios. E aí, as coisas foram andando e no último trimestre de [19]67 foi feita a primeira pesquisa. A implantação foi gradual. Inicialmente, os estudos pensavam em como usar essas informações. Só Brasil? Só Brasil não iria atender aos estudos regionais. Então, dividiram o País em Grandes Regiões para que tivesse pelo menos subsídios a esses níveis.

Leandro Malavota: Vandeli, só para me situar, é aquela visão do historiador que é diferente da visão do estatístico. Então por isso peço que você tenha até paciência, porque as perguntas que vou fazer são bem bê-á-bá mesmo, são bem básicas.

VSG: Todas as perguntas são importantes.

LM: Está certo. No caso, esse grupo que começa a desenvolver, a construir esse conhecimento e a desenvolver treinamento para o desenvolvimento de pesquisa por amostragem. Mas, é pesquisa por amostragem por domicílio, porque até onde eu sei ...

VSG: Pesquisas domiciliares por amostragem.

LM: Isso. Porque pesquisas por amostragem já eram feitas antes pelo IBGE. O IBGE já tinha um certo domínio disso, ou não?

VSG: Não. Na realidade, esse sistema, ele é pioneiro. A única coisa que teve, foi que no Censo de [19]60 você já aplicou o sistema de amostra para uma parte dos resultados.

LM: Certo.

VSG: Mas nós não tínhamos experiência nenhuma nessa área. Isso era pioneiro mesmo, pioneiro em todos os sentidos. Porque manter uma pesquisa contínua, e lá também se vê as possibilidades. Então, o Sistema PNAD, ele ... o que foi decidido era que seriam pesquisas trimestrais. E o que seria pesquisado continuamente? Aquilo que era essencial, você ver esse acompanhamento de curto prazo. Trabalho está aí. Trabalho associado a característica demográfica da população, porque você tem que associar as coisas. Mas para atender a toda essa gama, você não vai conseguir fazer tudo de uma única vez. Então, você imaginou, pesquisa básica vai permanentemente em todo trimestre, pesquisas suplementares vão pegando temas de interesse ou aprofundando o que está lá na pesquisa básica e pesquisas especiais que demandam um tratamento ... muitas vezes pode ser à parte da pesquisa básica.

LB: Exemplo.

VSG: Nós tivemos na década de [19]70 ... desculpa usar o nós, embora eu não tenha participado dele, mas de tanto ler a gente acaba falando nós, porque são as nossas pesquisas, ela é nossa. Nós tivemos uma primeira pesquisa especial, foi uma pesquisa sobre rendimento familiar, porque ela estava visando já ter base para fazer um estudo, a Pesquisa de Orçamentos Familiares, que na realidade o ENDEF [Estudo Nacional da Despesa Familiar] é [pesquisa de] orçamentos familiares, que depois se agregou o aspecto nutrição também. Ela foi realizada em [19]74 e [19]75 e se você olhar os manuais do ENDEF, questionários, você vê lá Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aquela foi uma pesquisa especial PNAD.

Vera Abrantes: Do Sistema PNAD. Seria isso?

VSG: Então, o Sistema PNAD não é uma pesquisa. Sistema PNAD é o conjunto de pesquisas que você realiza dentro de um mesmo arcabouço, porque ela tem essas características. Suplementares você já associa ... pode associar com as informações da pesquisa básica e as especiais que você, eventualmente, pode até associar ou não, ela [pode] ter um tratamento à parte, mas está tudo dentro de um mesmo arcabouço, de uma mesma coisa. O que aconteceu ao longo do tempo? É que isso foi se abrindo mais, é que as coisas vão mudando ao longo do tempo. Então, o ENDEF foi uma pesquisa especial PNAD. Com o tempo para conseguir orçamentos familiares se tornou uma coisa à parte do Sistema. Quando chegou no final da década de [19]70, o que aconteceu? A PNAD era uma pesquisa trimestral, na virada da década de [19]60 para a década de [19]70, por uma série de circunstâncias, de estudos e tudo, estava se pensando que em vez ... sempre se lutava com as dificuldades de transporte, dinheiro e vai por aí fora, uma série ... no princípio foi muito trabalho, muita dificuldade e até de entrar ... até para trabalhar as áreas que atualmente a gente considera razoáveis, eram difíceis. Lutavam até para conseguir transporte, então eles usavam as prefeituras, pegavam daqui para ali, sempre brigando com custo. Aliás, até hoje, a gente briga com custo. Então, tinha todo esse problema. Então o que era? Quando veio a década de [19]70, quando eles fizeram a reformulação, porque nós paramos na época do Censo, quando foi feita a reformulação, eles estavam pensando em botar em duas vezes por ano e deixar um intervalo no meio para pesquisas mais especiais. Custo ficou num trimestre só, e aí depois do ENDEF, que aquilo que a gente fazia, que ficou só no trimestre, representando um trimestre se tornou uma pesquisa com um corte no tempo, ela dá a informação. Quando chegou a virada de [19]70 para a [19]80, já havia aquela demanda por informações conjunturais. Então, queriam de novo as informações conjunturais, mas aí os custos são altos. Então,

começou-se os estudos nos anos [19]70 de uma pesquisa mensal. E aí se centrou essa ... a ideia ... ela foi planejada para atender aqueles centros onde a economia é mais dinâmica, que são as Regiões Metropolitanas. A PME [Pesquisa Mensal de Emprego] no início era para ser uma pesquisa que cobriria as nove Regiões Metropolitanas da época e mais o Distrito Federal. Mas aí começou a implantação, ela parou no meio.

VA: Só voltando um pouquinho. No ENDEF tinha um grupo liderado pelo [Luiz Affonso] Parga Nina. Mas o GEPD [Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares], esse grupo, também participou do ENDEF de alguma forma?

VSG: O ENDEF estava ... o ENDEF era no GEPD, estava no GEPD. Se você olhar os manuais e questionários, está lá Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Claro que você não tem só ... quando você tem uma pesquisa desse porte, não significa que você só tem as pessoas do Departamento. Você tem os níveis mais altos que estão sempre envolvidos. Você vai ler aqui [mostra um documento], eu estou falando no Sebastião Ayres. Sebastião Ayres era quem estava à frente lá no princípio. Então, você tem outras pessoas envolvidas sim, em níveis mais altos. Ela foi tratada ... e eu trabalhei, era a equipe. Tanto que a PNAD normal não foi realizada nesses dois anos, porque nós não tínhamos recursos para manter as duas. Então, foi a equipe que trabalhava lá, que foi ampliada por causa dessa pesquisa, entraram mais pessoas para isso, mas estava lá dentro do GEPD.

LM: Deixa eu tirar uma dúvida só para clarear, porque eu também lendo textos sobre isso eu fiquei um pouco na dúvida, porque acabei identificando algumas interpretações diferentes. Lendo seu trabalho a gente entende, como você está falando, que o ENDEF foi uma PNAD, era uma PNAD, mas uma pesquisa especial dentro do Sistema PNAD. E aí estive lendo outros trabalhos, li o texto da Sônia Albieri, o próprio texto do Isaac Kerstenetzky dos anos [19]70, que eles dizem que a PNAD foi interrompida em [19]74 / [19]75. Aí, eu fiquei na dúvida, ela foi interrompida ou ela foi uma PNAD? Fiquei na dúvida, queria que você esclarecesse.

VSG: Mas está correto. O que foi interrompida foi a pesquisa básica da PNAD, por conta da pesquisa especial, porque não tínhamos recursos para manter. Como não havia recursos ... faltava recursos ... O ideal era que tivéssemos mantido a realização da PNAD básica também, mas não havia como. Então, inclusive dentro do ENDEF, tem aspectos de trabalho bem detalhados, porque nós não podíamos manter ... não tinha como fazer as duas coisas. Então, você interrompeu a realização da pesquisa contínua por conta do ENDEF que durou dois anos, por conta disso você teve que suspender ou interromper, suspender a realização da pesquisa contínua. Depois ela voltou. Mas ela claramente é uma pesquisa [do Sistema PNAD], você pode ver na documentação. Pega um manual, que está lá.

LB: A gente fez um livro publicando a documentação do ENDEF.

VSG: Você olhou?

LB: Nós olhamos, lemos, todo mundo olhou.

VSG: Não viu o nome PNAD escrito lá?

LB: Tem em alguns documentos.

LM: Nós vimos documentos.

LB: Não tem essa clareza do Sistema PNAD.

VSG: Você viu o manual? Viu o questionário?

VA: Não. Só os questionários.

LM: Nós vimos documentos que faziam clara menção ao ENDEF como PNAD, e muitos documentos que não. Por isso ficou a dúvida.

VSG: Mas isso é natural. Como ela foi uma pesquisa muito grande as pessoas que estavam mais voltadas para aquele tema, elas não estão preocupadas ... o que é natural, você está analisando aquele tema, está analisando aquela pesquisa você não está fazendo uma agregação do que ia perder, está analisando aquilo. Então, é uma coisa muito natural.

LB: O que deixou mais dúvida na gente é que depois ...

VSG: Mas isso aí ficou claro? Ela foi suspensa sim.

VA: Ficou claro.

LM: A impressão é que, lendo esses textos de época, parece que o ENDEF ... para quem está lendo de fora, foi uma pesquisa à parte que tinha uma série de especificidades que apartavam da PNAD, que faziam com que ela fosse algo diferente. Pelo que você está falando de fato foi algo diferente mas estava dentro ...

VSG: Do escopo. É uma pesquisa especial. Exatamente. O que é um sistema? Eu acabei de explicar. O que é o Sistema PNAD. Ela deveria ter uma pesquisa básica contínua, pesquisas suplementares, pesquisas especiais que poderiam determinar até um tratamento à parte da pesquisa básica. Perfeito. Dentro do Sistema. Não tem nada fora do Sistema. Tanto que se você ler a introdução da PNAD, está sempre lá, está lá falando em ENDEF. Você já leu a entrada das publicações da PNAD. Está lá, ENDEF é mencionado, ele é parte. Depois não. Quando começou a sair a Pesquisa de Orçamentos Familiares, elas foram separadas. É a mesma coisa que aconteceu com a PME [Pesquisa Mensal de Emprego], precisava de uma pesquisa para acompanhar a conjuntura de prova. Então, foi criada a PME. Então, houve uma mudança de concepção para ... ao longo do tempo, as coisas vão se alterando ao longo do tempo. Nada é estático. Pesquisa especial PNAD e pode ter comprovação, pega o manual, está lá.

LB: Então nem POF, nem PME faziam parte do Sistema PNAD depois que estavam implantadas?

VSG: A PME foi [criada] para ser uma pesquisa para acompanhamento conjuntural para atender essa demanda que havia por informações de curto prazo. E que também não podíamos fazer a PME em âmbito nacional. Porque digo então onde ela foi concentrada? Qual era o objetivo dela alcançar? Ela alcançou esse objetivo inteiro? Não. Faltou recursos no meio do caminho. Tinha tudo planejado para a implantação da PME nas nove Regiões Metropolitanas. Chegou na sexta nós tivemos que parar. Falta de recursos. Nós trabalhamos sempre com a questão de custo. Custo não pode ser esquecido em nenhum momento. Inclusive nesse primeiro grupo uma das coisas que eles fizeram foi uma avaliação de custos para implantar tudo no Brasil de uma vez. O que era? Não dava, então vamos devagar, vamos implantar. Não só por questão de custos, mas também das dificuldades de se fazer uma coisa pioneira. Parece estranho hoje em dia você dizer que é difícil né? Olha quantos anos para trás e uma coisa que nunca foi feita antes, nunca foi experimentado antes.

LB: Então, só para fazer umas perguntas para quem for ouvir a entrevista depois. Para ficar claro então. O Sistema PNAD inclui a pesquisa básica, quando você fala para gente, por exemplo, da PNAD normal, está falando dessa pesquisa básica que é contínua, que muda periodicidade ao longo do tempo, mas ela é contínua. As suplementares são aquelas que mudam o tema: migração, às vezes, saúde, rendimento. Essas são suplementares à pesquisa básica?

VSG: Você tem também mobilidade social, tem saúde, tem uma porção de pesquisa.

LB: Educação.

VSG: Educação. Então os temas vão sendo pesquisados ou ampliados.

LM: Posso entrar aí, porque eu não queria perder o fio da meada. Eu queria que você falasse um pouquinho de como é feito, como é definido essa temática para as pesquisas suplementares. Como isso foi feito historicamente? Ou seja, existe um determinado conjunto de temáticas que são regularmente abrangidas pela PNAD, a pesquisa básica. Só que de tempos em tempos, geralmente, de ano em ano, teve um ano ou outro que não teve essa pesquisa suplementar. Mas geralmente a cada ano você tem uma pesquisa suplementar nova, isso historicamente. Como é definido isso? Ou seja, é algo que vem do IBGE, é algo que vem de uma demanda da década de [19]70 ou da década de [19]80, do setor de planejamento do governo? Como é que funcionou isso?

VSG: Depende das demandas que a gente recebe, que podem ser demandas internas também. Podem ser necessidades internas também. Logo no princípio da PNAD, uma das coisas que eles estavam tentando botar ainda na década de [19]60, que eles fizeram inclusive um teste, foi sobre migração interna. Migração é uma informação extremamente importante e não é só para fora não, internamente. Porque nós somos obrigados por lei a dar estimativas de população. E [para] estimativas de população, quanto mais informações eles tiverem, melhor se chega a esse ponto. Tem duas coisas que são importantes na estimativa de população: migração e a fecundidade. Então, o que acontece? Nós temos coisas que são demandas externas. Por exemplo, saúde, nós fizemos em [19]81, [19]86, [19]98 ... mais do que uma vez ... tem mais um aí ... 2003. E tem outras que a gente faz uma vez, depois não faz mais, depois tem um espaço maior. São demandas que chegam de informações, algumas internas, outras de fora, que são necessárias. Há uma avaliação dessas, estuda-se o que vai se pesquisar de cada uma, a gente pode ver essas demandas, a gente avalia. E aí vai realizar essas pesquisas. Então são necessidades adicionais que a pesquisa prevê, são coisas que não são para serem pesquisadas continuamente. O que aconteceu quando nós fizemos a virada agora para ... desde 1992 nós estamos pesquisando, continuamente, migração e fecundidade. Se você olhar, ela está lá continuamente. Isso foi um pedido interno, porque isso dá elementos para eles estudarem e eles precisam disso. Então, na ocasião foi uma demanda interna que a gente pesquisasse e a gente acabou deixando lá essa informação interna e essa ajuda. Embora não tenha a mesma importância que o Censo, que pega muito mais, ele vai ao Brasil inteiro, não é uma amostra, e isso aí é fundamental para os demógrafos, esse trabalho. Atualmente eles precisam cada vez mais disso, porque as exigências estão aumentando em cima do IBGE, especialmente na nossa área de população. Então os demógrafos estão cada vez mais em saias justas, eles precisam até para melhorar os resultados dos modelos, eles precisam de informação e não usam só informação daí, eles usam várias informações para chegar a isso. Não posso falar muito de Demografia não, porque eu tenho ... eu estou falando por alto, talvez não esteja falando com os detalhamentos necessários que um demógrafo pode falar e explicar. Eu estou dizendo, da importância. Então, o Ministério da Saúde vinha sempre pedindo isso. E aí depois eu vou terminar com a saúde, lá no final.

LM: Desculpe ter te interrompido.

LB: Mas só para gente terminar de organizar para fechar. Tem várias perguntas pontuais específicas para a gente poder montar um quadro e depois escrever textos resumidos que deixem as coisas claras para um leigo que estiver lendo a gente no futuro. A pesquisa básica e as pesquisas suplementares, a gente tem também parte do Sistema PNAD, as pesquisas especiais como ENDEF. No ano que teve o ENDEF, a gente pode falar que a PNAD foi interrompida se estiver se referindo a essa pesquisa básica. O Sistema PNAD, no entanto, não é interrompido, certo? E nos anos que tem Censo, a gente pode falar que no ano de Censo, a PNAD, o Sistema PNAD todo é interrompido e retomado no ano seguinte ao Censo ou não?

VSG: Mais uma, Tabagismo também foi uma pesquisa especial, teve um tratamento especial também.

VA: Apontou para a pessoa certa.

(risos)

VA: Adivinhou.

VSG: Veja o seguinte: recursos, gente! Quando você bota um Censo em campo é ...

LB: 2008 ...

VSG: Pois é, você vai ... muitos recursos. Então, já lá no princípio quando ... lá no principiozinho da PNAD, se você ler lá nos os documentos, eles dizem que a PNAD foi interrompida, que era trimestral, que os trabalhos terminaram no segundo trimestre de 1970. Por causa dos trabalhos dos Censos que absorvem os recursos. E aproveita-se esse tempo, normalmente, o que se faz é que com essa interrupção a gente tem aproveitado ao longo do tempo para fazer revisões da pesquisa. Periodicamente você tem que fazer revisão, ver quais são os conceitos novos, o que você pode melhorar em relação ao passado, o que você agrega a pesquisa, quais são as novas demandas. Então você tem todo um trabalho que é desenvolvido nesse intervalo em que a PNAD é interrompida por causa dos Censos. Então as interrupções da PNAD foram essas. Houve a interrupção da pesquisa básica, não do Sistema, mas da pesquisa básica, na época do ENDEF, tá?

LB: Então, quando as pessoas em geral, maioria, que não sabe dessa condição da PNAD, falam PNAD hoje, elas estão falando da pesquisa básica e da suplementar, no máximo.

VSG: Muitas pessoas estão. Quem pega dado anual está falando normalmente da pesquisa. Mas a PNAD é mais que isso. Basta ver as divulgações. A pesquisa suplementar está saindo agora. Está saindo aquela. Está saindo aquela outra. Isso é PNAD também. A PNAD é um sistema de pesquisas, por amostragem. É muito mais ... não é uma única pesquisa.

LB: E muito importante para a gente poder datar. Essa ideia de que seria um sistema com o nome Sistema PNAD ...

VSG: Não. Não é com um nome. É um programa de ... quer dizer, ele foi implantado como um programa de pesquisas domiciliares por amostragem em base contínua. Para isso que ela foi implantada, para ser um sistema de pesquisas. E que nós chamamos ... que foi chamada de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

LB: Então, quando a gente fala PNAD, a gente está se referindo a um sistema cujo nome oficial ...

VSG: É Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, esse é o nome que todo mundo conhece. Não adianta querer botar outro nome, porque não ... mas é importante saber que PNAD não é uma única pesquisa.

LM: Vandeli, essa concepção estava lá desde o momento da sua implantação. Desde [19]67.

VSG: Isso já foi na origem.

LM: A origem já foi com essa ideia? Com esse conceito?

VSG: Sim, que ela teria pesquisas suplementares, que teria pesquisas especiais, isso aí foi na origem. Por quê? Se sabia que dentro do objetivo dela, que é amplo, para ter orçamentos familiares, nutrição, migração, fecundidade, para ter isso tudo, você não vai fazer isso numa pesquisa. Impossível. Então ela tinha que ter um acompanhamento trimestral, que seriam as coisas que são necessárias para ter um acompanhamento de

curto prazo, conjuntural. Teriam pesquisas suplementares que você vai agregando, pode agregar e misturar com dados da pesquisa básica. Pode aprofundar aspectos da pesquisa básica que você faz normalmente. E ainda teriam pesquisas especiais que pela sua própria natureza demandariam um tratamento que poderia ser até totalmente ... pode não ser totalmente à parte, mas, pelo menos, parcialmente à parte da pesquisa básica.

LB: Você chegou a falar que a PNAD era inovadora em todos os aspectos. A gente estava falando do aspecto de ser uma pesquisa por amostragem.

VSG: Do Sistema de Pesquisas Contínuas por Amostragem. Foi a primeira vez que foi feita. Ela é pioneira nisso sim. Não só aqui, como em vários países também.

LB: O Censo só tinha tido o uso da amostragem só na apuração dos resultados?

VSG: Não. Aí, a gente vai entrar em Censo. Eu vou ter que te explicar Censo.

LB: Por favor.

VSG: O Censo Demográfico, quando ele começou, ele pesquisava todos os domicílios, só que a evolução permitiu que você aplicasse também ... pudesse fazer uma parte e com isso você pode ampliar a investigação em alguns aspectos, e fazendo uma parte por amostragem. Então o que o Censo faz? O Censo faz, tem uma parte que todo mundo responde, e tem uma parte que só uma parte [dos pesquisados] responde. Normalmente, você tem um questionário diferente. Vamos falar de coisa mais moderna para ficar mais fácil. Censo 2010. O que é o Censo 2010? Ele tem um questionário básico e tem um questionário da amostra. O que você tem no questionário básico, você consegue obter do questionário da amostra também. Então o que você faz? Você seleciona a amostra do Censo, vai nesse domicílio selecionado da amostra do Censo e aplica o questionário grande. Se você vai nos domicílios que não estão selecionados na amostra, você vai com o questionário pequeno. Aí, depois se você quer o universo, que é todo mundo, você junta essas informações comuns aos dois e monta o universo. Então você quando vê a divulgação do Censo você vê a divulgação ... estou falando de coisas novas, da forma ... linguajar já todo novo. Você tem 2010, 2001, 1991. Então o que você tem? Você tem lá os dados do universo, que foram obtidos de todos os domicílios, e tem uma parte das informações que saíram da amostra, dos aspectos pesquisados na amostra. Geralmente é trabalho. Trabalho está sempre lá na amostra, são as coisas que pela sua característica a gente tem que pesquisar todo mundo.

LB: Então, o Censo de [19]60 já teve uma parcela dos domicílios pesquisados que estavam com questionário ampliado ou era outra lógica?

VSG: Não. Se eu não estou enganada, [19]60 já teve amostra. Mas eu confirmo isso com vocês.

LB: Perfeito.

VSG: Eu, a essa altura do campeonato, com tanta coisa na minha ... mas eu ... [19]70 com certeza já teve amostra, [19]80, [19]90, acho que começou em 60. Mas eu confirmo.

LB: Então, a gente pode falar que a PNAD é inédita em termos da periodicidade, em termos da abrangência temática, em termos da metodologia domiciliar por amostragem, em termos da abrangência geográfica também?

VSG: Não. Eu acho que aí é o seguinte: o que é pioneiro é o Sistema de Pesquisas Domiciliares por Amostra. Isto aí é que é. Esse sistema é que ... isso aí, mas eu não sei se ... O sistema, o Sistema de Pesquisas Domiciliares por Amostra no Brasil foi implantado com a PNAD. Eu acho que é mais prático dizer dessa forma.

LB: Em relação ainda a esse início da implantação da PNAD, que você estava explicando para gente, uma das preocupações da USAID era que tivesse na América Latina inteira sistemas parecidos para poder comparar os dados das Américas.

VSG: Era um suporte muito ... eles tinham interesse em colaborar nesse sentido com os países que estivessem interessados em implantar. Então, eles criaram isso. E, aí, uma vantagem é que era um sistema que já tinha um certo padrão, que ajudaria até com a comparabilidade que é uma das coisas que a gente vive buscando continuamente. Mas, haja vista que com a questão das classificações, tudo, hoje em dia, a gente está buscando sempre ter um padrão internacional. Com o negócio das classificações da ocupação, de atividades. Nós ficamos um tempo ... nós ficamos parado um tempo. Depois não. Nós começamos com a Classificação de Atividades Econômicas que o IBGE atualmente é o gestor disso, e isso foi ótimo. Com quem que ela [a Classificação] fala? Fala com a internacional, a COD [Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares] atual, que é a classificação de ocupações do IBGE, que o IBGE está usando para as pesquisas domiciliares, porque nós não estamos usando [inaudível], ela tem como padrão a internacional. Então, cada vez mais ... e como nós vamos a seminários e tudo ... o que nós estamos buscando? Uma padronização mundial. Todo mundo tem que falar a mesma língua. Não adianta eu sair com um conceito, fulano outro e depois como é que a gente fala. E, também, a grande vantagem disso é que na hora que você reúne cabeças de todas as partes do mundo para discutir alguma coisa, isso aí também vai evoluindo num sentido comum. Num sentido que favorece a todos.

LB: E isso lá no final dos anos [19]60? Deu certo na América Latina pelo menos? Os outros países adotaram?

VSG: Sim, outros países adotaram e o sucesso está aí. Nós somos a prova patente de que foi um sucesso.

LB: É, no Brasil sim. Mas estou querendo saber se ...

VSG: Sim, em outros países também. Agora não me pergunte qual país, que aí eu não posso te informar porque ...

LB: Mas chegou a ser um acordo para ter a comparabilidade dos dados...

VSG: Não, não é um acordo. Eles fizeram ... eles se propuseram a fazer esse trabalho e, quem estivesse interessado podia usar. Não me pergunte essa parte porque eu não posso te falar sobre isso. Entendeu? Eu posso te passar as informações que eu obtive. Então, certas coisas você está perguntando como se eu estivesse lá naquela ocasião. E aí eu não estava lá. O que eu estou te trazendo, muita coisa, é o que eu te disse, eu entrei em [19]73. Estou falando de coisas que aconteceram antes. Mas eu li uma série de documentos, tive contato com pessoas que trabalharam nessa época. Então, eu posso te transmitir coisas do que eu li, e ouvi das pessoas que estavam lá. Agora como é que estava a situação no mundo, disso aqui, eu não sei. Não estava lá, tá. Posso buscar em documentos. O que eu posso informar ... assim de informação é o que eu estou trazendo muita coisa que vocês estão ouvindo, já disse não era do meu tempo. Mas, eu procurei documentos, eu tive contato com as pessoas que estavam aqui naquela época.

LB: Posso fazer só uma pergunta. Eu queria entender a maneira como no Brasil, ao adotar essa proposta, você mesma disse que houve adaptações. Naturalmente, elas devem ter se dado no período pré-[19]73. Então, você tem conhecimento disso por via indireta, mas, até daquilo que você já conseguiu pesquisar e ouviu falar das pessoas que trabalhavam com isso. Qual é a diferença entre o cerne do Projeto Atlântida e aquele implementado no IBGE? Você tem alguma ideia?

VSG: Olha pelo que eu li, isso aí eu não vi grande diferença. Você tem que fazer ajustes nos desenhos da amostra que você tem as situações locais. Então são coisas mais específicas, entendeu? O cerne, o miolo, estava lá, porque estava muito bem estruturado.

É um projeto muito bem estruturado, tem todas as etapas. Você tem, por exemplo, se você vai pesquisar alguma coisa, alguma coisa pode ser mais importante no teu país, você pode entrar um pouco mais. A base estava toda lá. A base de trabalho estava lá. Então, você tem que fazer pequenos... Amostra, por exemplo, você olha, aqui eu tenho esse problema eu tenho que dar essa divisão. Entendeu? São ajustes e coisas que você tem que ver dentro do local. Mesma coisa que acontece hoje em dia. Por exemplo, no Censo [19]91, nós usamos o DIA [Sistema de Detecção e Imputación Automática] que veio da Espanha, nós fizemos adaptações aqui desse sistema. Entendeu? Esse sistema é bom? É. Agora a gente está usando o CANCEIS [Canadian Census Edit and Imputation System] que vem do Canadá, eles desenvolveram. Então, a gente aproveita aqui, e se precisa fazer algum ajuste aqui para nós, para alguma coisa particular, o que a gente tem que fazer ... Você entende? Eu não sei se estou respondendo claramente. Eu não posso chegar a esse rigor e dizer onde, qual foi o miolinho, o que foi. A estrutura é muito boa, porque eu li o Projeto Atlântida, a estrutura é muito boa, muito bem montado. Então, ele dá uma base tremenda para você trabalhar em cima, e fazer o que for necessário para as situações locais. Você tem a estrutura, você tem os manuais, tem tudo, você pode fazer. E, evidentemente, quando você muda de década, você tem que ver as recomendações novas, o que vai mudar, o que alterou. A cada década, a cada momento, você tem que estar acompanhando isso. Isso é dinâmico. É dinâmico. E isso exige um esforço muito grande das pessoas envolvidas, que trabalham com isso. Então, a gente está sempre acompanhando. Qual foi a última informação lá da CIET [Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho]. O que foi que saiu de recomendações da área de trabalho. Se eu estou trabalhando em orçamentos familiares, qual é a recomendação internacional. O que tem de novo, o que reviram, o que foi revisto. Então, é um trabalho permanente.

LM: Só uma perguntinha, com as coisas que a gente leu, inclusive seu trabalho. A gente percebeu que tudo começou a partir do projeto Atlântida e o trabalho começou a se desenvolver a partir de [19]67 com a PNAD, e foi tudo muito gradual, né? Você começou primeiro, foi feito um teste em determinados municípios do Rio de Janeiro. Depois já pegou uma, houve a divisão de regiões, vamos começar por regiões tanto que pegou que a Região Norte demorou um pouquinho mais a ser implementada, então o processo ...

VSG: Até hoje ela é um desespero. (risos) Imagina naquela época ...

LM: A pergunta que eu ia fazer é a seguinte, você já chegou em momento posterior. Você chegou em [19]73, eu queria saber se no momento em que você chegou, tanto a metodologia, a forma de trabalhar, os procedimentos de trabalho já estavam consolidados ou ainda estavam no processo de consolidação. Ainda estavam no processo de desenvolvimento quando você chegou?

VSG: Quando ele foi implantado já estava desenvolvido, porque o pessoal estudou, tinha a base. O que aconteceu em [19]70? Você fez uma revisão como é o normal, fizeram ajuste, como é normal, é um processo normal. Então, eles foram gradualmente, eles chegaram primeiro na Região 1, que era o Rio de Janeiro e a antiga Guanabara, implantaram lá. Depois chegou no outro trimestre foram para São Paulo. Depois, foram para o Sul. Eles tentaram entrar até no Norte, mas aí aquilo lá ... se hoje em dia nessas outras regiões já não é fácil, tem áreas de difícil acesso, imagina meados da década de [19]60. As dificuldades ... como já sou mais antiga a gente imagina as dificuldades que tem, que as pessoas correm, para trabalhar nisso. Então, não quer dizer que consolidou. Ele quando entrou, entrou e ficou. Foi ao longo da década de [19]60 com aquele modelo, implantou e começou a apresentar resultados logo quase que de imediato, rapidamente começaram a apresentar resultados, muito rápido eles apresentaram resultados. Ao final da década, eles já tinham a Região 1, 2, em [19]68 acho que é, 1, 2, 3, 4, 5, 6 eles tinham conseguido. Só ficou o Norte e Centro-Oeste sem entrar.

LB: Isso já em [19]68?

VSG: Isso na década de [19]60. Até 1970 eles já tinham isso tudo.

LB: Porque tem vários estudos que a gente lê que dizem que a PNAD teria começado em [19]69 de fato e a maioria diz que é [19]67. A gente fica nessa dúvida. Em [19]68 já tem resultados?

VSG: Em [19]67. [19]67 que ela começou. O que teve de resultados preliminares foi aquela tentativa que eles fizeram, estudos experimentais para fazer uma pesquisa suplementar de migração interna na década de [19]60. Em que eles ficaram fazendo estudos para depois implantar na outra. Eles fizeram isso. Tentativas de estudos para tentar entrar logo no Norte e Centro-Oeste que era muito difícil. Tanto que quando houve uma entrada no Norte e Centro-Oeste, começou na área urbana. Nós só conseguimos avançar em todo o Norte e Centro-Oeste em 2004. Por que era fácil? Não. O pessoal de coleta quase matou a gente. (risos)

LB: Isso era uma outra pergunta que eu queria fazer ...

VSG: Não. Isso aí é brincadeira. Eles, o pessoal de coleta carrega uma carga dura, muito pesada. Eles são o nosso alicerce. Nós dependemos do informante e da coleta. São a nossa base. E eles pegam coisas que não são fáceis não, quem já entrou em coleta, já entrou em área ali, não é fácil. O trabalho é difícil. Então, nós já estamos conseguindo implantar em todo o Brasil a PNAD. Então, isso aí nós já temos toda uma experiência se desenvolvendo.

LB: Em relação à coleta, a gente olhando de hoje para trás tem informações em documentos a gente não sabe em que medida já eram efetivadas naquele momento em que você estava entrando no IBGE de que a estrutura da Rede de Coleta do IBGE estava mudando muito no início da década de [19]70.

VSG: Estava o que?

LB: Estava mudando muito no início da década de [19]70. Que houve até os anos [19]60 o IBGE ainda apostava naquele modelo de parceria com as prefeituras que não foi abandonado de todo até hoje ...

VSG: Isso aí eu não consigo te falar. Isso aí eu não consigo te falar, dessa parte administrativa eu não tenho elementos para te dar boas informações.

LB: Você teve alguma participação, em algum momento da sua trajetória, no treinamento?

VSG: Sim. Desde [19]73 eu dei treinamento. Mas só que para gente sair para treinamento, a gente passava pelo seguinte: o processo adotado era: estudava método, estudava, aí juntava as pessoas, entre elas Carlos Marcos Barbosa, a chefia, todo mundo lá olhando, vai lá e dá a aula, internamente. Seria você provar primeiro o que você sabia aqui dentro. O processo era assim. Primeiro você provava que você sabia, agora você pode dar treinamento.

LB: E depois dessa etapa vocês iam treinar quem?

VSG: Nós íamos treinar, normalmente, supervisores e coordenadores. Às vezes, nós íamos para alguma aula para dar treinamento para alguns entrevistadores das áreas que podiam. Aí depende, os recursos estão cada vez mais escassos. Então, a gente dava treinamentos sucessivos. Claro que a gente não conseguia dar em todas as áreas, mas a gente dava treinamento. Eu cheguei a dar treinamento para supervisores-intervistadores, e para supervisores-coordenadores, e depois entrevistadores. Claro que não todos, porque não tinha gente suficiente, mas a gente dava treinamento sim.

LB: Esse pessoal que era treinado, eram todos ibgeanos, todos servidores do IBGE ou tinha uma parcela que era contratada, ou que era parceria?

VA: E você viajava para dar esses treinamentos? Nas UEs [Unidades Estaduais]?

VSG: Sim.

VA: Nas UEs, direto né?

VSG: Sim, viajei muito e não só para treinamento como também supervisão. Nós fazemos supervisão. Teve um ano que eu fui no Amapá e fui parar lá quase no Chuí.

LM: Você chegou a ir a campo em alguma oportunidade para ver como estava funcionando?

VSG: Várias vezes. Várias vezes. Treinamento, acompanhamento de campo, de coleta, supervisão.

LM: Essa experiência é bem enriquecedora, né. Fico imaginando mesmo. É isso que eu fico imaginando. Eu estou até falando, eu fiz essa pergunta porque eu tive a oportunidade de ter acesso, nós temos essa documentação lá daqueles cadernos de campo, são os relatórios semestrais dos pesquisadores do ENDEF, né. E a gente teve oportunidade de ler aquilo.

VSG: Viajei muito pelo ENDEF.

LM: E, é muito enriquecedor. Você vê a pessoa contando o que ela fez, como foi o cotidiano dela, as experiências que elas tiveram. E tem hora que dá vontade de chorar, tem hora que dá vontade de rir. Parece que você está lendo um livro de ficção, só que não é ficção, é a vida das pessoas, né. É impressionante isso, por isso eu fiz essa pergunta, se você já tinha acesso a isso. Porque muitas vezes a gente pensa que entre aspas o burocrata, o técnico que está aqui pensando numa pesquisa, planejando uma pesquisa, não sabe o que está acontecendo na ponta.

VSG: Regra básica, você tem que saber fazer tudo. Isso é essencial para planejamento, você conhecer a ponta, sentir as dificuldades da ponta. Se algum dia vocês fizerem coisas de Censo, perguntem a eles como foi pegar as áreas indígenas.

LM: A gente podia aproveitar essa proposta, quando a gente tiver a oportunidade de trabalhar. Porque eu gostei dessa proposta de perguntar como seria aos agentes de campo que tiveram oportunidade de trabalhar nisso.

VSG: Não. Pergunta ao pessoal daqui do Censo.

LM: Acho que seria uma pesquisa muito interessante.

VSG: Censo. Pega lá o pessoal do Censo que a gente encontra coisas mais ...

LM: A gente tem umas entrevistas com pessoas de UEs que falam o que é trabalhar em área de fronteira também. E, é sensacional as pessoas contando aquilo, as experiências delas. Que para a gente é algo inimaginável. Eu, por exemplo, nunca tive a oportunidade que você teve de trabalhar com esse tipo de coisa. E, é interessante pros ibgeanos novos que chegam e sentam nos seus escritórios, cada um levando a sua vidinha. O que é normal, hoje em dia as relações são diferentes do que eram nos anos setenta quando você entrou, né. As próprias relações institucionais. Eu, pelo menos, vejo dessa forma.

VSG: Porquê? O que era diferente?

LM: Porque eu acho que as pessoas, e isso eu falo baseado nas entrevistas e baseado nas coisas que a gente lê. Eu acho que, primeiro, as pessoas tinham uma noção de IBGE, do todo, maior. E, tinha uma relação entre as pessoas, entre os companheiros, entre os ibgeanos, que era mais íntima. Isso eu estou falando de fora, né. Eu estou chegando agora, mas eu acho que hoje cada um sabe o que acontece até a sua parede, é difícil saber o que acontece na parede vizinha. Por exemplo, eu na Canabarro tenho muito pouco

acesso ao que acontece na DPE [Diretoria de Pesquisas]. E eu acho que falta isso, que isso é algo importante a ser trabalhado posteriormente para galera nova que está entrando ter uma noção maior do que é o IBGE, do que os outros fazem. E também da história da Instituição, interagir com isso. Mas também é uma opinião pessoal, só não podia perder a oportunidade de falar sobre isso. Mas eu tenho só uma perguntinha voltando ao tema PNAD, desculpe. Também lendo o seu trabalho e lendo outros trabalhos, da Sônia [Albieri] e do Isaac [Kerstenetzky], do Isaac não, mas da Sônia também. A gente percebe, e você confirmou isso hoje, que há uma interrupção de fato da PNAD nos anos de Censo.

VSG: Interrupção da PNAD, não. Da pesquisa básica da PNAD.

LM: Isso.

VSG: Não foi uma interrupção da ... a PNAD foi suspensa no sentido de que foi a pesquisa básica que não foi realizada, porque não havia recursos para se realizar as duas coisas ao mesmo tempo. Não tinha recursos, então ...

LM: Perfeito, agora [19]70, [19]80, [19]91 como todos os outros anos de Censo ...

VSG: Anos de Censo ... também há uma sobrecarga de recursos, que estamos tentando virar isso com as pesquisas permanentes. A PME, por exemplo, ela não para na época de Censo. Ela é muito menor, o sistema atual já está numa outra linha. Já tem corpo à parte, tudo à parte que possibilita não ter essa interrupção por causa de Censo.

LM: Agora [19]94 também não houve a PNAD e aí eu queria saber porque. Porque eu não consegui encontrar em lugar nenhum. O que aconteceu em [19]94?

VSG: Olha ... [19]94 nós estávamos com problemas de muito atraso nas pesquisas, de divulgação das pesquisas. Então, por questões técnicas ela foi suspensa naquele ano.

LM: É o *backlog*, atrasos dos trabalhos existentes, então preferiu não levar adiante aquele ano, aí em [19]95 é retomado novamente.

LB: Avançando um pouco então no tempo, deixa eu te perguntar uma coisa mais genérica. Tem, desde o início da PNAD, claramente uma demanda externa. Esse apoio externo muito atuante. Mas tem também a demanda interna de suprir informações que o Censo de 10 em 10 anos não contempla. Ao mesmo tempo você diz para gente que [19]66 teve o grupo de trabalho, implementado a partir [19]67. Isso é o momento inicial do Regime Militar em que está havendo uma preocupação toda especial, institucionalizada, com o reestruturar do sistema de planejamento.

VSG: Não, de produzir informações para o País, porque nós não tínhamos que passar 10 anos para ter alguma informação socioeconômica-demográfica, não era mais aceitável naquele período. A necessidade de informação era muito forte. Então, a saída, você não pode fazer Censo a cada ano, você tem que ter uma alternativa, a alternativa são pesquisas por amostra. O sistema de amostragem está aí para solucionar esse problema. Com muito menos entrevistas você consegue dar respostas que atendam e dá flexibilidade de atender a vários temas. Porque o Censo também não pode cobrir tudo.

LB: E aí a gente consegue ver que a partir dos anos [19]70 tem planos nacionais de desenvolvimento que de uma maneira quase inédita, fazem planejamento com dados substantivos para subsidiar o planejamento. Então se essa demanda do governo, a minha curiosidade, minha pergunta é mais para frente. Quando tem CONFEST [Conferência Nacional de Estatística], por exemplo, aparecem demandas para além do governo que chegam na PNAD?

VSG: Não, chega ... do governo sempre chegam demandas, saúde, educação, sindicalização. Do governo sempre chegam demandas, porque todos precisam de informação, informação é fundamental para o planejamento. O problema ... nossa capacidade de suprir tudo também tem limite. As demandas sempre vêm ... e não é só governo, todo mundo. O planejamento precisa de informação, porque informação é fundamental. O que você tem que saber é usar as informações, às vezes tem coisas que você pode não conseguir aqui, você pode conseguir de outra forma, pode conseguir por registro administrativo. É questão, por exemplo, eu posso entrar um pouquinho numa área que não é exatamente a minha, que é a questão de que para os demógrafos, por exemplo, registros administrativos de nascimentos e mortes, eles ainda tem áreas muito ... que ainda não estão totalmente atendidas. Então, o Censo também ... é uma informação importante que certas coisas estejam no Censo porque os registros ... e até que a PNAD comece a dar algum subsídio para isso, porque os registros administrativos não atendem totalmente porque nós ainda não temos uma cobertura total, principalmente em áreas mais carentes, para que eles possam trabalhar. Então na hora que você tem, você pode ter ... nos outros países você pode ter um registro administrativo maravilhoso, que te elimine a necessidade de algumas informações através de pesquisas domiciliares.

LB: E, ainda sobre a concepção e essas mudanças, revisões que vão havendo na PNAD, houve algum momento específico em que a experiência, o conhecimento da situação de campo, da coleta tenha gerado alguma alteração importante, uma revisão importante na concepção da pesquisa? Você falou para gente em algum momento, é fundamental para quem planeja, ter conhecimento do que acontece na ponta da coleta.

VSG: Na ponta, no sentido de você sentir as dificuldades, do que é você entrar numa casa, como se consegue uma informação. Então, não é só você ficar ... planejar um questionário dessa forma sem pensar como as pessoas estão entendendo. Testes são muito importantes para você entender. Você pensa muitas vezes que fez uma coisa maravilhosa, mas não está sendo bem entendido. Então, isso tudo ajuda. A informação da coleta também nos ajuda quando eles levantam alguma ... estou tendo essa dificuldade, não estou entendendo essa coisa aqui que está escrita. Não estou entendendo bem. É nesse sentido, entendeu? É uma interação permanente que a gente tem com a coleta. A coleta levanta questões que às vezes a gente não encontra, a gente tem que dar a solução. Alguma é ... às vezes você tem que dar a solução para aquela situação parte, excepcional, você não vai cobrir tudo. Você vai nos treinamentos. Então é importante sim você ter um permanente contato com a Rede [de Coleta].

LB: Isso é principalmente na elaboração dos questionários?

VSG: Tem as dificuldades de coleta realmente. Dificuldades de área, dificuldades de acesso e tal. Não sei é tudo que tem ... que ... esse é um trabalho permanente, de contato.

LB: Se a gente for seguir a ordem cronológica, eu te perguntaria o seguinte, quando a gente estudou o ENDEF depois da coleta e tudo mais, aí, saíram os dados quantitativos e se criou um grupo para desenvolver metodologia para os estudos qualitativos da pesquisa. E, a maioria dos relatos que a gente conseguiu de quem participou disso, na época, é que na gestão Jessé Montello esse grupo era ameaçado de ...

VSG: Não tenho noção porque não estava envolvida nesse grupo, então, não posso falar de uma coisa da qual não participei. Eu não tive uma informação próxima para te dar. Isso aí é muito mais ... você deve falar com pessoas que estiveram mais próximas desse processo.

LB: Certo. E até quando houve uma ligação desses grupos que foram formados para o ENDEF com a PNAD, teve algum momento em que se separou uma parte das pessoas que continuaram estudando o ENDEF, saíram do Sistema PNAD?

VSG: Depois teve porque, inclusive, foi o embrião para os orçamentos familiares que foi o que as pessoas continuaram estudando o assunto, e a PNAD continuou. Então, quer dizer, a pesquisa já estava feita, já estava divulgada, mas outros estudos, outros desenvolvimentos vão ... aquela pesquisa, pesquisa de orçamentos familiares tem desdobramentos.

LB: Saiu de uma costela da PNAD, então.

VSG: Entendeu? Não. A base está ali. A parte PNAD está ali, que é o levantamento e a produção dos dados. Agora outros estudos, outros aprofundamentos, isso aí você tem, pode ter a parte, sim. A PNAD tem que continuar. Foi a mesma coisa quando nós liberamos os microdados, as pessoas continuaram fazendo estudos, fazendo trabalhos. Nós não estamos mais envolvidos nisso. Nossa parte está feita, que é produzir a informação e divulgar, e liberar os dados. A partir daí, muito mais coisas podem ser feitas, seja internamente ou externamente. Agora, eu não participei dessa parte, entendeu? Então eu não tenho o que falar aí.

LM: Então nesse período eu só quero saber da questão da PNAD Contínua.

VA: Eu quero perguntar do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.

VSG: Bom, isso aí surgiu justamente quando nós estávamos pensando na revisão da PNAD. E, havia uma demanda muito forte de novo para em âmbito nacional nós produzirmos resultados a curto prazo. PNAD é uma vez por ano. PME é mensal, restrita a seis Regiões Metropolitanas. Então, nós tínhamos uma pesquisa que nos dava respostas de curto prazo, mas restrito a seis Regiões Metropolitanas, e a PNAD com toda essa sua grandeza de informações que não estava restrita ao tema trabalho, mas vários temas, que é uma vez por ano. Então, começaram os estudos para desenvolver esse novo Sistema. Inicialmente, a pretensão era ... resultados mensais, claro. Legal, maravilha, mas a gente chega e esbarra nas outras dificuldades. Quando a PNAD começou, não era pesquisa trimestral, era um Sistema de Pesquisas Domiciliares, e esse arcabouço, o que ele pretende do Sistema de Pesquisas Domiciliares? É integrar todas essas pesquisas. Aquilo que estava separado voltou a estar dentro de um mesmo arcabouço, que é o Sistema de Pesquisas Domiciliares por Amostragem. Que ele tem, vai ter aí dentro dois subsistemas, Sistema PNAD Contínua e o Sistema POF. E qual é a grande riqueza disso? A Amostra Mestra, tudo vai sair de uma Amostra Mestra tirada da mesma forma, que vai ser utilizada para todas. O que se integra aí também. Voltar todo mundo numa mesma base conceitual do núcleo básico. O núcleo básico tem que estar igual em todas as pesquisas.

VA: Tá.

VSG: Estamos fazendo é um ... é praticamente um retorno a concepção inicial, só que com mais recursos com mais ... já uma visão de amostra, já sem ... fazendo uma Amostra Mestra que é um grande avanço, porque cada pesquisa fazia sua listagem. Então, você tem uma redução de ... um tratamento único aí para todo mundo. Eu faço listagem, você faz listagem, não. Agora é uma coisa só. Então, você aproveita os recursos e une tudo numa coisa só. E, todo mundo vai estar obedecendo o núcleo básico, que são aquelas questões básicas de idade, sexo, o mínimo de educação, que é necessário em todas as pesquisas, que todas tem que ter, para todo mundo igual. Conceitualmente igual vai ser, se usar o conceito de trabalho ... se nessa pesquisa usou, vai usar o mesmo conceito. Então ... só que muito mais sofisticada, porque os recursos são outros, os avanços, nós já estamos no Século XXI. Nós temos muito mais recursos em termos de pessoal, de preparação. Então, é outra ... a concepção é a concepção de um Sistema de Pesquisas Domiciliares dentro de um mesmo arcabouço.

VA: Isso seria a PNAD Contínua né.

VSG: O Sistema PNAD Contínua que vai ter como carro-chefe trabalho, trimestral, que ela vai ter aí pesquisas suplementares que podem ser num trimestre ou acumulando resultados ao longo de trimestres. E, vai ter, pode ter, as pesquisas independentes. Pesquisas independentes que são aquelas que, pela sua natureza, são um tratamento ... na parte de saúde que foi tratado como de uma pesquisa suplementar PNAD ao longo do tempo, agora tem um tratamento todo à parte. Claro que o núcleo básico dela vai ser igual ao núcleo básico da PNAD Contínua, igual ao núcleo básico da POF.

VA: Essa pesquisa de Economia Informal Urbana [ECINF] seria uma dessas?

VSG: Seria uma pesquisa independente PNAD, prevista no Sistema como uma pesquisa independente. Ela tem um tratamento à parte, ela não sobrecarrega a PNAD. Ela tem um tratamento separado, porque inclusive até a amostra dela é mais complicada, porque você tem que fazer uma pesquisa antes para depois fazer ... uma mini-pesquisa antes para depois fazer outra. Então, são pesquisas que, pela sua natureza, pela sua importância, é o caso da saúde, que ela está prevista para ser uma pesquisa especial, uma pesquisa independente quinquenal. Ela tem já o seu arcabouço lá. E, está tudo dentro do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares por Amostragem. Dentro de todas as inovações que estão em ... Essa questão da Amostra Mestra é um avanço extraordinário, então todo mundo sai com uma mesma base que já foi tirada de uma forma que permite uma série de recursos.

LB: As pesquisas atuais, então, que são integradas são a PNAD, a POF, a PME, e essa da Economia Informal Urbana ...

VSG: PME não. O que vai acontecer? A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, ela vai absorver ... ela vai acabar ... a PME e a PNAD vão acabar. Agora está tudo dentro de uma única pesquisa porque ela vai ser trimestral, vai contemplar o tema trabalho trimestralmente. Porque o que acontece? Como as revisões não eram nem nas mesmas épocas, porque nós não tínhamos recursos, então havia um distanciamento metodológico entre as pesquisas. A última revisão da PNAD foi em [19]92, a revisão da PME foi 2001, PME endossou coisas novas que a PNAD ainda não tinha. Então, vai havendo um distanciamento conceitual entre pesquisas quando elas são assim separadas. E, com a PNAD Contínua não vai todo ... a intenção é que todas tenham o mesmo ritmo, mudou aqui, muda aqui, muda aqui. Que era a intenção da PNAD Contínua, da PNAD/PME. Na primeira revisão que a gente fez em [19]80 a gente botou os conceitos iguais. Depois, uma pôde fazer a revisão, a outra não pôde fazer a revisão, e aí vai criando o distanciamento entre as pesquisas. E agora não, o Sistema Integrado vai reunir tudo de novo.

LB: E, uma dúvida nossa, bem de leigo mesmo, tem alguma relação entre esse processo de construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares com aqueles estudos sobre Modalidades Alternativas de Censo Demográfico?

VSG: Olha, são assuntos diferentes. Porque ali é Censo, aqui são pesquisas por amostra. Essa questão, eu estive um pouco metida, mas não muito. Então, nessa questão dos Censos contínuos porque tem um modelo francês, um modelo americano ... O caso é o seguinte, é que tudo é uma questão de custo. Como você reduz custos de Censo? Então o Brasil entrou nesses estudos, tem vários seminários sobre isso, mas aquilo é Censo.

LB: Não tem nenhuma relação direta com o Sistema Integrado de Pesquisas?

VSG: Não. A grande questão do Sistema Integrado é o seguinte, atualmente como são equipes totalmente independentes com recursos à parte, nós não vamos parar para o Censo, a questão de Censo. Aquilo que a gente faz normalmente na PNAD, não vai haver interrupção da PNAD Contínua como já não havia para a PME, mas a PME era pequenininha. Então nós vamos ter ... a intenção é que a PNAD Contínua prossiga mesmo em época de Censo. A não ser que aconteça algum processo, alguma dificuldade

maior que impeça. Mas a intenção é essa, que ela não pare. É um sistema totalmente à parte do Censo. Não é como aquele que você precisa pegar recursos daqui para aqui, que chega perto de Censo se pega muita gente da PNAD para trabalhar. Os recursos são escassos. Nós temos essa questão que todo mundo tem, não é só aqui, nós não. O mundo inteiro tem problema de recursos.

LB: Mais uma coisa sobre Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. No discurso oficial do IBGE, está dito desde o início que a implantação desse Sistema e a revisão dele periodicamente demanda um contato intenso com os produtores e usuários de informação.

VSG: Certamente.

LB: Isso é institucionalizado?

VSG: Basta olhar na Internet e você vai ver todos os fóruns. Acho que já teve uns 15 fóruns. Esse Sistema está sendo desenvolvido com contatos permanentes com usuários, desde o seu princípio. Entra na Internet, lá em Projetos e Pesquisas, você vai lá tem 15 fóruns.

LB: É, a gente viu isso.

VSG: Então vai desde o princípio. O processo está sendo desenvolvido e mantendo sempre o contato permanente com os usuários mostrando até a onde a gente tinha avançado, o que a gente ouviu, o que a gente pode fazer e o que não pode, e está tudo documentado.

LB: É a gente viu essa lista, mas está escrito como se fosse assim, o IBGE está lá o tempo todo mostrando a evolução da pesquisa e tal. Tem o outro lado? Tem as demandas dos usuários sendo também postas na mesa e com isso a pesquisa mudando, o planejamento ...

VSG: Não. Não é que a pesquisa muda, você quando está fazendo o processo de desenvolvimento de um sistema, de uma pesquisa, você tem que ouvir o usuário, então você tem que ouvir dentro do que eles querem, o que está factível dentro do sistema e tem coisas que não são factíveis. Porque demandas, tem as mais diversas demandas. Tem algumas que a gente pode atender e tem outras que a gente não pode atender. Mas o contato permanente, tentando ouvir, saber as necessidades de informação, isso está sendo feito ao longo de todo o processo. Ninguém pode ... ali está tudo documentado, tudo isso, a cada fórum, estão sendo ouvidos os usuários, ó fizemos isso, o passo que a gente deu agora foi esse, isso aqui, o que a gente fez foi isso. Então eles estão sendo informados, em etapas, tudo que foi feito, o que foi desenvolvido. E aí tem outras pessoas que podem falar de sistema integrado que eu acho que não é ... Aí eu já fugi da PNAD, foi só para dar uma visão da interligação das pesquisas, porque a PNAD, a PNAD e a PME vão acabar, elas vão ser extintas. Porque elas vão ser substituídas pela PNAD Contínua, pelo Sistema PNAD Contínua. Porque tem dois subsistemas aí, tem o Sistema PNAD Contínua, que também não é uma pesquisa "pesquisa", ela tem as pesquisas suplementares dela. Você tem o conjunto de pesquisas independentes, você tem o Sistema POF, tem a POF Contínua, e, tem a POF quinquenal.

LM: Só uma pergunta de leigo, a PINTEC entra aonde?

VSG: Aí eu não posso te responder, que isso saiu da minha seara. Não é nesse sistema, PINTEC [Pesquisa de Inovação] é pesquisa por estabelecimentos. Tem que perguntar para o pessoal das pesquisas por estabelecimentos. PINTEC, PIA [Pesquisa Industrial Anual], isso aí é um outro sistema, é pesquisa por estabelecimento. Nós estamos na área de pesquisas domiciliares e aí o meu conhecimento é tendendo a zero.

LB: Quero fazer uma outra pergunta. Todas as publicações da PNAD que a gente achou, que estão na Internet, no início delas tem uma nota técnica, introdução e tem um histórico da PNAD. Até onde a gente conseguiu descobrir, quando vai para a equipe técnica, a responsabilidade pela redação desses históricos é sua, né. Conta para gente um pouco como é que é esse trabalho, desde quando você faz isso...

VSG: A perder de vista.

LB: A perder de vista, enfim, e como é que é ter participado durante tanto tempo da PNAD, ter participado do planejamento, da concepção dela, e depois parar e fazer uma análise histórica?

VSG: Isso aí já vem ... tem coisa que a gente vai agregando, não é parar, você entende? É contínuo. Você começa lá atrás você vai avançando, vai escrevendo. Isso daí já é antigo, então você vai ...

LB: Só atualizou.

VSG: Vai acrescentando, vai explicando ...

LB: Isso é mais antigo do que esse texto que você escreveu que é de 2001?

VSG: Sim, muito mais.

LB: Então ...

VSG: Isso aí foi para um seminário que eu tinha feito um documento que era até maior, que era sintetizar, na realidade como você vê que a forma como eu escrevi aqui no princípio ... olha só o que eu disse aqui no princípio.

LB: Só para quem estiver ouvindo a entrevista depois, a gente está falando do texto *A evolução do sistema de pesquisa domiciliares por amostragem no Brasil* que é de 2001 [texto reproduzido integralmente nesta publicação].

VSG: É, eu peguei inclusive documentos mais antigos que esse aí. Então, eu fiz um apanhado que dá uma visão geral da evolução do Sistema.

LB: O que você quer mostrar para gente? Lá no início?

VSG: Não precisa não. Entendeu? Isso aí foi um apanhado, em que eu peguei vários documentos e fiz de uma forma sintética a evolução do Sistema. Pegando inclusive a evolução da amostra, eu falei nas revisões, falei na PME ...

LB: Dessas revisões todas, tem alguma em especial que você destacaria com mais importante ou que teve mais desdobramento, alguma repercussão mais ampla?

VSG: Olha, primeira revisão foi em 1970. O que aconteceu depois do ENDEF? Em função do ENDEF, a PNAD Contínua teve que parar, então nós fizemos uma ... teve alguma alteração ali de concepção, inclusive de desenho da amostra que era em quatro estágios, passou a ser em três estágios. E aí a pesquisa que até [19]73 era trimestral, passou a ter um corte no tempo. Então, teve uma mudança de concepção aí, uma nova concepção aí, em função disso. Não adiantava você fazer um bimestre, se você não tem mais trimestre. Então a coisa aqui mudou. Aqui teve essa mudança em função dessa ... e aí a gente até fazia um questionário por ano, mudava muita coisa. Quando chegou em [19]80, nós mantivemos o questionário basicamente em toda a década de [19]80. Não teve tantas modificações na parte de questionário básico durante toda década de [19]80. Quando chegou em [19]92 nós fizemos uma modificação, bastante forte ali, em termos conceituais. Uma mudança que afetou bastante a parte de trabalho.

LB: [19]92.

VSG: Isso aí está escrito, entendeu? Está lá. Teve essa modificação que a gente vem mantendo até agora, mas foi uma modificação bem significativa na parte de trabalho que foi uma... nós procuramos atualizar muitas coisas, e avançar na investigação de muitas coisas que já vinham sendo pedidas pelos usuários ao longo da década de [19]80. Tanto que na década de [19]80, ainda na década de [19]80, [19]89 já visando a revisão da PNAD nós fizemos uma pesquisa suplementar de trabalho. Nessa pesquisa suplementar de trabalho, foram pesquisados aspectos que já vinham sendo pedidos pelo usuário e a maior parte das coisas que nós fizemos nessa pesquisa suplementar foram incorporadas na pesquisa que foi reformulada em [19]92. Então ela deu base para isso. O que aconteceu? Nós fizemos uma pesquisa de [19]89, e [19]90 deveria ser o Censo, o Censo não houve, então nós repetimos essa pesquisa. Então, isso nos deu mais elementos ainda para esta revisão que foi implantada em [19]92 que foi muito mais do que aquilo. Aquilo foi muito mais voltado para certos aspectos que vinham sendo solicitados pelos usuários que nós não pesquisávamos.

LB: Quando é que começam ...

VSG: E essa pesquisa ...

LB: O que?

(...)

VA: Nem a mímica ...

LB: E a discussão sobre o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares começa, formalmente, quando no IBGE?

VSG: Olha, primeiro fórum, se não me engano ...

VA: Em 2006, não?

VSG: ... 2007, mas isso tinha começado antes. Não. Isso aí quando já começou SIPD [Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares], mas essas discussões já estavam ocorrendo antes. Bem antes do Sistema, de começar a questão do Sistema, nós já havíamos discutido isso dentro do Departamento já pensando numa revisão. Isso já vinham discussões antes.

VA: Isso começou com a criação do Comitê de Reformulação da PNAD em 2003?

VSG: Sim. Sim, sim. Foi até antes disso. Dentro do Departamento a gente já tinha algumas discussões sobre isso. Aí, foi criado esse Comitê, quer dizer, quando você tem os fóruns é porque já estava definido que ia ter isso, mas a discussão é anterior. Foi criado esse Comitê, mas antes disso nós já tínhamos discussões internas no Departamento.

LB: Elas são todas posteriores, no entanto, ao Censo 2000, ou já tinha alguma coisa antes?

VSG: Mas assim ... se tinha foi muito pouco. Mas não foi muito forte assim, porque nós não tivemos recursos para êxito. Então realmente a coisa se tornou mais forte depois.

LB: Vamos caminhar para as últimas perguntas, uma delas é mesmo por ignorância nossa, a gente chegou a mencionar no *e-mail* antes, que a gente enviou, que várias pessoas com quem a gente conversa sobre a PNAD usam a expressão *Pnadeiros*, o que significa isso?

VSG: Normalmente, a gente emprega isso quando a gente está se referindo ao nosso pessoal de coleta, porque está dizendo que são pessoas com experiência em PNAD. "Ah, ele é *Pnadeiro*" ele é uma pessoa que trabalhou em PNAD, tem experiência em PNAD, tem a camisa da PNAD. Entendeu? É um *Pnadeiro* nesse sentido.

LB: Você se considera uma *Pnadeira*?

VSG: Bom, quer dizer, eu nunca pensei nisso, mas se é isso que eu defini, sim. Mas quer dizer a gente nunca pensou nisso, como a gente o que eu vejo a gente usar esse termo é assim "Ele é um *Pnadeiro*", é um pessoal que tem experiência de trabalhar na coleta da PNAD, são aquela equipe de coleta que a gente sabe que conhece o assunto, já vestiu a camisa do assunto. Mas se gostar da PNAD é ser *Pnadeiro*, eu sou *Pnadeira*. Claro. Com muito orgulho.

LB: Mas a expressão é geralmente mais para o pessoal de campo.

VSG: É, normalmente, a gente usa assim para o pessoal de coleta. Porque é um *Pnadeiro*, ele tem experiência de PNAD, já trabalhou em PNAD, ele veste a camisa da PNAD.

LB: Você pode contar com ele.

VSG: Sim, é nesse sentido. É, pelo menos, como eu vejo está aí é uma visão pessoal. É o que a gente usa nesse termo é nesse sentido positivo.

LB: Tem mais alguma coisa que você queira falar sobre qualquer subtema relacionados com PNAD que a gente não perguntou?

VSG: Não. Se fosse falar de PNAD teria que falar por horas e horas e não dá. PNAD é uma coisa muito extensa tem muitos aspectos, muitas coisas interessantes e que vocês levantaram, e eu acho que foi uma coisa muito mais livre a nossa conversa aqui. E a gente pode conversar e saíram ... vocês puderam fazer as perguntas pertinentes. Eu não sei se consegui tirar suas dúvidas.

LM: As minhas, pelo menos ... bastante.

LB: Com certeza.

VSG: Tá, mas PNAD é um mundo de informações. Não é nesse tempo que a gente vai falar tudo de PNAD, porque não dá. Só se eu fosse falar do princípio da PNAD, tudo que eu li sobre o princípio da PNAD, tudo que eu conversei, que eu tive o privilégio de trabalhar com seu Carlos Marcos Barbosa, entendeu? Uma pessoa maravilhosa. E outros colegas, eu acho que a gente não deve mencionar, eu não quero mencionar, porque você acaba fazendo uma injustiça esquecendo alguns que são igualmente importantes. Foram tantos que contribuíram para o sucesso da pesquisa, muita gente, cada um deu a sua contribuição. Eu dei uma relação para vocês verem se tem mais alguém que vocês possam contatar. Mas tem muita gente, muita gente contribuiu. Isso aí ... nada se ... alguém diz ... uma vez me perguntaram assim se você ... como é que é ... se ... como se fosse uma coisa pessoal ... Eu digo não, muita gente trabalhou, então eu estou aqui, eu estou apenas apresentando o resultado do trabalho de muitos.

LB: Vocês estão satisfeitos? A gente tem uma tradição de no final perguntar se valeu a pena dar essa entrevista para a Memória?

VSG: Olha, eu acho que foi importante sim. Eu acho que você pode tirar algumas dúvidas que vocês tinham e que isso vai enriquecer o trabalho. Vocês vão poder até partir para o... Acredito que eu não ... que foi proveitoso ... o esforço de vocês está sendo muito grande, eu acho que é admirável o trabalho de vocês. Vocês devem ter trabalhado bastante, já vi que vocês pesquisaram antes, vocês entraram no espírito do IBGE, e quem trabalha no IBGE tem que ser um pesquisador. E vocês são pesquisadores, vocês procuraram levantar questões antes de vir aqui. Conhecer, foi até descobrir ... tudo que vocês puderam levantar vocês levantaram. Então, vocês merecem toda a minha admiração.

LB: Obrigado.

VA: Obrigada.

LB: E, obrigado por ter aceito a nossa entrevista, a gente viu que é difícil conseguir registrar um depoimento seu. O pessoal tentou pros 40 anos da PNAD e não conseguiu, então ...

VA: O vídeo, assisti o vídeo e você não deu o depoimento, só tem a sua foto.

VSG: Sob protesto.

(risos)

VA: Vi e não tem depoimento, só tem a foto.

LB: Mas certamente é muito importante para a ... institucionalmente mesmo né.

LM: Claro.

LB: Não é ... Não se trata de fazer um registro que tem importância no ponto de vista de uma homenagem, um reconhecimento, embora seja isso também. É muito mais a composição de acervo de informações, de impressões que vão ajudando a gente a montar um quadro não só sobre as pesquisas do IBGE, a história do IBGE, mas é sobre o que significa esse espírito ibgeano. Isso eu diria que é um grande objetivo de fundo do nosso trabalho na Memória é entender o que é se sentir ibgeano, o que faz várias pessoas se sentirem ibgeanas. E, dá para perceber quando a gente vem entrevistar você, por exemplo, você diz: "Olha quero falar da PNAD, a minha trajetória pessoal não é importante". E isso é uma característica dos ibgeanos, em geral. As pessoas se sentem fazendo um trabalho de equipe e não assinam, inclusive. A assinatura é do IBGE. Então, esse é o tipo de aspecto subjetivo que para a gente, na Memória, é importante também detectar. Queria te agradecer muito, é muito mais importante do que a gente consegue explicar em palavras ter um depoimento desses. Obrigado.

LM: Obrigado mesmo. E aquela coisa que a gente estava falando dos novos ibgeanos que estão chegando para que eles possam ter acesso a esse depoimento para que eles possam saber um pouquinho afinal do que é PNAD, o que é essa Instituição quem são as pessoas que fazem parte. Eu acho isso importante à beça. Eu mesmo sei muito pouco e pela nossa, pela força do nosso ofício ou pela obrigação do nosso ofício, a gente está o tempo todo pesquisando, querendo saber o que é, como que funciona a PNAD, o que é o ENDEF, o que é PINTEC. E, infelizmente, a maioria da galera que está chegando agora não tem essa visão geral. É importante ter esse depoimento gravado para que essas novas gerações que estão chegando entendam um pouquinho da história do instituto, dessa casa.

VSG: É apaixonante. Eu acho um trabalho desse apaixonante. E eu tenho um viés por ter trabalhado mais nessas pesquisas domiciliares que são fascinantes. Todas as que eu trabalhei, de alguma forma, diretamente eu trabalhei, participei dos trabalhos da PNAD. Mas participando do trabalho nas equipes de Censo, equipes que estão na PNAD e alguma parte também em POF. Então, é fascinante, eu acho que as pesquisas são fascinantes... É uma área maravilhosa, um trabalho assim envolvente, né.

LB: Então, é isso. Muito obrigado.

Evolução histórica da pesquisa

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

2 0 1 3

volume 33
BRASIL

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre.

A PNAD foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Em 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF e, durante a sua realização, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

As **Notas técnicas**, a seguir, apresentam os conceitos e definições utilizados na pesquisa e trazem considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos de sua evolução histórica. Em complemento a essas informações, no Apêndice 1, ao final da publicação, encontram-se listados todos os tópicos investigados pela pesquisa, desde 1992, relativamente às seguintes características: unidade domiciliar; dados gerais dos moradores; migração; educação; trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade; trabalho; e fecundidade.

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da PNAD ao longo de sua existência. A primeira permite acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa; a segunda destaca a população-alvo nos temas básicos investigados; e a terceira reúne todos os temas das pesquisas suplementares e especiais já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2013

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969

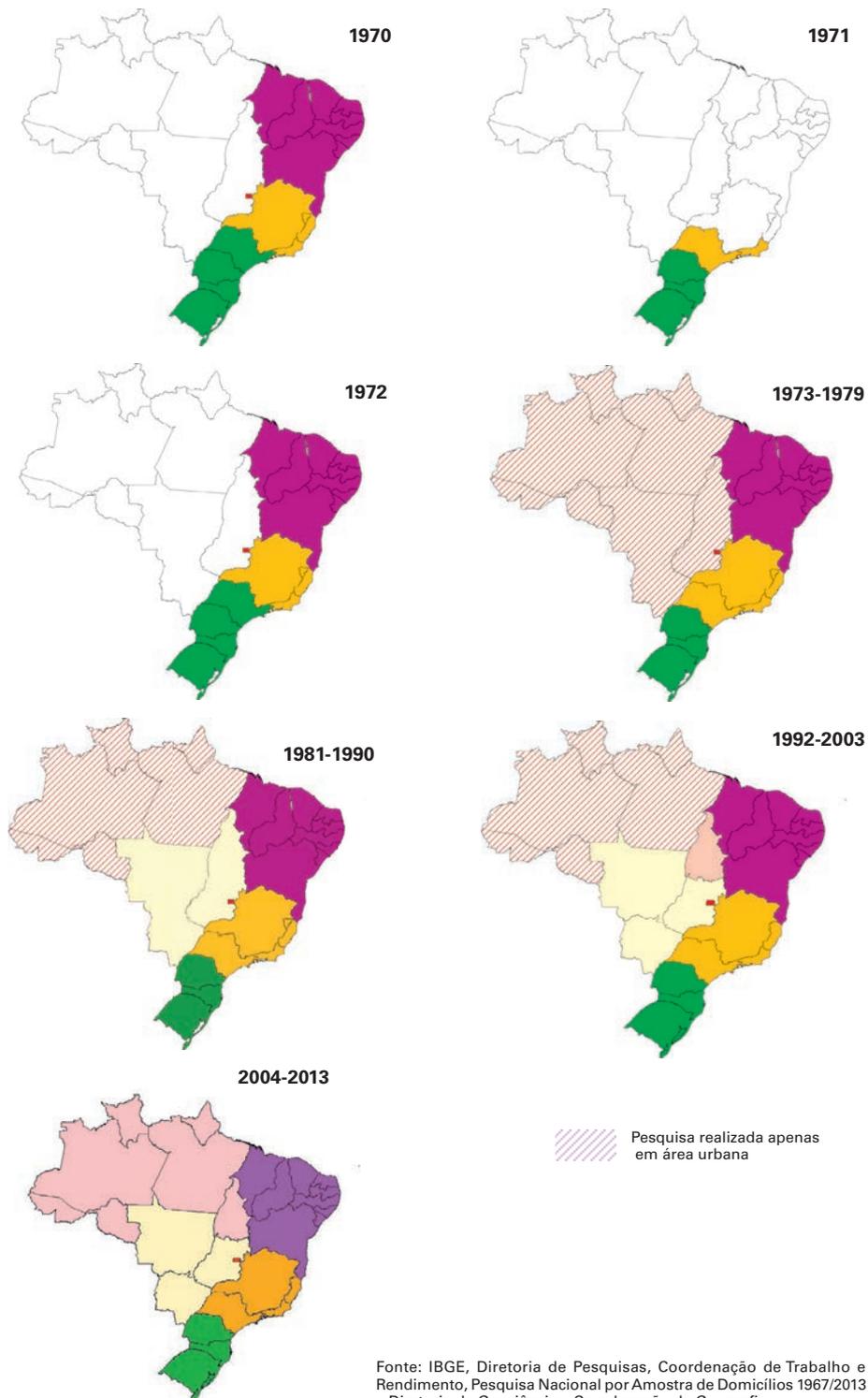


I e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2013 (conclusão)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2013

Ano	Habitação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento	Ano	
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade	1967 a 1970	
1971 a 1993				Todas as pessoas	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	1971 a 1993
1995 a 1999			Todas as pessoas		Pessoas de 5 anos ou mais de idade	1995 a 1999
2001					Todas as pessoas	Pessoas de 10 anos ou mais de idade
2002 a 2013				Pessoas de 10 anos ou mais de idade		2002 a 2013

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2013.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para as classificações de ocupações e de atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” em **Conceitos e definições**).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei nº 11.274, de 06.02.2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação a partir da PNAD 2007. Foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico (*Personal Digital Assistant - PDA*), para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Na PNAD 2007, foi utilizado o sistema DIA - *Detección e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos*, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, se utiliza-se somente o sistema *Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS*.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 2000 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 2001 a 2009 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010 foi adotada para a PNAD 2013;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;
- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá;
- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil; e
- A classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010, como frisado anteriormente, permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias, municípios; unidades secundárias, setores censitários; e unidades terciárias, unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

Em 2004, a inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Para alguns municípios, a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas. Por essa razão, foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

A partir da PNAD 2011, a seleção da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá seguiu a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, dessa forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas em 2013.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	148 697	362 555
Rondônia	1/200	23	170	2 836	7 120
Acre	1/150	11	94	1 559	4 475
Amazonas	1/250	23	240	3 786	13 023
Roraima	1/150	5	57	985	2 767
Pará	1/350	61	563	8 628	22 455
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 290	9 775
Amapá	1/200	6	60	935	2 890
Tocantins	1/200	23	148	2 490	6 457
Maranhão	1/600	35	205	3 144	9 270
Piauí	1/500	20	127	2 195	5 592
Ceará	1/600	48	457	7 683	19 122
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	4 897	11 864
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 085	5 068
Paraíba	1/550	23	146	2 379	6 187
Pernambuco	1/600	50	581	9 004	20 561
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 201	13 182
Alagoas	1/500	18	128	1 995	5 461
Sergipe	1/300	22	155	2 460	6 089
Bahia	1/600	88	731	11 678	27 247
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 436	12 157
Minas Gerais	1/650	129	813	13 566	33 137
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5 084	12 889
Espírito Santo	1/450	24	187	3 062	6 737
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 169	25 723
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7 946	18 664
São Paulo	1/950	126	1 023	16 967	39 531
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8 160	19 568
Paraná	1/600	67	457	7 443	19 045
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2 923	7 627
Santa Catarina	1/550	45	278	4 406	9 882
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 263	27 189
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 633	17 214
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 681	6 327
Mato Grosso	1/350	31	204	3 145	7 148
Goiás	1/350	51	397	6 561	14 691
Distrito Federal	1/250	1	213	3 592	9 361

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, de 2004 a 2009, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. A partir de 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação seguiu o mesmo procedimento adotado para as demais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que, estes últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra, e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- 1ª) O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- 2ª) O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população. Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2013, foram pesquisadas 362 555 pessoas e 148 697 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

Disseminação dos resultados

A partir de 1998, apenas os resultados para o Brasil continuaram a ser divulgados em meio impresso. A divulgação dos resultados para as Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) passou a ser efetuada, exclusivamente, em meio magnético, no CD-ROM que acompanha o volume *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores*.

Os microdados da PNAD referentes aos anos de 2001 a 2013, estão disponibilizados no portal do IBGE, na Internet.

Apêndice

Tópicos investigados na PNAD desde 1992

Tópicos investigados na PNAD desde 1992

Características da unidade domiciliar

- Espécie do domicílio
- Tipo do domicílio
- Material predominante das paredes
- Material predominante da cobertura
- Número de cômodos
- Número de cômodos servindo de dormitório
- Condição de ocupação - próprio/alugado/cedido
- Valor do aluguel mensal
- Valor da prestação mensal
- Posse do terreno
- Existência de garagem ou vaga para automóvel *(2002 e 2003)*
- Área construída do domicílio em m² *(2002 e 2003)*
- Valor do domicílio *(2002 e 2003)*
- Existência de água canalizada para, pelo menos, um cômodo
- Proveniência da água
- Existência de banheiro ou sanitário
- Exclusividade na utilização da instalação sanitária
- Número de banheiros ou sanitários *(a partir de 2002)*

- Esgotamento sanitário
- Destino do lixo
- Forma de iluminação
- Telefone *(até 1999)*
- Telefone fixo *(a partir de 2001)*
- Telefone móvel celular *(a partir de 2001)*
- Existência de fogão
- Combustível utilizado no fogão
- Existência de filtro de água
- Existência de rádio
- Existência de TV
- Existência de DVD *(a partir de 2008)*
- Existência de geladeira
- Existência de freezer
- Existência de máquina de lavar roupa
- Existência de microcomputador *(a partir de 2001)*
- Existência de microcomputador com acesso à Internet *(a partir de 2001)*
- Existência de carro ou motocicleta *(a partir de 2009)*

Características gerais dos moradores

- Condição na unidade domiciliar
- Condição na família
- Cor ou raça
- Se o morador tem mãe viva
- Se a mãe mora no domicílio

- A posse de registro de nascimento
- Motivo da coabitação *(a partir de 2007)*
- Intenção de mudar e constituir domicílio *(a partir de 2007)*
- Estado civil *(de 1992 a 1995 e a partir de 2009)*
- Estado conjugal *(incluído em 2011)*

Migração

- Se o morador reside no município de nascimento
- Se o morador reside na Unidade da Federação de nascimento
- Local de nascimento
- Tempo de residência na atual Unidade da Federação

- Local de moradia há 5 anos da data de referência
- Local de residência anterior ao atual
- Período de residência na Unidade da Federação e no município atual
- Período de residência na Unidade da Federação e no município anterior

Educação

- Sabe ler e escrever
- Frequência a escola ou creche
Para quem frequenta escola ou creche
- Rede de ensino - pública ou privada
- Área de subordinação da escola pública - municipal, estadual ou federal *(a partir de 2009)*
- Curso que frequenta
- Duração do ensino fundamental *(8 ou 9 anos)*
- Tipo de curso: seriado
- Última série frequentada
Para quem não frequenta escola ou creche
- Frequentou anteriormente a escola ou creche

- O curso mais elevado que frequentou
- Duração do ensino fundamental que frequentou anteriormente
- Tipo de curso: seriado
- Conclusão de, pelo menos, a 1ª série deste curso
- A última série concluída com aprovação
- Conclusão do curso
Tecnologia da informação (10 anos ou mais de idade)
- Utilização da Internet nos últimos três meses *(a partir de 2009)*
- Posse de telefone móvel celular para uso pessoal *(a partir de 2009)*

Trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade

- Se a criança trabalhou, incluindo atividades relacionadas com produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, no período de 365 dias
- Se a criança trabalhou na semana de referência
- Ocupação e atividade exercida no período de referência de 358 dias

- Posição na ocupação
- Forma de remuneração
- Valor do rendimento
- Número de horas trabalhadas por semana
- Execução de afazeres domésticos
- Horas dedicadas aos afazeres domésticos

Trabalho e rendimento

- Condição de ocupação
- Número de trabalhos na semana de referência
- Ocupação e atividade

Atividade agrícola

- Posição na ocupação
- Empregado permanente**
 - Se recebia do empregador alguma área para produção particular
 - Existência de parceria com o empregador
- Empregado temporário**
 - Forma de contratação do empregado
- Empregado**
 - Quantitativo de pessoas não remuneradas moradoras do domicílio que ajudaram nesse emprego

Para o empregador e conta própria

- Área total do empreendimento
- Quantitativo de empregados temporários e permanentes que tinham nesse trabalho (**somente para o empregador**)
 - Se era parceiro, arrendatário, posseiro, cessionário, proprietário ou outra condição
 - Qual era o tipo de parceria contratada
 - Forma de pagamento do arrendamento
 - Existência de compromisso prévio de venda à produção
 - Venda de alguma parte da produção
 - Comprador da produção
 - Consumo, por moradores, da produção de algum tipo e a parcela

Atividade não agrícola

- Posição na ocupação
- Para empregado**
 - Horário da jornada de trabalho (entre 5:00h e 22:00h ou entre 22:00h e 5:00h)
 - Setor do emprego - público ou privado
 - Área de subordinação do emprego - federal, estadual ou municipal
 - Se era militar das forças armadas
 - Se era funcionário público estatutário

Para trabalhadores domésticos

- Quantidade de domicílios em que prestava serviço doméstico
- Se habitualmente exercia esse trabalho pelo menos uma vez por semana
- Número de dias semanais e mensais que exercia a atividade

Para empregados e trabalhadores domésticos

- Número de pessoas ocupadas nesse emprego
- Se tinha carteira de trabalho assinada
- Recebimento de auxílios: moradia; educação; alimentação; transporte; e saúde ou reabilitação

Para empregadores

- Número de empregados que ocupava nesse trabalho
- Para conta própria e empregadores**
 - Número de sócios ocupados que tinha nesse trabalho

Atividade agrícola e não agrícola

Para conta própria e empregadores

- Número de trabalhadores não remunerados que ocupou nesse trabalho

Para todas as pessoas ocupadas

- Remuneração recebida
- Existência de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do empreendimento em que trabalhava (**a partir de 2009**)
- Tipo e local do estabelecimento
- Deslocamento para o trabalho
- Horas trabalhadas
- Contribuição para Instituto de Previdência
- Tempo no trabalho
- Características do trabalho anterior
- Tempo de permanência no trabalho anterior
- Recebimento de Seguro-desemprego do trabalho anterior
- Características de outros trabalhos

Para todas as pessoas de 10 anos ou mais

- Procura de trabalho
- Previdência privada
- Afazeres domésticos
- Rendimentos não provenientes de trabalho – aposentadoria, programas sociais, pensão, abono permanência, aluguel, doação e outros

Fecundidade

- Se teve filho até a data de referência
- Número de filhos tidos, por sexo, que moravam no domicílio
- Número de filhos tidos, por sexo, que moravam em outro local
- Número de filhos tidos, por sexo, que morreram

- O sexo do último filho nascido vivo
- Mês e ano do nascimento do último filho nascido vivo
- O último filho nascido vivo ainda estava vivo na data de referência
- Número de filhos nascidos mortos

Referências

BARBOSA, C. M.; LINDQUIST, M. V. Programa de pesquisas domiciliares no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, n. 127, p. 298-330, jul./set. 1971. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: set. 2015.

DAMICO, A.; PESSOA, D. *Analyze the pesquisa nacional por amostra de domicílios (pnad) with R*. In: ANALYZE survey data for free. [Postagem em 2015]. Disponível em: <<http://www.asdfree.com/search/label/pesquisa%20nacional%20por%20amostra%20de%20domicilios%20%28pnad%29>>. Acesso em: set. 2015.

GOMES, A. M. de C. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas - FGV, 1996. 220 p.

GUERRA, V. dos S. *A evolução do sistema de pesquisas domiciliares por amostragem no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 22 p. Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Metodologias para Pesquisas Domiciliares por Amostragem, realizado no Rio de Janeiro, de 25 a 27 de junho de 2001.

PARA COMPREENDER a PNAD: um texto simplificado. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 34 p.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2013. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 2014. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default_publicacao_completa.shtm>. Acesso em: set. 2015.

Anexo

Painéis: Exposição PNAD 2015

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A partir de 1967, a PNAD começou a ser implantada de forma gradativa no Brasil com o propósito de ser um sistema de pesquisas por amostra probabilística de domicílios, de cobertura nacional, capaz de atender a múltiplos objetivos. Foi planejada para abranger as áreas de demografia, saúde, consumo alimentar e nutrição, habitação, educação, cultura, trabalho e nível econômico do domicílio. Em suma, sua finalidade era produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, na quantidade e qualidade requeridas pelo governo e pela sociedade, em prazos relativamente curtos.

O contexto histórico no qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou a PNAD foi marcado por significativas mudanças na gestão da máquina pública no país. Consolidado como paradigma de governança, o

planejamento econômico passava a orientar as políticas e ações governamentais, gerando novos tipos de demandas sobre o Sistema Estatístico Nacional (SEN). Nesse contexto, a massa de dados gerada pelos inquéritos estatísticos tradicionais – baseados principalmente em registros administrativos –, bem como pelos levantamentos censitários (de periodicidade decenal), tornava-se insuficiente.



Pesquisador do IBGE e informante durante os trabalhos de campo da PNAD, em 1997. Acervo Memória IBGE.

Da necessidade de se produzir informações básicas no período intercensitário e de abordar novos temas até então pouco investigados, surgiu a iniciativa da implementação de novos métodos de trabalho dentro do IBGE. Foi assim que, dentre o conjunto de medidas tomadas pelo instituto, ganhou destaque a construção de um sistema de pesquisas por amostragem de domicílios: a PNAD.

Cronologia

1965	Em seminário internacional realizado na Cidade do México, o United States Census Bureau apresenta um modelo de levantamento no campo das pesquisas domiciliares por amostragem, tendo em vista sua possível aplicação em países latino-americanos. A iniciativa resultaria, dois anos depois, no “Projeto Atlântida”, base para a capacitação dos técnicos do IBGE para a realização deste tipo de inquérito estatístico.
1966	Com suporte prestado pela United States Agency for International Development (USAID), é criado um grupo de trabalho incumbido de realizar os primeiros estudos visando à implementação de um programa nacional de pesquisas domiciliares por amostragem em bases contínuas.
1967	Início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cuja coleta de dados começa nos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e, até o fim do ano seguinte, passa a abranger todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, além do Distrito Federal, alcançando cerca de 92% da população brasileira.
1968	Divulgação dos primeiros resultados da PNAD, com a publicação das estatísticas referentes ao quarto trimestre de 1967 para as regiões correspondentes aos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (Região I), assim como São Paulo (Região II).
1970	Em face da concentração de esforços requeridos para a execução do Censo Demográfico, a coleta de informações para a PNAD é pela primeira vez interrompida. O mesmo ocorreria nos demais anos censitários (1980, 1991, 2000 e 2010).
1971	Primeira alteração significativa na metodologia da PNAD, que deixa de ser trimestral e passa a ter periodicidade anual.
1972	Realização de pesquisa especial sobre rendimento familiar.
1973	Expansão da cobertura territorial da PNAD, que passa a alcançar as áreas urbanas das regiões Norte e Centro-Oeste.
1974 1975	Realização de pesquisa especial sobre orçamentos familiares, intitulada Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), um amplo levantamento de informações sobre hábitos alimentares, saúde, higiene, renda e consumo no país. Em face da complexidade e especificidade do inquérito proposto, não foi realizada a Pesquisa Básica nesse biênio.

Cronologia

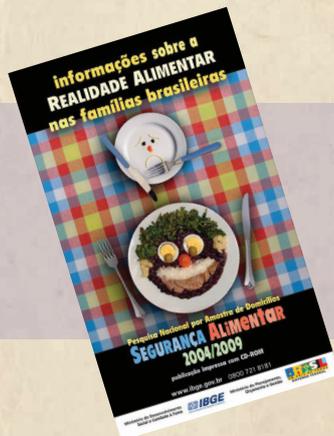
1981	Ampliação da abrangência territorial da PNAD, que passava a alcançar as áreas rurais do Centro-Oeste.
1987	A investigação da característica cor ou raça passa a ser permanente, com a sua introdução no questionário da Pesquisa Básica.
1992	Para captar os grupos economicamente ativos até então não considerados na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo-se trabalhadores envolvidos na produção para o próprio consumo e na construção de edificações para o próprio uso. Além disso, foi criada uma nova categoria específica para tipificar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado.
1994	Em uma conjuntura marcada pela escassez de recursos, agravada pelo atraso ocorrido na apuração dos resultados da pesquisa nos dois anos anteriores, a PNAD não foi realizada.
2004	A PNAD passa a cobrir todo o território nacional ao incluir na investigação as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.
2007	Introdução do coletor eletrônico (Personal Digital Assistant - PDA) para a realização das operações de coleta, promovendo um aprimoramento do sistema operacional da pesquisa, melhorando a qualidade da informação e agilizando a apuração dos resultados.
2008	Reponderação da série histórica da PNAD, com introdução de novos critérios e produção de novos pesos para expansão dos resultados da pesquisa no período de 2001 a 2007. Também nesse ano é realizada uma Pesquisa Especial sobre tabagismo.
2011	No último trimestre do ano é implantada, ainda em caráter experimental, a PNAD Contínua.
2012	Estendida a abrangência da PNAD Contínua para todo o território nacional.
2015	Com a consolidação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) e da PNAD Contínua, a previsão é de que este seja o último ano de execução da PNAD.

Abrangência temática

Considerando a impossibilidade de investigar continuamente todas as temáticas relevantes para o país, a PNAD foi estruturada da seguinte forma:

Pesquisa Básica

Investiga, de forma contínua, os temas definidos como de maior importância para mensuração e acompanhamento da evolução socioeconômica da população brasileira: informações sociodemográficas (cor, sexo, condições da unidade domiciliar, número de membros da família, etc.), educação, trabalho, rendimento e habitação.



Pesquisas Suplementares

Aprofundam os temas permanentes e investigam outros de acordo com a demanda específica de informações existente em uma dada conjuntura, como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde e nutrição.

Pesquisas Especiais

Tratam de assuntos de maior complexidade, que exigem tratamento à parte da Pesquisa Básica, podendo até requerer um esquema de amostragem distinto, como a pesquisa sobre tabagismo, realizada em 2008.



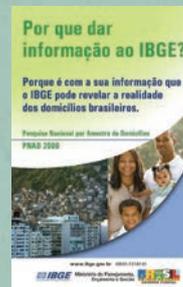
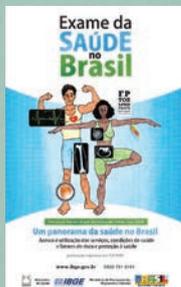
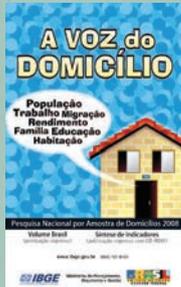
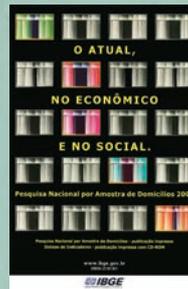
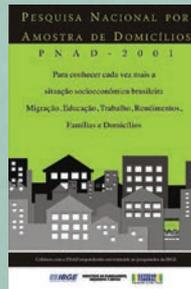
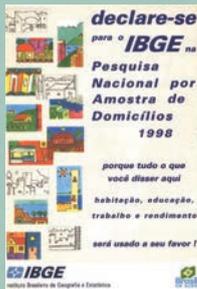
Questionários

Questionário PNAD-1.01, formulário de coleta de dados para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 1998.

Questionário PNAD-2001, formulário de coleta de dados para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2001.

Questionário PNAD-2003, formulário de coleta de dados para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2003.

Cartazes



O Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) e a PNAD Contínua

Em meados dos anos 2000, a demanda por informações estatísticas, tendo em vista propósitos de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, mostrava-se particularmente aquecida. A necessidade de prover a sociedade brasileira com um volume cada vez maior de informações, em prazos cada vez mais curtos, levou o corpo técnico do IBGE a refletir sobre as possibilidades de revisão da PNAD. As discussões, no entanto, tiveram como resultado a criação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD).

O sistema viabiliza a integração entre as várias pesquisas amostrais domiciliares executadas pelo IBGE, através de conceitos e definições de variáveis comuns, procedimentos e equipe de coleta, sistemas e métodos de apuração, crítica e imputação dos dados e, de forma inédita no Brasil, baseia-se no uso de um mesmo cadastro de seleção e de uma amostra comum, denominada Amostra Mestra. Esta amostra corresponde a um conjunto de unidades de área selecionadas de um cadastro, segundo um método probabilístico de seleção, a partir da qual é possível selecionar subamostras para atender às diversas pesquisas.

O SIPD foi concebido para ser composto pela PNAD Contínua, pela Pesquisa de Orçamentos Familiares Contínua (POF completa quinquenal e POF simplificada anual) e por pesquisas independentes.

A PNAD Contínua começou a ser implantada no último trimestre de 2011 e hoje abrange cerca de 3.500 municípios e 211.344 domicílios, produzindo dados socioeconômicos conjunturais que são divulgados mensalmente, trimestralmente ou anualmente, conforme o tema pesquisado. Em função de sua maior abrangência e precisão, a previsão é de que a PNAD Contínua substitua a PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego — PME.



Travessia sobre o Rio Pandeiros, no município de Januária (MG), durante os trabalhos de campo da PNAD, em 1997. Acervo Memória IBGE.

Pesquisador do IBGE e informante durante os trabalhos de campo da PNAD, em 1997. Acervo Memória IBGE.

Equipe técnica

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Claudia Rodrigues do Prado

Digitalização e tratamento de imagens

Ricardo da Silva Lopes

Sergio de Assis Barboza

Memória Institucional

Pesquisa bibliográfica

Leandro Malavota

Luigi Bonafé

Vera Abrantes

Pesquisa iconográfica

Fabio Leite

Gabriela Alves

Leandro Malavota

Luigi Bonafé

Raíssa Soares (estagiária)

Vera Abrantes

Edição de vídeo

Renato Mansur (estagiário)

Projeto Editorial

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Diagramação textual

Maria da Graça Fernandes de Lima

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

LGonzaga
Márcia do Rosário Brauns
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Edgar de Albuquerque Santanna (Estagiário)
Elizabeth de Carvalho Faria
Karina Pessanha da Silva (Estagiária)
Lioara Mandoju
Maria Socorro da Silva Araújo
Nadia Bernuci dos Santos
Solange de Oliveira Santos
Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Série Documentos para Disseminação

ISSN 0103-6335

- 1- O IBGE e o atendimento à sociedade: (prefácio ao projeto técnico CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza. ISBN 85-240-0329-4. 1990. 43 p.
- 2 – Projetos de disseminação: contribuição ao estabelecimento de uma metodologia, de Cláudio Alex Fagundes da Silva. ISBN 85-240-0355-3. 1990. 29 p.
- 3 – Pensando a disseminação de informações: (o caso do IBGE), de Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-0459-2. 1993. 39 p.
- 4 – Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico, de Icléia Thiesen Magalhães Costa. ISBN 85-240-0446-0. 1992. 40 p.

Subsérie Memória Institucional

ISSN 0103-6459

- 1 – Teixeira de Freitas: pensamento e ação, de Mario Augusto Teixeira de Freitas. Organizado pelo Setor de Memória Institucional. ISBN 85-240-0351-0. 1990. 140 p.
- 3 – Pró-censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos censamentos do Brasil, de Francisco Romero Feitosa Freire. ISBN 85-240-0460-6. 1993. 53 p.
- 4 – A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo, de Eli Alves Penha. ISBN 85-240-0463-0. 1993. 123 p.
- 5 – IBGE: um retrato histórico, de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves. ISBN 85-240-0542-4. 1995. 61 p.
- 6 – Síntese histórica da formação dos Estados, Distrito Federal e Território da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil e divisas interestaduais, de Ildefonso Escobar. ISBN 85-240-0545-9. 1995. 144 p.
- 7 – O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-3868-3. 2006. 282 p.
- 8 – Isaac Kerstenetzky: legado e perfil. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-3900-0. 2006. 213 p.
- 9 – Giorgio Mortara: ampliando os horizontes da demografia brasileira. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-3937-9. 2007. 105 p.
- 10 – A estatística brasileira e o Esperanto: uma história centenária: 1907-2007. Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 85-240-3944-7. 2007. 161 p.

11 – Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira.

Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-3982-9. 2007. 433 p.

12 – Embaixador Macedo Soares: um príncipe da conciliação: recordando o primeiro presidente do IBGE.

Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-4008-5. 2008. 331 p.

13 - O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier.

Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-4017-7. 2008. 432 p.

14 - Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira

Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-4032-0. 2008. 134 p.

15 - Teixeira de Freitas, Um Cardeal da Educação Brasileira: sua atualidade intelectual
Organizado por Nelson de Castro Senra. ISBN 978-85-240-4052-8. 2008. 266 p.

16 - Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro
Organizado por Marco Aurelio Martins Santos ISBN 978-85-240-4084-9. 2009. 432 p.

17 - Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010
ISBN 978-85-240-4208-9. 2011. 264 p.

18 - Christovam Leite de Castro e a Geografia no Brasil

Organizado por Leandro Malavota
ISBN 978-85-240-4274-4. 2013. 340 p.

19 - ENDEF

Organizado por Leandro Malavota
ISBN 978-85-240-4330-7. 2014. 340 p.

20 - PNAD

Organizado por Leandro Malavota, Luigi Bonafé e Vera Abrantes
ISBN 978-85-240-4364-2. 2015. 202 p.

Subsérie Fontes de Documentação

ISSN 0103-6459

- 1 – A indexação do banco de metadados do IBGE, de Philippe Jean Damian, Marília de Almeida March e Vera Lucia Cortes Abrantes. ISBN 85-240-0475-4. 1993. 25 p.